

# **Programa de governo (2015 a 2018)**

## **Por um Acre Melhor: com mais paz, mais próspero e mais justo.**

### **Cinco valores e cinco grandes objetivos de Governo**

**Márcio Bittar**

#### ***Cinco Valores.***

Os valores são os fundamentos dos indivíduos e das nações. Os valores guiam as ações e as relações entre as pessoas. São os valores a expressão de nosso caráter.

Nada é mais pernicioso para um País ou Estado, do que quando assumem as funções de governo homens sem valores, homens que desprezam os valores que dão base às virtudes e as boas obras. Nada pode ser mais assombroso do que o governo dos homens sem valores, pragmáticos, que fazem de tudo para a mera manutenção do poder. Homens que submetem todos ao discurso único e calam as instâncias democráticas e naturais da sociedade como a imprensa.

Nada pode ser mais repugnante do que confundir o Estado com o Partido, misturar e se apropriar, submeter todos à tirania do pensamento único, ao império da mentira e ao desprezo pela verdade, à perseguição, à compra de pessoas, à destruição de anos de trabalho honesto, à difamação ardil e covarde e à imposição de ideias e mitos pela força do exercício do poder.

Nada pode ser mais ultrajante e venal do que usar o dinheiro público em benefício de uma panelinha de aliados e companheiros sem valores e sem compromissos reais com o povo.

Sei que valores se aprendem em casa. Sei disso porque tive uma família como alicerce, pai e mãe lutadores do dia a dia, gente que age e agiu mediante os bons valores. Aprendi a valorizar o trabalho duro e cotidiano como uma virtude vendo meu pai na labuta. Aprendi a amar o próximo vendo o carinho profundo de minha mãe com a família e com as pessoas: amigas, vizinhas, parentes, amigos dos filhos e mesmo desconhecidos. Aprendi a valorizar o estudo, o saber, vendo minhas queridas irmãs estudarem com afinco e entusiasmo e depois serem professoras exemplares. Sobre tudo, aprendi com meu pai a viver sob a égide da ética da responsabilidade, estar atento às consequências das minhas escolhas; estar atento às consequências para os outros das minhas escolhas.

O Brasil e o Acre passam por um momento de alto significado histórico. Um momento que exige coragem e equilíbrio de suas lideranças contra o arbítrio cada vez mais escancarado e sem pudores.

Não queremos retroceder na democracia e no avanço econômico, perder a prosperidade que foi fruto do trabalho de todos os brasileiros. Não queremos assistir calados à destruição das instituições. Não queremos ver alguns se apropriarem de forma ilícita das riquezas e empresas nacionais. Não podemos aceitar como natural viver em um

País em que são assassinadas mais de 56 mil pessoas por ano. Não aceitaremos roubar das pessoas a esperança por dias melhores e de maior paz e prosperidade.

Queremos governantes que respeitem os valores de nossa gente, os valores da família, os valores cristãos que estão na base de nossa formação. Queremos um País de futuro para nossos filhos e netos. Queremos uma nova política e uma nova gestão, que tenham responsabilidade real pelo futuro do País e de sua gente. Nova e diferente do que está aí, ou seja, de natureza diferente.

Precisamos do novo, democrático, responsável na gestão e sem amarras do veneno das ideologias. Precisamos de uma liderança que promova e sustente a união do País em prol de grandes reformas de aprimoramento das relações democráticas, como a Reforma Política, e de prosperidade econômica e social, como a Reforma Tributária e Administrativa.

Precisamos de uma nova liderança nacional que guie a política internacional em prol de nossos interesses econômicos; precisamos de um novo líder nacional, um Chefe de Estado que defenda de forma intransigente a liberdade democrática. Jamais seja um Presidente que repasse dinheiro nacional de forma obscura em contratos secretos. Precisamos de um governo que invista em nossa infraestrutura deficitária e não na infraestrutura de países que ofendem os direitos humanos como Cuba, uma ditadura socialista de mais de 50 anos e que matou mais de 100 mil pessoas e que tem calado milhões de outras.

Precisamos de um Presidente que faça uma verdadeira reforma do ensino nacional, que, hoje, está mergulhado na falta de qualidade e na massificação das teses estranhas do governo atual, mais adestrando do que ensinando as pessoas. Precisamos ganhar em eficiência na formação de técnicos e profissionais para fomentar a riqueza e a produção. Precisamos de um Presidente que mostre ser possível melhorar a educação, verdadeiramente, elevando o nível educacional e cultural de nossa gente.

Precisamos de um Presidente que respeite o pacto federativo e faça a União participar mais efetivamente dos desafios do desenvolvimento, que respeite os municípios e os Estados, que seja, de fato, republicano e não o que vemos atualmente: derrocada financeira dos municípios, aliás, um massacre perpetrado por gente ingrata, pois foram os municípios que pagaram a conta da crise econômica no Brasil.

Precisamos, de forma urgente, de Aécio Neves, o único capaz de vencer os poderosos atuais e retomar o País, reinstaurar um tempo de liberdade, progresso e avanço nas grandes e necessárias reformas para o Brasil. Um homem que provou saber governar quando no comando de Minas Gerais, e um homem que encarnou o desafio de retomar as rédeas do Brasil, rumo a tempos melhores e com mais liberdade.

O que está em jogo?

Evitar o atraso, o aparelhamento do Estado e a destruição do mérito e da qualidade. A tarefa será o de resgatar a eficiência e a austeridade necessária na lida com dinheiro público. É tarefa cívica, do futuro Presidente Aécio Neves, barrar o crescimento da violência urbana movida pelo aumento do tráfico de drogas, evitar a destruição da família e da liberdade e superar o marasmo econômico, afastando o descontrole da inflação, o endividamento crescente do País e a destruição paulatina da indústria e das grandes empresas nacionais.

Sobretudo, Aécio Neves é o antídoto para a crescente sanha totalitária dos atuais poderosos, que não se cansam de ameaçar a democracia brasileira. Aécio Neves encarna as esperanças de mudanças positivas, é ele o nosso futuro Presidente da República, um homem de DNA democrático.

No Acre, vivemos o tempo da ineficiência, do abusivo controle dos meios de produção, do esmagamento da livre iniciativa, do surrupio da autonomia das pessoas, da imposição de uma pesada máquina burocrática, com um estado de insegurança jurídica e instrumentalização da política fiscal para controlar e empobrecer produtores. Aqui, exercem o controle dos meios de comunicação utilizando mecanismos de cooptação e de força. Poucas vozes destoantes dos preceitos antidemocráticos que imperam no Acre sobrevivem. São verdadeiros heróis.

A moda dos poderosos é articular todos os meios para difamar e perseguir adversários e ao mesmo tempo vangloriar e fantasiar sobre feitos governamentais. Não saem do palanque eleitoral, todos os anos em todas as ocasiões prolongam suas promessas.

Neste documento, de forma ainda mais intensa e compromissada, sabendo do peso da responsabilidade devida, consagramos, com um programa de governo, a união da oposição do Acre. O primeiro ato dessa força política será fazer chegar a cada acreano um plano de governo, capaz de sacudir o marasmo econômico e social em que vivemos no Estado.

No Acre, PMDB, PSDB, PP, PSC, PSD, PPS, PT do B, Solidariedade, PMN e PR formam um bloco de dez prefeitos, 87 vereadores, quatro deputados federais e cinco deputados estaduais e um Senador da República. Pela primeira vez em muitos anos temos uma ampla união das forças políticas de oposição. Temos força suficiente para enfrentar e superar a máquina econômica que será posta nas ruas a favor dos poderosos. Juntos, no plano nacional, esses partidos que formam nossa aliança governam 13 estados, maioria das unidades federadas e da população brasileira, elegeram 43 dos 81 senadores da República e 231 deputados federais, em um universo de 513 deputados.

Estamos preparados para superar todas as dificuldades e fazer valer a opinião do povo de que é preciso mudar, transformar o jeito de governar o nosso Estado.

O nosso plano de governo será o nosso contrato com o povo, uma carta realista sobre o que é preciso fazer no Estado do Acre para que juntos, governo e sociedade, possamos fazer valer o resgate da liberdade, a construção das bases de nosso futuro, o investimento nas pessoas e qualidade dos serviços públicos.

Os valores que nos moverão e serão os balizadores de nossas ações precisam ser explicitados.

### ***Ética e Honestidade***

Vamos ser pautados diariamente por valores **éticos** em todas as nossas ações, é obrigação máxima de todo governante ser ético com as escolhas das prioridades e probo no trato do dinheiro público. Será preciso adotar todas as modernas medidas de total transparência nos gastos públicos e adotar amplos e variados mecanismos de prestação de contas à sociedade dos feitos governamentais com o dinheiro público e controle de qualidade das compras públicas.

Sobretudo, o nosso compromisso é de adotar todos os meios possíveis e legais para apurar e afastar todos os corruptos que estejam infiltrados no Estado. Não haverá a tolerância e nem o compadrio que vemos hoje, infelizmente, imperar no governo do Acre.

Acredito profundamente que o mandatário do Estado deve ter a ética da responsabilidade, ou seja, deve saber medir as consequências de suas palavras e atos, não pode se dar ao luxo torpe de desafiar instituições e duvidar de fatos no afã de enganar e desviar a atenção das pessoas. Se há corrupção em seu governo, ele, o governador do Estado, deve ser o primeiro a querer investigações e esclarecimentos, deve ser o primeiro a tomar providências e punir quem é preciso punir. Tolerância zero para a corrupção e o abuso de poder no Acre. É hora de inaugurarmos novos e melhores tempos.

### ***Respeito às Leis e às Instituições***

Em nosso futuro governo estará em primeiro plano o **respeito às leis e às instituições**. Será imposto o respeito absoluto pela Constituição Brasileira e as leis do Acre, respeito pela autonomia dos poderes, respeito pela Assembleia Legislativa como uma instituição central no exercício da democracia e respeito pelo poder Judiciário do Acre. Eu e meus colegas de governo prezaremos a independência dos poderes, não haverá relações de subordinação ou guerra entre os poderes e instituições como assistimos nestes tristes anos.

É, também, prioridade absoluta preservarmos o respeito institucional na relação com os municípios do Acre. Jamais deixar as relações institucionais do Estado com as Prefeituras serem contaminadas pela política eleitoral. O que assistimos hoje é a completa contaminação e o trato de inimigos entre o Governo e as prefeituras administradas pela oposição. Certamente, quem paga os ônus dessa irresponsabilidade governamental, da falta de respeito às leis e às instituições, é o povo de cada cidade abandonada pelo governo do Estado.

### ***Liberdade e Democracia***

O novo e diferente modo de governar o Acre deve primar por garantir o pleno exercício da **liberdade**, da **democracia**. Os agentes econômicos devem atuar em um ambiente de segurança jurídica, baixos impostos, riqueza técnica e ampla liberdade. Jamais usaremos órgãos do Estado para inviabilizar a vida produtiva das pessoas.

Vamos cessar com todas as perseguições praticadas por anos no Estado, vamos aprofundar os mecanismos de democracia, de respeito pela opinião contrária e garantir ampla liberdade de imprensa, jamais, nunca, tutelar, coibir, censurar ou corromper empresários. Jamais iremos confundir terceirizados e cooperados com militantes partidários, jamais iremos misturar o público com o privado, o governo com o partido.

O Acre precisa respirar liberdade de opinião, na imprensa e na sociedade. Vamos ampliar e garantir a liberdade para os cultos religiosos e o respeito pela Religião das pessoas. Vamos cessar com a doutrinação esquerdista nas escolas. Será também um compromisso com a liberdade combater a burocracia desnecessária.

### ***Trabalho e Solidariedade***

A vida mostrou-me que o apreço ao **trabalho** e à **solidariedade** são valores fundamentais para se ter uma sociedade sadia e próspera. Estaremos comprometidos com a valorização dos trabalhadores no desenvolvimento do Acre e com a diminuição das desigualdades sociais dos acreanos.

No serviço público estadual, daremos ênfase à meritocracia e à qualificação do funcionário. Novas vagas serão abertas por meio de concursos públicos e será exigido de todos os postulantes de cargos governamentais alta qualificação técnica e ficha limpa na Justiça.

Estaremos focados no incentivo e fomento técnico e financeiro à produção rural, rumo à independência do Acre. Adotaremos uma política inteligente de incentivos, fomentos e isenções de impostos para expandir e consolidar o setor industrial do Acre, diretamente ligado às nossas vocações.

Estaremos empenhados em ajudar a gerar oportunidades de empregos e renda. Ao nosso governo caberá a obrigação de promover a qualificação profissional e técnica dos jovens. Articularemos uma ampla parceria com o setor produtivo para ajudar na geração do primeiro emprego para os nossos jovens.

Será um compromisso o apoio intenso do governo do Estado às micros e pequenas empresas do Acre e ao pequeno produtor rural, o que mais necessita de apoio para crescer. Faremos um completo resgate da assistência técnica rural e apoio na inovação e pesquisas para a agricultura, a criação de animais e no desenvolvimento de novos produtos. Não nos furtaremos de apoiar os municípios na manutenção com obras bem feitas nos ramais do Estado, para permitir o escoamento da produção e barateamento dos custos com transporte.

Faremos parcerias com as Igrejas e associações de bairros para promover a família acreana no campo da educação, no atendimento aos mais idosos, da assistência social, da prevenção do uso de drogas, como a instituição dos Alcoólicos Anônimos - AA. Ajudaremos a crescer o cuidado e a caridade para com os mais humildes.

Será preciso o empenho da nova gestão para combater com rigor a violência e criminalidade e ao mesmo tempo dotar e articular recursos para a melhoria da infraestrutura urbana e a implantação de serviços públicos em bairros sitiados pelo crime; seria um programa a ser partilhado com os municípios do Estado.

Vamos trabalhar mais pelos que tem menos, nunca subjugar as pessoas, procurar sanar necessidades vitais e sempre qualificar as pessoas para que elas possam arrumar melhores empregos. Temos a consciência de que o apreço pelo trabalho e pelo desenvolvimento inaugurará novos tempos de crescimento e rompimento com o isolamento patente do Acre dentro da economia nacional e internacional.

Sempre daremos ênfase e prioridade no atendimento dos serviços públicos aos mais velhos, às crianças, às mães e aos portadores de necessidades especiais. Dotaremos todos os prédios do Governo do Estado de acessibilidade plena e incluiremos em nossos convênios de melhora das condições de infraestrutura urbana com os municípios critérios de acessibilidade a serem observados em todas as obras.

### ***Eficiência***

Nenhum resultado positivo nas políticas governamentais será alcançado sem o valor da **eficiência** como guia de nossas ações. É prioridade número um equilibrar as contas do Estado, endividado e bastante dependente de repasses governamentais federais. As contas públicas refletem uma economia acanhada e tolhida e baixo crescimento econômico.

O compromisso é por ajudar a dinamizar a economia, aumentar o investimento em infraestrutura para a produção e gerar um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento da produção e o fomento à industrialização do Acre.

Precisamos produzir para gerar empregos e renda para os mais pobres. Para tanto, o Estado precisa gastar menos em coisas supérfluas, menos com a panelinha de companheiros, combater o desperdício em todos os órgãos governamentais. Economizar para poder crescer de forma saudável.

Sabemos que os investimentos do governo do Estado devem apresentar resultados, devem ser eficientes. É obrigação prestar bons serviços de Educação, Saúde e Segurança para a população. É preciso zelar pela boa aplicação do dinheiro público. O nosso compromisso com a eficiência é inquebrantável.

Vamos implantar mecanismos de aferição de resultados, qualificar o funcionário público, desaparelhar o Estado e implementar a meritocracia no serviço público.

Economia, austeridade e respeito com o dinheiro público serão as nossas balizas. As obras serão fiscalizadas com todo rigor possível. Faremos uma gestão que se pautará em evidências científicas e técnicas. Vamos despolitizar todas as áreas, incentivando o mérito e o trabalho, bem como os resultados das ações em favor das pessoas. O objetivo é ser eficiente na resolução dos problemas e na prestação dos serviços públicos.

### ***Cinco Objetivos de Governo***

O nosso programa está sendo gestado há mais de um ano, foi feito a partir de estudos e levantamento de opiniões e depoimentos sobre o Acre seus desafios, problemas e potencialidades. Foram ouvidas pessoas comuns em visitas e reuniões, lideranças políticas, formadores de opinião, professores, técnicos, empresários, trabalhadores, segmentos de funcionários do Estado e de Prefeituras, representantes de associações patronais, partidos políticos, federações e associações ligadas à produção. De forma complementar, duas grandes pesquisas com o cidadão acreano foram feitas utilizando técnicas de pesquisa estatísticas e pesquisa qualitativa.

A partir do conjunto das informações coletadas e analisadas, considerando a riqueza das opiniões e sugestões de soluções para os principais problemas enfrentados no Estado e as descrições dos desafios para o desenvolvimento do Acre, estabelecemos cinco grandes objetivos de governo para os próximos quatro anos: **Saúde Pública de Qualidade, Segurança Pública Eficiente, Educação Pública de Qualidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social** (fomento e apoio ao crescimento econômico, ao progresso e à geração de empregos e renda).

Tratam-se de objetivos realistas a serem alcançados sem o uso de demagogias e promessas vazias. Há um conjunto de ações fundamentais e estruturantes para o alcance desses objetivos. Evitamos, assim, cair no modo usual e pernicioso da promessa vazia.

Estamos ofertando aos acreanos um contrato político de métodos, objetivos, metas e formas de gestão, completamente novos. Queremos a melhor experiência de gestão possível no Estado do Acre e ao mesmo tempo ser pioneiros em fincar novas bases de desenvolvimento, em outros patamares, compromissados com os valores da ética, do respeito às leis e às instituições, da garantia da liberdade e da democracia, da valorização do trabalho e da solidariedade e da eficiência das ações públicas.

Temos a clareza de que um governo é algo passageiro; e é assim que deve ser nas democracias. Nossa pretensão é fincar bases, corrigir rumos, gerir com honestidade e competência o orçamento público em prol do desenvolvimento do Acre, da geração de emprego e renda e da prestação de serviços públicos de qualidade.

### ***Saúde Pública de Qualidade.***

É possível melhorar substancialmente o atendimento de Saúde da população. É tarefa mais difícil alcançar uma verdadeira **Saúde Pública de Qualidade**. Em quatro anos é possível melhorar e construir as bases de uma Saúde Pública de Qualidade efetiva.

Para tanto, vamos revolucionar a gestão no setor, estabelecer metas de atendimento por unidade de saúde e equipe de atendimento, auferir o alcance destas metas e tomar as providências gerenciais para a melhor instrumentalização e correção de rumos nos casos de não atendimento das metas. O gestor em saúde precisa ser antes de tudo, um gerente eficiente. O atendimento precisa ser mais humano e acolhedor.

Não pouparemos esforços em findar, paulatinamente, as filas para cirurgia e exames. Não é admissível haver filas de meses e até de anos por simples cirurgias e exames rotineiros. Os investimentos na Saúde serão focados em esvaziar as filas e dar celeridade aos procedimentos. No novo Acre que queremos construir, a famosa e desonesta "peixada" para ser atendido será extinta, pois todos devem ser iguais, todos merecem ser iguais e ter boas condições de atendimento.

Vamos informatizar todo o setor até chegar ao histórico dos pacientes, estoques de remédios, controle de procedimentos, dentre outras funções. Vamos ampliar os mutirões de atendimento, sejam de exames sejam de pequenas cirurgias. Vamos implantar avaliação de desempenho no setor (coletando a satisfação do usuário), implantar incentivos aos bons funcionários, agilizar a compra de aparelhos necessários, otimizar o tempo e racionalizar a gestão.

O setor de Saúde será uma prioridade nos investimentos em infraestrutura no Acre. Serão construídas todas as unidades de saúde necessárias e investidos recursos da saúde em módulos itinerantes de atendimento, que possa atender no que for possível em todos os cantos do Acre.

Com a correção da gestão e o corte dos gastos desnecessários, será possível abrir concursos para admissão na saúde, implantar de forma robusta a saúde nas escolas, fortalecer e ampliar o trabalho de prevenção de casa em casa com o apoio aos municípios com o fortalecimento do programa Saúde da Família. Vamos fazer valer a lógica do SUS, a lógica da prevenção, além de contar com parcerias pública privada no setor de Saúde, principalmente naquilo em que os investimentos exigirem vultosos recursos.

Certamente, os Serviços de Saúde Pública são um setor que exigirá um forte choque de gestão para eliminar o desperdício, desbaratar máfias que agem contra o dinheiro público, dar total transparência às compras governamentais na Saúde e fazer uma gestão de pessoal correta, justa e eficaz para a melhoria do atendimento.

O desafio é fazer mais com menos recursos, é ter os objetivos e metas guiando toda a prestação dos serviços aos pacientes.

### ***Segurança Pública Eficiente.***

Nada é pior do que morar em uma cidade e se sentir inseguro, com medo de transitar livremente, com medo de enviar os filhos para a escola. Nada é mais ultrajante do que ser uma vítima de marginais, nada pode ser mais aterrador do que perder um dos filhos para a violência ou para as drogas.

Para combater a crescente violência e insegurança que atingiu o Acre é preciso assumir o problema e com competência encontrar os meios de devolver ao cidadão uma **Segurança Pública Eficiente**. Medidas de valorização do policial civil e militar, inclusive salarial, devem estar no centro da construção de uma Segurança Pública efetiva.

Precisamos resgatar a consulta constante ao corpo de técnicos das instituições de segurança e investir no desenvolvimento amplo do setor de inteligência das polícias. Para avançar em qualidade nas investigações a nova gestão irá efetivar e investir no uso do Instituto de Identificação Criminal e Análise Forense para que possam, de fato, identificar, catalogar, e monitorar os detentos, seja pelo exame papiloscópico ou de DNA

É preciso resgatar o planejamento técnico e tático em conjunto com todas as forças de segurança no combate ao crime. Investiremos em cursos, aperfeiçoamentos no Brasil e exterior, na compra de maquinários e equipamentos e na construção e reforma de espaços físicos das Polícias Militar e Civil do Estado, do local de trabalho dos agentes penitenciários e dos prédios ligados ao Corpo de Bombeiros.

Vamos concentrar recursos de segurança na proteção de nossas fronteiras. Por exemplo, está planejada a criação de sub sedes da DRE em Epiaciolândia e Cruzeiro do Sul, pois como é sabido, as duas cidades são as maiores portas de entradas de droga no Estado. A Polícia Civil e a Polícia Militar devem ser fortalecidas nestas cidades.

Já no primeiro mês de governo iremos construir um amplo e robusto acordo com o Governo Federal para combater de maneira firme o narcotráfico realizado por meio das fronteiras do Acre. Será um plano de segurança nas fronteiras de cooperação mútua que rebaterá em todo o Estado, na medida em que combaterá o principal combustível da violência, o tráfico de drogas.

Vamos estabelecer mecanismos de incentivo ao mérito policial e ao cumprimento de metas de segurança, que serão construídas para cada unidade de segurança pública do Estado. Alguns incentivos adicionais para o corpo de policiais, bombeiros e demais agentes de segurança, como os agentes penitenciários, serão implementados, tais como a construção de bairros nobres (de classe média) para as forças policiais do Estado morarem enquanto estão trabalhando na segurança pública.

Vamos equipar as polícias, os agentes penitenciários e ampliar os efetivos da Polícia Civil e Militar, Bombeiros e agentes penitenciários, além de modernizar o combate ao crime com equipamentos e metodologias de ponta.

Por fim, nos comprometemos em fazer uma grande reforma no sistema penal do Acre, inclusive com a valorização e qualificação e instrumentalização dos agentes penitenciários e o estabelecimento de parcerias pública e privada para construir presídios e administrar separando os presos por tipificação de crime, fazendo-os trabalhar e estudar.

Essas são algumas ações que poderão em quatro anos melhor a Segurança Pública e estabelecer as bases para um futuro mais seguro ao acreano.



### ***Educação Pública de Qualidade***

Nosso terceiro grande objetivo de governo é lançar as bases que nos aproxime de uma **Educação Pública de Qualidade** para todos os acreanos. Tendo tal objetivo em mente faremos uma profunda reforma na educação do Acre, em todos os níveis educacionais e naquilo que for possível legalmente.

É preciso ampliar o acesso, melhorar o desempenho dos estudantes e enfatizar o ensino técnico e profissional como uma forma de construir pontes para o futuro do desenvolvimento do Estado.

É um primeiro passo erradicar o analfabetismo escolar. No Acre, toda criança terá que ser alfabetizada até os 7 anos de idade. Vamos concentrar esforços na qualificação do aprendizado dos estudantes do ensino fundamental e médio, incentivar e fomentar o ensino profissional e técnico diversificado e adequado ao mercado de trabalho do Acre, construir centros escolares de línguas para atender as escolas de ensino fundamental e médio de todo o Estado.

O centro de nossa política de melhora da Educação Pública será a qualificação dos professores de todo o Estado e em parceria com as redes municipais de ensino.

Vamos estabelecer objetivos e metas de aprendizagem para serem alcançados por todas as escolas da rede estadual. Assinaremos contratos de gestão com os diretores regionais e das escolas da rede. Nos contratos estarão previstas as metas a serem alcançadas. Reforçaremos o apoio a cada escola com recursos didáticos e apoio pedagógico. O monitoramento de alcance de objetivos e níveis de aprendizado dos estudantes acreanos será o eixo de nossa política de valorização do bom professor. Iremos bonificar os melhores professores e diretores de escolas do Estado.

Com a austeridade implantada, teremos recursos suficientes, ainda, para abrir concursos públicos para novos professores e funcionários e desta forma diminuir o número de professores com contrato temporário.

O governo do Estado com a nova gestão fará um profundo levantamento em todo o Acre das condições de infraestrutura das escolas. Estabelecerá um padrão de qualidade mínima e fará o esforço de dotar todas as escolas desse padrão. Todas as escolas, também, serão aparelhadas pedagogicamente; todas serão equipadas adequadamente.

Ainda, a nova gestão irá implantar um robusto programa de Saúde nas Escolas, onde todas as crianças e jovens matriculados na rede estadual de Educação sejam diagnosticados (visão, audição, testes psicológicos, pediatria, programas de saúde, etc.) e encaminhados ao atendimento adequado, se necessário.

Outro ponto fundamental será o de garantir a segurança para as crianças e adolescentes. Faremos um grande programa de segurança nas escolas em parceria com a Polícia Militar e instituições da sociedade civil. A meta é alcançar a paz nas escolas já perdida. Vamos criar as condições para a garantia de haver um ambiente escolar seguro e acadêmico nas escolas da rede estadual e, em parceria com os municípios, redes municipais.

Para consolidar e dar qualidade à Educação Integral, faremos escolas parques para atender no contraturno a rede estadual de ensino fundamental e médio. Nas escolas parques haverá reforço educacional, grupos de estudos diversos, biblioteca, sala ou

laboratório de computadores, espaço para esporte e artes cênicas e plásticas, música e ensino profissionalizante.

Toda Escola Parque também estará vocacionada em sua infraestrutura (teatro, teatro de arena, espaços para recitais e apresentações) a fomentar a cultura, as artes e os espetáculos. Poderá ser um centro de esportes das comunidades, evidentemente, ajustado ao calendário escolar.

Está prevista a construção de quatro grandes Centros Estaduais de educação profissional e técnica que ministrarão cursos de diversas modalidades e orientados para a realidade econômica do Estado. Ainda, como forma de alavancar o Ensino Técnico e Profissional do Acre, pagaremos bolsas integrais de estudo para os melhores alunos do final do ensino fundamental que queiram e tenham vocação para uma carreira técnica.

A nossa linha de ação será a de apoiar tecnicamente a todas as redes municipais de educação a alcançarem padrões de excelência na Educação Infantil e no Ensino fundamental. Pretendemos, também, interiorizar a educação profissional e construir parcerias com Universidades para interiorizar o ensino superior. Desta forma, o objetivo é ampliar o acesso em todos os municípios do Estado à educação profissional e ao ensino superior, sempre observada a realidade econômica e cultural das cidades.

Vamos incentivar a construção e vinda de centros de pesquisa para estudar a biodiversidade amazônica, técnicas de aprimoramento da produção agrícola familiar, assistência rural, pesquisas florestais, dentre outros campos do saber. O Estado, ainda, irá fomentar pesquisas em conjunto com universidades e órgãos do Estado para ajudar na produção e na descoberta de novos produtos amazônicos. Daremos forte ênfase no desenvolvimento tecnológico e científico e fomentaremos as boas práticas neste campo.

Será vital para o futuro do Estado aumentar o seu Capital Humano, ter gente preparada para assumir os melhores postos de trabalho quando o desenvolvimento do Estado deslanchar. Não existe progresso econômico e redução da pobreza sem haver um robusto e qualificado sistema de ensino, que dê oportunidades diversas para as crianças e jovens se prepararem e desenvolverem os seus talentos e vocações. Há um conjunto grande de ações, aqui destaquei apenas algumas.

### ***Infraestrutura adequada e necessária***

Como estamos mirando o futuro, o desenvolvimento do Estado e o enriquecimento do seu povo, teremos como quarto grande objetivo de governo dotar o Acre de **infraestrutura adequada e necessária** para o progresso.

Em infraestrutura, em primeiro lugar, vamos concentrar esforços técnicos, gerenciais e financeiros para investir na qualificação da água e do saneamento básico no Estado. Para tanto, vamos estabelecer parcerias pública privada para a construção de infraestrutura de saneamento e abastecimento de água em todo o Estado.

Acreditamos que o melhor investimento no meio ambiente é resolver o problema da falta de saneamento básico do Estado, fazer obras de tratamento para que possamos barrar a poluição de nossos rios e ajudar por meio de convênios e parcerias a todas as cidades do Acre a se arborizarem e solucionarem os problemas que tenham com destinação de lixo e resíduos sólidos. São ações reais e realistas que contribuirão para preservarmos um meio ambiente saudável.

Intensificaremos as parcerias com o governo Federal para melhorar e ampliar a infraestrutura de energia e de comunicações, vitais para incentivar a industrialização do Estado, a mecanização do campo e a melhoria e barateamento desses serviços para a população.

No que depender do governo do Estado, teremos abatimento e isenção de parte dos impostos estaduais para ampliar a qualidade e obter melhores preços nos serviços de energia e comunicação, internet por exemplo.

Está em nosso horizonte de objetivos a qualificação, finalização e manutenção de todas as BRs e rodovias do Estado, sempre em parceria com o Governo Federal no que for pertinente. Para viabilizar a integração latino americana e abrir horizontes de comercialização vamos captar recursos para complementarmos a BR 364 até o Peru (já há uma estrada vicinal ligando Cruzeiro-Pucallpa), consolidando a infraestrutura necessária para a integração e circulação de mercadorias na América do Sul e dotando de economicidade a exportação de nossos produtos.

Tudo isto é possível na medida do crescimento da produção e circulação de mercadorias. Uma boa infraestrutura logística seria um incentivo valioso para dinamização de nossa produção e comercialização. Não podemos perder oportunidades de desenvolvimento.

Faremos um rígido e inteligente planejamento do investimento em toda a infraestrutura logística do Estado, de aeroportos, rodoviários, ferrovia, qualificar as hidrovias em função da produção e circulação de mercadorias. Vamos estudar, planejar e procurar financiamento para as grandes obras de infraestrutura corretiva (alagações) é de desenvolvimento (novas estradas, pontes, etc.).

Sobre as alagações do Rio Acre, providências serão tomadas já a partir do primeiro mês de governo. Iremos abrir um concurso nacional de engenharia e arquitetura para escolher um projeto corretivo e resolver, por definitivo, as alagações rotineiras com a cheia do Rio Acre. O melhor projeto será escolhido e definirá se é preciso um canal ou um lago, enfim, dará a solução técnica ao problema. Precisamos considerar nas soluções técnicas de engenharia o fato de vivermos o ciclo da escassez de água no verão e do excesso no inverno. Faremos o esforço de captar os recursos (governo federal, parcerias, e, em último caso, empréstimos) para essa obra que é vital para o bem estar de uma grande parte da população acreana.

Vamos iniciar o governo implantando um amplo programa de convênios, em parceria com o governo federal e com todas as Prefeituras do Acre, para recuperação, conservação, construção e investimento na infraestrutura urbana e rural, incluindo a abertura e manutenção dos ramais. As obras deverão ser bem feitas, obras com o aval da população, prioritárias. A escolha das empresas que farão as obras seguirá o mais alto nível de transparência e legalidade. Todas as obras serão fiscalizadas, conferidas em sua qualidade e auditadas periodicamente pelo Governo do Estado e pelas municipalidades.

### ***Desenvolvimento Econômico e Social***

O **Desenvolvimento Econômico e Social** é o nosso quinto grande e importante objetivo de governo. Vivemos há quase duas décadas um lento e pequeno crescimento econômico do Acre, nos últimos anos, então, reinou o marasmo econômico. Há atrasos no uso da tecnologia moderna, alto preço da energia, da comunicação como a internet e dos

combustíveis, baixa qualificação de nosso povo, falta de assistência técnica e apoio com crédito e incentivos à produção rural.

Nos tempos áureos, o Acre foi responsável pela criação de muitas riquezas para o Brasil, seu látex sempre foi de excelente qualidade e estratégico para o País. Hoje, dependemos do dinheiro de empréstimos e do dinheiro do governo federal. Um retrocesso enorme! O setor primário é ainda frágil, a indústria é ainda frágil, os serviços da mesma forma. Estão aquém do potencial dos acreanos e do Acre. Isto tudo pôde ser comprovado com a cheia do Rio Madeira e o completo isolamento e crise de abastecimento por que passaram os acreanos nos primeiros meses desse ano.

De fato, não se conseguiu fazer produtos da floresta viáveis e rentáveis para a população, pois não houve investimentos em técnica, tecnologia e preparação do capital humano; essas são as bases para haver inovação tecnológica, patentes e criação de novos produtos.

A futura gestão irá investir recursos em instituições de pesquisa e em parcerias como suporte tecnológico ao nosso desenvolvimento. Por exemplo, fortaleceremos a FUNTAC. No setor florestal apoiaremos todas as iniciativas produtivas que surjam e que sejam viáveis ambientalmente e comercialmente. Precisamos ajudar a dinamizar a economia do Estado e desenvolver pesquisas em parceria com universidades e com a Embrapa para o desenvolvimento de produtos no Acre.

Faremos opção franca e aberta por implantar uma robusta política econômica, industrial e agropecuária diferenciada, que procure o alto valor agregado, que incorpore o respeito ao meio ambiente como um valor, que contenha inovação, tecnologia e competitividade. Precisamos fomentar a geração de oportunidades, construir as bases de um Acre interconectado com a economia nacional e global.

É preciso construir as bases de uma economia não dependente do Governo Federal, autônoma, dinâmica, capaz de gerar riquezas. É preciso ajudar os setores da economia a incorporar novas tecnologias. É necessário à nova gestão ampliar a assistência aos produtores rurais para contribuir para o crescimento da produtividade, da intensificação da produção e da verticalização.

O quadro de hoje é o da falta de indústrias e da dependência na importação de matéria prima. Há muito por se fazer. Até o mercado de consumo é restrito e concentrado em Rio Branco. É necessário desenvolver fortemente o interior do Estado, criar mercados, consolidar centros de produção e circulação de mercadorias, levar técnica, preparo e tecnologia aos eixos produtivos do Estado.

A função do Governo do Estado não é a de tutelar a economia, é, sim, a de incentivar a autonomia e a geração de riquezas pela sociedade, apontando rumos, caminhos, e atuando para amenizar gargalos.

Daremos ênfase e planejaremos o desenvolvimento econômico tendo em vista as riquezas do Estado como o gás de xisto, o petróleo, o minério de ferro e outros minerais. Adotaremos todas as medidas pertinentes para aproveitarmos ao máximo os recursos gerados com a exploração, já existente no Acre, dessas nossas riquezas.

Promoveremos por meio de instituições adequadas o amplo conhecimento técnico da riqueza do solo do Acre e das riquezas possíveis da produção rural. Reestabeleceremos uma forte rede de assistência técnica ao produtor rural. Visamos ajudar no aumento da produtividade e na diversificação da produção. Apoiaremos financeiramente e tecnicamente a agricultura familiar, o governo fará um plano especial para comprar, para

o Estado, parte da produção da agricultura familiar. Ainda, vamos financiar, apoiar e incentivar a abertura e o funcionamento de pequenas e médias agroindústrias no Estado

Somaremos esforços para apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas existentes e incentivaremos a criação de outras que tenham relação com as vocações do Estado. Por exemplo, ajudaremos no desenvolvimento com incentivos e apoio técnico a cadeia produtiva do leite, do couro, da fruticultura, da castanha, dentre outras.

São todas ações de promoção de cooperativas, empresas, empresas familiares, da produção rural, agropecuária no intuito de gerar riquezas, oportunidades, empregos e renda para os trabalhadores acreanos.

Também, a nova gestão enfrentará o marasmo econômico implantando com uma política agressiva e inteligente de desoneração tributária para atrair empresários, industriais e incentivar os empresários acreanos a desenvolver uma indústria viável no Estado. Precisamos criar os diferenciais de competitividade para que o interesse de produzir no Estado cresça. Por isso, o investimento em Educação, pesquisa, tecnologia, infraestrutura e na criação de um ambiente de incentivos e de liberdade empresarial.

Eu, como governador do Estado, não perderei uma oportunidade sequer para promover o Acre e convencer, com argumentos e apoio, empresários a investirem no Estado. Precisamos fortalecer o Acre e integrá-lo comercialmente com o mercado latino americano e internacional. Além disso, vamos aproveitar a marca da Amazônia no desenvolvimento de novos produtos e incentivar nichos de negócios. Teremos em nosso governo um grande programa, em parceria com todo o Sistema S, de apoio à formação e desenvolvimento de negócios e empresas, de todos os tamanhos. Promoveremos grande apoio e incentivos fiscais para a micro, pequena e média empresa do Acre, justamente o setor que mais emprega.

É meta do futuro governo, após arrumar a casa e equilibrar as contas, promover concursos públicos diminuindo o percentual de funcionários temporários em todos os setores.

### ***Convite à reflexão e à responsabilidade da escolha.***

Enfim, trabalharemos dia a dia para o fim do isolamento do Acre, promoveremos a liberdade no setor econômico e a desoneração inteligente.

### **Nosso objetivo é desenvolver o Estado e gerar oportunidades de empregos, trabalho e renda aos acreanos.**

Aqui neste documento, serão encontrados diagnósticos de problemas, caminhos de resolução destes problemas e o planejamento central do que iremos praticar no governo do Acre nos próximos quatro anos.

O mais importante é saber que nosso programa e nossa atuação se basearão em cinco grandes valores: ética, respeito às leis e as instituições, liberdade e democracia, trabalho e solidariedade e eficiência para justamente, em quatro anos, avançar nos seguintes objetivos de governo: Saúde Pública de Qualidade, Segurança Pública Eficiente, Educação Pública de Qualidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social (fomento e apoio ao crescimento econômico, ao progresso e à geração de empregos e renda).

O Acre precisará de muita disposição para o trabalho honesto e no rumo certo. O nosso programa é um guia por onde iremos caminhar, ele aponta o rumo que devemos

trilhar para o desenvolvimento e progresso do Acre e dos acreanos. Estou disposto a ser o comandante dessa grande transformação que o Acre deverá passar. Com os pés no chão, creio que é possível consertar as coisas e fincar as bases de transformações verdadeiras. Exigirá trabalho, disposição, bom senso e honestidade. Exigirá, também, muita fé na união dos acreanos e das lideranças do Estado em torno de novos ares, novos horizontes, sempre com mais liberdade, trabalho, riqueza e desenvolvimento justo, porque gera oportunidades para todos.

Nos próximos meses, modelos de gestão e formas diferentes de se fazer política serão confrontados para que o eleitor possa escolher quem irá governar o País e quem será o próximo governador do Acre. As diferenças devem estar claras e inequívocas. Estarão concorrendo princípios e valores totalmente diferentes, em muitos casos, opostos. Caminhos diferentes a serem trilhados. O nosso plano de governo é um cartão de visitas para que o eleitor saiba qual o caminho que estamos propondo. Convido-os a ler e a opinar.

Sei que o Acre e o Brasil merecem muito mais do que possuem atualmente. É por tudo isso que luto todos os dias. Certamente, tempos melhores virão, é com fé na atividade política honesta e pautada na verdade que juntos iremos mudar para melhor o País e o nosso Estado. Avante! Partilho desses sonhos, quero um futuro melhor para o Acre e meu País, quero trabalhar pelo meu Estado e tenho orgulho de representar o povo acreano no parlamento nacional e em breve no executivo estadual.

Rio Branco, de julho de 2014

Márcio Bittar.

## ***1 - Primeiro Passo: Arrumar a Casa.***

- **Economizar, Racionalizar, Desaparelhar**
- **Reforma Administrativa**
- **Eliminação de todos os desperdícios**
- **Iniciar e consolidar processos de ampla transparência de gastos e investimentos.**

A irresponsabilidade administrativa e financeira é marca saliente do atual governo estadual do Acre. O gigantismo é outra saliência dos últimos tempos no governo do Estado. **Deu na imprensa nacional, que no Acre houve um rombo fiscal de 412,8 milhões de reais em 2013. Os atuais mandatários comprometeram algo que significa 4,05% do PIB estadual a mais com o custeio da máquina pública.** Não há contrapartidas de qualidade para o cidadão em serviços públicos.

Será lançado no primeiro dia de governo da nova gestão o **Programa Arrumar a Casa**, que tem por objetivos implementar uma reforma administrativa, eliminar todos os desperdícios e iniciar um processo de ampla transparência de gastos e investimentos.

### ➤ ***Reforma Administrativa para combater o gigantismo Estatal***

Para arrumar a casa, economizar recursos preciosos, racionalizar a gestão será necessário implantar uma reforma administrativa ampla e profunda.

No período entre a eleição e a posse, será constituído um grupo multidisciplinar para realizar, no prazo de três meses, um estudo profundo para rever e avaliar processos de trabalho, elaborar um plano integrado para eliminar o caráter político de ocupação de cargos e valorizar a ocupação dos cargos com técnicos adequados para as funções, findar as ambiguidades de esforços, propor um enxugamento de pelo menos 40% da máquina pública, checar os setores em que há carência de funcionários e dar celeridade às ações governamentais.

A reforma começará a ser gestada antes da posse; em três meses será transformada em projeto de Lei naquilo que for pertinente e encaminhada à Assembleia para votação, logo nos primeiros dias de governo.

É preciso dar um fim ao amadorismo e politização dos órgãos de governo. **Na nova gestão os problemas serão resolvidos de forma técnica. Escolheremos os melhores e mais preparados acreanos para serem os gestores das mudanças necessárias ao desenvolvimento do Acre.** O currículo pesará mais do que a carteirinha do partido.

É preciso escolher os melhores nomes do Acre para as secretarias e órgãos de governo, além de **abrir paulatinamente concursos públicos para preenchimento das carreiras de Estado, priorizando Educação, Saúde e Segurança.**

Não é possível implantar uma gestão eficiente sem valorizar o funcionário público.

Ao todo, a Administração Pública do Acre (Poder Executivo Estadual) está estruturada em 67 órgãos e entidades, assim distribuídos conforme a sua natureza jurídica-institucional: 11 órgãos na governadoria, 22 secretarias, 15 autarquias, oito Fundações, seis empresas públicas e cinco sociedades de economia mista.

<i>Governadoria:</i>	Secretarias
1. Corpo de Bombeiros	1. Articulação Institucional
2. Polícia Militar	2. Fazenda
3. Defensoria Pública Geral do Estado	3. Gestão Administrativa
4. Procuradoria Geral do Estado	4. Turismo e Lazer
5. Representação do Acre em Brasília	5. Planejamento
6. Assessoria de Assuntos Indígenas	6. Justiça e Direitos Humanos
7. Casa Civil	7. Agroflorestal e Produção Familiar
8. Gabinete Civil do Governador	8. Agricultura e Pesca
9. Gabinete do Vice-Governador	9. Meio Ambiente
10. Gabinete Militar	10. Desenvolvimento Florestal, da Indústria, Comércio e Serviços Sustentáveis
11. Controladoria-Geral do Estado	11. Segurança Pública
	12. Infraestrutura e obras públicas
	13. Educação e Esporte
	14. Saúde
	15. Comunicação
	16. Desenvolvimento Social
	17. Habitação e Interesse Social
	18. Pequenos Negócios
	19. Políticas para as Mulheres
	20. Polícia Civil
	21. Secretaria Adjunta de Compras e Licitações
	22. Ciência e Tecnologia

Várias observações podem ser feitas com base na nomenclatura dos órgãos e das entidades. Existe uma Secretaria de Articulação Institucional a despeito de existir a Casa Civil. Ora tradicionalmente a Casa Civil é a responsável pela articulação dentro do Governo. Então, só faz sentido ter uma Secretaria de Articulação Institucional se a abrangência da articulação extrapola o governo. Na governadoria parece haver outras redundâncias, portanto desperdício de recursos: ter a casa civil e ao mesmo tempo o gabinete civil do Governador.

Existe uma Secretaria de Pequenos Negócios. A pergunta óbvia é por que esta área não está submetida à responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Florestal, Indústria, Comércio e Serviços Sustentáveis? A Secretaria de Gestão Administrativa pode ser uma função a ser exercida pela Secretaria de Planejamento, como tradicionalmente se faz no Brasil. Nesse caso, constata-se, facilmente, uma duplicação de esforços, algo irracional na gestão. Por que existe uma secretaria Adjunta de Compras? As Secretarias de gestão administrativa ou de planejamento não poderiam cuidar das compras?

No Acre existe uma Secretaria de Polícia Civil que normalmente, como acontece na maioria dos estados Brasileiros, é a Polícia Civil, um Departamento submetido à Secretaria de Segurança Pública. Ainda, existem a secretaria agroflorestal e produção familiar e a secretaria de agricultura e pesca, ora, porque os assuntos não estão fundidos em um só órgão?

Ter muitos órgãos é sinônimo de criação de estruturas desnecessárias para abrigar companheiros de partido e de alianças. É a ampliação do Estado em função da política e não em função dos objetivos de gestão e de governo. É confundir o governo e o Estado



com o partido político e seus interesses eleitorais e de manutenção do poder. É um modo equivocado de governar. A nova gestão irá corrigir essa grande perversão.

A profusão de secretarias e órgãos leva ao desperdício de recursos, a mais burocracia e ineficiência das ações, pois, são estas ações tornam-se pulverizadas e desfocadas. **A nova gestão se fará pelo princípio da eficiência** e todos sabemos que gigantismo estatal cobra o preço caro da ineficiência nos serviços públicos e do desequilíbrio das contas públicas.

Autarquias:

1. Instituto de Previdência
2. Junta Comercial do Acre
3. Departamento de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura
4. Pavimentação e Saneamento
5. Reguladora de Serviços Públicos
6. Processamento de Dados do Acre
7. Desenvolvimento de Educação Profissional do Acre
8. Instituto do Meio Ambiente
9. Instituto de Mudanças Climáticas
10. Instituto de Terras do Acre
11. Instituto de Pesos e Medidas
12. Defesa Agropecuária e Florestal do Acre
13. Departamento de Trânsito
14. Administração Penitenciária
15. Instituto Sócio-Educativo do Acre

São ao todo 15 autarquias na estrutura administrativa do Estado. Chama-se a atenção para a existência de um Instituto do Meio Ambiente e de um Instituto de Mudanças Climáticas. São áreas de atuação complementares, deveria haver somente, neste caso, uma instituição com as duas atribuições.

Ainda, têm-se as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Fundações:

1. Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Acre - FAPAC
2. Fundação Aldeia de Comunicação do Acre - FUNDAC
3. Fundação do Bem-Estar Social - FUNBESA
4. Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre - FESPAC
5. Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre - FDRHCD
6. Fundação de Cultura Elias Mansour - FEM
7. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Social do Acre - FADES
8. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC

Empresas Públicas:	Sociedade de Economia Mista:
1. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre - CODISACRE	1. Agência de Negócios do Estado do Acre S.A - ANAC
2. Companhia de Colonização do Acre - COLONACRE	2. Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Acre S/A - AZPE/AC
3. Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - CAGEACRE	3. Companhia de Habitação do Acre - COHAB
4. Empresa de Assistência Técnica	

Extrativista Rural do Acre - EMATER	4. Banco do Estado do Acre - BANACRE
5. Departamento Estadual de Água e Saneamento - DEAS	5. Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA
6. Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA	

Com tanta confusão, os investimentos acabam por ser mal feitos, tendem a ser perdulários e duvidosos, sem a transparência necessária. É a receita do fracasso.

Por fim, algumas palavras sobre a organização administrativa do Estado. De maneira geral e esquemática a Administração Pública está assim composta:

- Existem **25 órgãos** com status de Secretaria (Administração Direta);
- São 20 Fundações e Institutos (Administração Indireta) e;
- Existem ainda 13 Unidades que o site do governo estadual classifica como outras instituições, dentre elas o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar.

**Em uma análise bastante artificial pode-se, de todo modo, concluir que Administração Direta é muito grande.** O número pode ser resumido para 18 sem prejuízo para o cumprimento das funções constitucionais do Estado. Uma análise das funções de cada Secretaria pode indicar as redundâncias que podem ser eliminadas e enxugadas. A preocupação com o enxugamento deve-se aos ganhos de eficiência, redução de gastos e pode ampliar a capacidade de coordenação do governo.

Também a Administração Indireta pode ser alvo de uma análise para verificar as redundâncias e as sobreposições com vistas a redefinir funções e extinguir órgãos e for o caso.

O quadro que me pareceu mais coerente é o denominado Outras Instituições, pois neste conjunto estão coisas essenciais às funções estatais, tais como: Defesa Civil; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros; Procuradoria-Geral.

A reforma administrativa irá corrigir o gigantismo do Estado, propor não apenas um enxugamento, mas a **racionalização e otimização dos esforços de toda a máquina governamental para alcançar resultados positivos palpáveis**, tais como a melhora do atendimento da saúde pública com o fim das filas de meses ou até de anos para exames e cirurgias, como a possibilidade de contratação de policiais militares e civis, agentes de segurança pública mediante concursos públicos para combater com mais eficácia o crime e como melhorar substancialmente a qualidade da educação e alcançar melhores indicadores.

➤ ***Eliminar todos os desperdícios!***

**Seremos guiados pelo valor da eficiência e motivados para alcançar resultados positivos e mensuráveis das políticas públicas e dos serviços públicos.** O gigantismo Estatal exige que se crie muitas despesas desnecessárias, onerando o bolso de cada acreano que paga os seus caros impostos.

O modo antigo de governar, responsável por agigantar a burocracia e os meios de agraciar os seus, ampliou enormemente, ao longo dos anos, o número e o valor que se paga aos cargos comissionados. Esses cargos são os que não precisam de concurso público para serem preenchidos, são cargos de livre nomeação do governador do Estado.

Veja alguns dados sobre cargos comissionados:

O governo tem 1214 pessoas ocupando cargos comissionados que representam salários de dois mil a quase sete mil reais, são cargos CEC-1 a CEC-5, que geram uma despesa anual de mais de 64 milhões de reais.

Os secretários de Estado somam 23 que recebem comissões de mais de vinte mil reais mensais. Somente os secretários geram uma despesa de mais de 6 milhões de reais por ano. Em fevereiro de 2014, o governo do Acre pagou R\$ 18.232,93 a cada um dos 15 secretários adjuntos, uma despesa anual de mais 3 milhões por ano. Ainda, o governo aumentou sua máquina em mais 33 diretores executivos que somam despesas anuais de mais de 6 milhões de reais.

O governo ainda conta com 13 assessores especiais, cada um recebendo mais de 18 mil reais por mês e gerando uma despesa anual de mais um milhão e 300 mil reais. Em fevereiro de 2014, o governo do Acre pagou R\$ 16.207,05 a cada um dos 40 diretores de secretaria, uma despesa anual é de 7,7 milhões de reais por ano. Por fim, ainda gasta 4 milhões e 600 mil reais por ano com 14 beneficiários ex-governadores e viúvas.

Ao final, chegamos a uma despesa de mais de 100 milhões de reais por ano!

**A despesa com cargos comissionados não é pouca para um Estado ainda em desenvolvimento. Foi criada no Acre uma espécie de casta de pessoas, uma nobreza, com altos salários.** São os amigos de carteirinha do Rei.

A situação é de descontrole. Ao final de 2013, foram comprometidos 45% das receitas líquidas do Estado com folha de pagamentos. De acordo com o relatório de gestão fiscal de 2013, a despesa anual está em R\$ 1.665.266.185,41. Estamos no chamado limite de alerta da lei de responsabilidade fiscal.

**É evidente que a riqueza do Acre está nas mãos de poucos, como a corte descrita acima. A verdade é que metade das famílias acreanas vive da bolsa família e outros benefícios assistencialistas.** Não há planejamento sério nessa antiga forma de governar. Para sustentar o gigantismo Estatal, o governo demonstra apetite insaciável em cobrar mais e mais impostos dos setores produtivos e das pessoas.

**Com a reforma administrativa, reduziremos os cargos comissionados ao extremamente necessário e preencheremos as vagas abertas com concursos públicos decentes e que selecionem as pessoas pelo mérito e pela qualidade do trabalho.**

O governador e seu governo precisam, antes de tudo, ser responsáveis e respeitosos com o dinheiro do povo. Desperdícios não serão tolerados na nova gestão, voltada ao progresso do Acre e à responsabilidade com a população acreana de 733.559 habitantes.

De todos os acreanos, 34% são crianças de 0 a 14 anos e 20% são jovens de 15 a 24 anos. Ou seja, governaremos uma população composta de 54% de crianças e jovens de 0 a 24 anos. Pelas crianças e jovens acreanos, a nova gestão irá implantar um austero plano de cortes de despesas e controle dos gastos públicos eliminando benefícios indevidos e desperdícios de recursos.

O Programa Arrumar a Casa será implantado desde o primeiro dia. **Serão definidas as metas de redução do custeio para todos os órgãos da administração pública.** São metas de economia do dinheiro público, que se somarão as demais. **Em cada secretaria, empresa e fundação do Estado designarei um guardião da economia, a exemplo do que foi feito no**

**Estado de São Paulo. Economizaremos a cada ano no custeio, despesas como luz, telefone, água, diária, aluguel, terceirizações.**

**A nova gestão será integrada e calcada na eficiência. O gabinete do novo governador se encarregará de monitorar todos os gastos de governo e avaliar o custo-benefício das aquisições de materiais e serviços e das despesas de utilidade pública.** Tudo que for economizado será investido em obras de infraestrutura e na qualificação do povo acreano.

O serviço público no Acre precisa funcionar e não ser visto como uma máquina a serviço do partido. Um novo tempo deve ser inaugurado. É preciso findar o tempo de se servir do povo para inaugurar o tempo de servir ao povo.

➤ ***Iniciar e consolidar processos de ampla transparência de gastos e investimentos.***

Jamais os homens públicos devem abrir mão da ética em todas as suas condutas. Ser um governo transparente em que o cidadão tenha o amplo acesso facilitado aos dados é uma obrigação ética. Já nos primeiros dias adotaremos medidas que promovam a ampla transparência dos gastos, despesas e investimentos.

Hoje, o Estado do Acre ocupa o 24º lugar dentre os 27 Estados da Federação no Índice de Transparência do site Contas Abertas, divulgado ainda nesse ano. O ranking existe a três edições. Para a classificação, técnicos analisaram os portais dos governos e das prefeituras e levaram em conta o conteúdo dos sites, a frequência de atualização e a facilidade do uso. Infelizmente, o Acre figurou entre os últimos

Os líderes da transparência foram Espírito Santo, Pernambuco e São Paulo. O Índice tenta captar a evolução da prestação de conta dos governos, exige mais conteúdo na prestação de contas e inclui o que chamam de peso da usabilidade, ou seja, o grau de facilidade para acessar uma informação. Infelizmente, o Acre auferiu neste índice 3,58, abaixo da média nacional que foi de 5,66. O critério de pior pontuação do Acre foi o de usabilidade com 2,6, abaixo da média dos estados que foi de 4,98.

O perfil da transparência do Acre traçado pelo importante e prestigiado site Contas Abertas não é nada bom. A nova gestão irá reverter a situação e terá como meta subir substancialmente seus índices de transparência, mirando o que de melhor se faz no país. Esse é um compromisso importante que a nova gestão faz com a população. Alcançaremos os mais altos níveis de transparência.

Nos ajustaremos a todos os critérios exigidos, por exemplo, para interação com o internauta-cidadão, aprimoraremos e implantaremos o manual de navegação, a seção perguntas frequentes, um glossário simples, o glossário interativo, o fale conosco que funcione adequadamente, por e-mail e por telefone. Disponibilizaremos e possibilitaremos qualquer forma de download do banco de dados para consultas realizadas, tanto das receitas governamentais como das despesas programadas e realizadas. **Faremos um verdadeiro portal de informações, sem censuras ou maquiagens. Amplo e acessível.**

Ranking do Índice de Transparência do site Contas Abertas. Estados Brasileiros.  
(Divulgado em 2014.)

1º – Espírito Santo 8,96	15º – Paraná 5,84
2º – Pernambuco 8,14	16º – Amapá 5,67

3º – São Paulo 7,95	17º – Rio Grande do Norte 5,27
4º – Santa Catarina 7,60	18º – Paraíba 4,90
5º – Piauí 7,21	19º – Goiás 4,78
6º – Distrito Federal 6,92	20º – Alagoas 4,74
7º – Mato Grosso 6,90	21º – Bahia 4,24
8º – Ceará 6,80	22º – Maranhão 4,14
9º – Rio de Janeiro 6,72	23º – Tocantins 3,92
10º – Minas Gerais 6,72	24º – Acre 3,58
11º – Rio Grande do Sul 6,62	25º – Roraima 3,53
12º – Pará 6,37	26º – Sergipe 2,42
13º – Mato Grosso do Sul 6,10	27º – Rondônia 0,85
14º – Amazonas 5,99	

Portanto, precisamos subir nesse ranking. Para tanto, a nova gestão irá aprimorar e desenvolver mais transparência e facilidade de acesso e aquisição de informações por meio da melhoria técnica e de procedimentos do governo eletrônico. O objetivo é ampliar a disponibilização de dados e informações aos cidadãos acreanos: transparência e participação.

**Além de implantar um austero plano de corte de despesas e controle dos gastos públicos, eliminando desperdícios e benefícios indevidos, como já bastante enfatizado, a nova gestão irá reestruturar completamente os procedimentos de compras do Estado, ampliar e consolidar instrumentos que deem transparência aos processos licitatórios por meio da prestação de contas e controle de qualidade das compras públicas.**

Ainda, o programa Arrumar a Casa vai querer saber **como cada cidadão e cidadã acreanos avaliam os principais serviços públicos ofertados** pelo governo do Estado. A avaliação por parte dos usuários dos serviços públicos fará parte do estabelecimento de metas de satisfação e atendimento e avaliações periódicas do trabalho desenvolvido pelos órgãos públicos.

Por outras palavras, a população que é atendida na saúde pública, na segurança pública e no ensino público será constantemente alvo de pesquisas de satisfação com o atendimento. **Em todo órgão público haverá questionários a serem respondidos pelos usuários dos serviços. Os resultados de satisfação popular com os serviços serão incorporados às metas de trabalho e às correções nos procedimentos dos órgãos que não cumprirem adequadamente as obrigações.**

**A transparência, a eficiência e a valorização da ética serão os balizadores das ações de toda a nova gestão no Acre.** A nova gestão estará atenta para sempre avaliar e identificar problemas para saná-los em tempo útil.

O Programa Arrumar a Casa significa também ajudar a constituir no Estado do Acre um ambiente de liberdade de opinião, democracia plena e ampla liberdade de imprensa. É garantir também um ambiente de segurança jurídica e estabelecer metas claras para todos os setores da administração estadual, nenhum setor funcionará sem metas e sem prestar contas do alcance de metas.

Desde já, a nova gestão devolverá o Acre ao trilho da honestidade e do progresso pelo trabalho, vamos apurar todos fatos denunciados e afastar todos os corruptos que estejam infiltrados no Estado. Nunca poderemos deixar de ficar atentos a atos de

corrupção. Neste sentido, a Operação G-7 da Polícia Federal, em maio de 2013, fez bem ao Estado ao alertar a população e o Judiciário sobre os graves problemas de formação de cartel e desvio de dinheiro público em obras mal feitas. Quebrou a letargia.

Em governos não transparentes, não éticos, o cidadão já está cansado de ver, por exemplo, ruas se desmancharem com chuvas e obras visivelmente precárias e superfaturadas como tantas que existem por aí.

Não alcançaremos o progresso e o desenvolvimento do Acre sem a atuação de uma nova mentalidade e uma nova forma de governar e investir os recursos do povo: **uma forma de governar inteiramente nova, que arrume a casa, ponha em ordem o governo para consolidar os caminhos que vão levar o Acre ao desenvolvimento econômico e a multiplicação das oportunidades.**

**Ética, transparência e eficiência são os valores que movem a proposição do Programa Arrumar a Casa.**

## ***2 - Segundo Passo: Equilibrar as Contas Públicas e retomar as rédeas do desenvolvimento.***

- **Responsabilidade com o Futuro dos Acreanos.**
- **Reencontrar a dinâmica positiva do desenvolvimento.**
- **Superar os baixos índices de desenvolvimento humano e o alto número de famílias vulneráveis pela pobreza.**

Em 2013, o Acre foi o segundo estado brasileiro com maior desequilíbrio nas contas públicas. Foi, proporcionalmente, o segundo estado do País com maior déficit. Concluí-se que o presente e o futuro dos acreanos estão sendo comprometidos. As contas públicas sofrem de graves desequilíbrios.

A exemplo do governo Federal, o governo do Estado compromete os recursos do Estado de forma irresponsável e impensada. **Não há na atual administração a competência necessária para levar o desenvolvimento em bases sustentadas, com planejamento e controle dos gastos.**

**A rigor o Acre vive de transferências governamentais e de empréstimos vultosos**, que acabam por comprometer sua capacidade de investimento no futuro e de crescimento econômico; gastou-se rios de dinheiro no varejo, no dia a dia do Estado.

O PIB (Produto interno bruto, ou seja, a soma de todas as riquezas produzidas) do Brasil, em 2010, ultrapassou o patamar de 3,6 trilhões de reais. A maior parcela do volume global de bens e serviços produzidos no Brasil é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que correspondeu a mais de 33% do volume total. O Estado do Amazonas, por exemplo, auferiu um PIB que correspondeu a 1,63% do total de 2010. O PIB do Acre, em 2010, alcançou pouco mais de 0,2% do total nacional. Os dados do ano de 2010 são os mais recentes para os Estados.

PIB BRASIL (2010)		
2010	R\$	3.674.000.000.000,00

**Fonte: [ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br) – consulta feita em 30/10/2013**

	PIB (2010)	% do total Brasil
<b>1</b> SP	R\$ 1.247.596.000.000,00	33,96%
<b>14</b> AM	R\$ 59.779.000.000,00	1,63%
<b>25</b> AC	R\$ 8.477.000.000,00	0,23%

**Fonte: [ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br) – consulta feita em 30/10/2013**

Os dados de participação de cada Unidade da Federação no total Brasil dizem alguma coisa sobre o tamanho da economia de cada Unidade da Federação. Para ilustrar melhor o que representa cada economia, vejamos a seguir as informações relativas ao PIB per capita, isto é, por habitante.

Esta é uma medida melhor de produtividade de cada economia, exceção ao caso do Distrito Federal. Essa Unidade da Federação possui o maior PIB per capita do Brasil, mas certamente não possui a maior economia quando se consideram os dados de produção. O PIB do Distrito Federal é turbinado pelos gastos governamentais (G) da equação da composição do PIB pela óptica da demanda da economia. Ademais outro fator que infla o PIB do DF são os altos salários do funcionalismo público federal que, por sua vez, turbinam os gastos das famílias (o C da equação da demanda global).

O PIB per capita do Brasil, em 2010, foi de pouco mais de R\$ 19.500,00. O Distrito Federal teve o per capita maior naquele ano, praticamente três vezes superior ao valor nacional. O Estado de São Paulo, o segundo maior per capita, teve um PIB/per capita 1/3 maior do que o Brasil. Na região norte, o Estado do Amazonas teve um per capita abaixo do nacional, porém menos distante do que o do Acre, foi o 11º PIB por habitante do Brasil.

O PIB per capita do Acre correspondeu a 59% do valor nacional, com R\$ 11.567,00 por habitante ano, o 18º PIB/per capita do País. Os números mostram que o Acre possui uma economia mais frágil do que a nacional e mais fraca do que a do seu vizinho, o Amazonas.

A superação desse quadro apenas será viável se houver um processo de maior acumulação de capital, exploração dos recursos naturais e sua transformação em produtos industrializados. Passa por desenvolver as potencialidades do Estado do Acre: agregação de valor aos produtos e mais e melhor capital humano.

Em suma, para que a economia do Acre alcance, pelo menos, o patamar nacional será necessário cumprir as etapas clássicas do desenvolvimento econômico.

PIB PER CAPITA BRASIL (2010)	
R\$	19.508,00

**Fonte: [ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br) – consulta feita em 30/10/2013**

PIB PERCAPITA (2010)			
<b>1</b>	DF	R\$	58.489,00
<b>2</b>	SP	R\$	30.243,00
<b>11</b>	AM	R\$	17.173,00
<b>18</b>	AC	R\$	11.567,00

**Fonte: [ipeadata.gov.br](http://ipeadata.gov.br) – consulta feita em 30/10/2013**

A pouca produção e marasmo econômico determinam receitas desequilibradas e insuficientes. Considerando o PIB de cada um dos estados brasileiros, das regiões e o total Brasil na série histórica que compreende o período de 2002 a 2011 (último ano com dados disponíveis), constata-se que a participação relativa na composição do PIB da Região Norte e do Brasil do Acre manteve-se praticamente inalterada, com menos de 1% nos dois casos. Aliás, a participação no PIB regional até decresceu um pouco.

Em termos reais e tomando-se por base o ano de 2002 e adotando-se como deflator o IPCA do IBGE nota-se que houve algum crescimento, mas isso ocorreu também em outras unidades da Federação. A conclusão inescapável é de que não houve um salto de crescimento real e significativo da economia no Estado do Acre no período tomado para consideração de 2002 a 2011.



Os dados de produção, isto é, do tamanho da economia se refletem na dinâmica das receitas, como se verá a seguir. O volume total das receitas públicas do governo do Acre, em 2012, foi de cerca de 4,9 bilhões de reais. A maior parte deste total, cerca de 86%, é de **receitas correntes**. Aliás, este é o padrão nacional.

<b>RECEITA TOTAL ACRE (2012)</b>	<b>4.841.794.724,91</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	4.181.084.864,87
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1.098.207.124,07
<b>DEUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (-)</b>	550.064.506,25
<b>RECEITAS CORRENTES INFRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>RECEITAS DE CAPITAL INFRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>4.729.227.482,69</b>

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da fazenda – consulta feita em 30/10/2013**

O quadro abaixo mostra a composição das receitas correntes do Estado do Acre. A informação mais relevante que dele se extrai é de que 68% de tais receitas são compostas de transferências correntes, isto é o que o Estado recebe da União. Evidenciado a extrema dependência que o Acre se encontra atualmente.

O desequilíbrio é evidente. Para se ter uma ideia mais clara, no Amazonas as receitas oriundas de transferências correspondem a 26% do total e em São Paulo a 0,07% do total. **Isso ocorre por que a dinâmica econômica destes dois Estados permite a eles ter uma maior receita tributária.** No Amazonas 55% das receitas são tributárias e em São Paulo 70% do total são oriundos dos tributos arrecadados pelo Estado.

**A fragilidade do volume de receitas próprias do Estado do Acre é uma consequência da baixa dinâmica econômica do Estado.**

<b>RECEITAS CORRENTES ACRE (2012)</b>	<b>4.181.084.864,87</b>	<b>% do total</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	954.773.012,80	23%
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	121.228.513,69	3%
<b>PATRIMONIAL</b>	89.096.056,44	2%
<b>AGROPECUÁRIAS</b>	-	-
<b>INDUSTRIAL</b>	-	-
<b>SERVIÇOS</b>	34.470.677,42	1%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	2.835.724.281,80	68%
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	145.792.322,72	3%
<b>TOTAL</b>	4.181.084.864,87	

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da fazenda – consulta feita em 30/10/2013**

O quadro abaixo informa a receita por habitante. Note que a receita por habitante no Acre é maior do que em São Paulo, Amazonas e no Brasil. Isso indica concentração de renda em uma parte da população, pois os dados mostram a existência de muitos pobres no Estado.

<b>RECEITA TOTAL POR HABITANTE (2012)</b>	<b>RECEITA TOTAL (R\$)</b>	<b>POPULAÇÃO ESTIMADA (2012) (R\$)</b>	<b>VALOR POR HABITANTE (R\$)</b>
<b>AC</b>	4.841.794.724,91	776.463	6.235,71
<b>SP</b>	172.866.153.793,43	43.663.672	3.959,03
<b>AM</b>	12.964.428.700,46	3.807.923	3.404,59
<b>BR (receita líquida - exclui as transferências aos entes subnacionais)</b>	880.829.000.000,00	201.032.714,00	4.381,52
<b>Receita bruta do Governo Federal</b>	1.062.206.000.000,00	201.032.714,00	5.283,75

**Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da fazenda – consulta feita em 30/10/2013**

Sobre as dívidas do Acre, pode-se dizer que foram endividadas gerações de acreanos. Em dezembro de 2006 (Banco Central), o Acre tinha uma dívida de 976 milhões de reais, em julho de 2013, a dívida já era de mais de 2,2 bilhões de reais, e isto sem contar com o mais recente empréstimo pedido pelo atual governo de 250 milhões de dólares ao BIRD.

Posição da dívida do Estado do Acre em julho de 2013, conforme dados do Banco Central do Brasil, em R\$.

Devedor	Credor			Total
	Tesouro Nacional	Instituições Financeiras Públicas	Instituições Financeiras Privadas	
<b>Administração Direta (a)</b>	356.236.343,11	1.800.092.141,42	-	2.156.328.484,53
<b>Administração Indireta (b)</b>	70.397.812,99	-	-	70.397.812,99
<b>Total</b>	427.174.156,10	1.800.092.141,42	-	2.227.266.297,52

Fonte: Bacen – [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br) – consulta feita em 29/10/2013

**No ano de 2012, por exemplo, o Estado pagou o valor de R\$ 118.580.274,27 relativos aos juros e encargos da dívida. O endividamento dos Estados no Brasil é um problema que afeta a todas as unidades. Os que mais sofrem com as dívidas são os Estados com baixa dinâmica econômica.**

No plano nacional é preciso equilibrar o indicador de correção das dívidas. Ainda que os Estados, pelo acordo vigente, paguem uma parcela expressiva de suas receitas anualmente, a sensação é de que a amortização (isso é, a redução do principal) não ocorre. A tendência é o debate se tornar cada vez mais forte nos círculos políticos em torno da alteração do indicador da dívida, pois, desta forma, espera-se que os Estados possam voltar a ter capacidade de investimento.

A fragilidade da macroeconomia e das receitas públicas, demonstradas aqui pelos dados, impacta diretamente no nível de renda média domiciliar per capita do Estado do Acre, que conforme o Censo Demográfico (2010) foi de R\$ 497,44. **Neste patamar o Acre é a 20ª Unidade da Federação em termos de nível de renda domiciliar. O Distrito Federal é a primeira com R\$ 1.665,42 e o Amazonas a 18ª, com R\$ 508,28.**

O quadro geral até aqui traçado também se reflete nos níveis de pobreza do Acre. **O indicador de incidência da extrema pobreza**, que representa o percentual de habitantes que estavam abaixo da linha de extrema pobreza (R\$ 70,00, em 2010), **no Acre é de 18,9%. O Acre é o 22º Estado no Brasil com maior incidência de extrema pobreza.** O Amazonas está ainda mais abaixo, na 24ª posição, com 19,3%. Santa Catarina tem a menor incidência da extrema pobreza, no Brasil, com 1,7%.

Sobre o tema “setor público no Acre” é necessário fazer algumas observações apontando os desequilíbrios. A informação mais importante é que no Acre a relação entre pessoal ocupado na administração sobre o total da população é o maior do Brasil, com 4,7%. A média nacional é de 1,6%. Falta dinâmica econômica e sobra burocracia e gigantismo estatal.

De acordo com o Relatório de Execução Orçamentária do Acre relativo ao exercício de 2013, a despesa líquida com pessoal (DLP) e encargos sociais do Poder

Executivo do Estado em 2013 foi de R\$ 1.665.266.185,41. A Receita Corrente Líquida (RCL) em 2013 foi de R\$ 3.700.350.634,52. A relação entre despesa líquida com pessoal e receita corrente líquida é de 45%.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina um limite máximo de gastos com pessoal em 49% da RCL. Portanto, ao final de 2013 o Acre não avançou sobre esse limite. O limite prudencial foi definido pela lei em 46,55%. O Estado também não extrapolou esse limite. Contudo, a lei fixou um limite denominado de limite de alerta. Para o Estado do Acre, considerando o percentual dos gastos com pessoal, a situação é de limite de alerta, ou seja, de mais de 44,1%. Portanto, **o Poder Executivo do Acre extrapolou, em 2013, o limite de alerta preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.**

A nova gestão deverá estar atenta a isso!

Segundo o que apurou o IBGE, em pesquisa realizada em 2013, o Poder Executivo do Acre possui 36.227 funcionários. Um dos indicadores do tamanho do setor público é a relação entre o total de pessoal ocupado na administração pública do Estado e a projeção na população do Acre. O IBGE produziu tal indicador a partir dos dados coletados na pesquisa ESTADIC 2013 – que vem a ser a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais.

O País possui 1,6% de sua população total ocupada na Administração Pública. O Estado que possui o maior percentual de todas as unidades da Federação, excluindo o Distrito Federal, é o Acre, com 4,7%. O Estado que mais se aproxima é o Amapá, com 4,2%. Estes são os dois únicos Estados da federação que possuem um percentual acima de 4%. O Distrito Federal possui 5,2% de sua população total ocupada na Administração Pública. Mas, neste caso há que se considerar que o DF abriga a administração local e a sedia a administração federal.

Para se ter uma ideia como o Acre e o Amapá destoam do conjunto, basta mencionar que entre as demais unidades da federação apenas Tocantins e Roraima possuem um percentual acima de 3%. A média das grandes regiões é a seguinte: Norte: 2,1%; Nordeste: 1,2%; Sudeste: 1,5%; Sul: 1,6% e Centro-Oeste: 2,4%.

Ainda sobre o tema despesa de pessoal do Estado do Acre, no ano de 2013, o governo informou gasto 0 com outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização. Esta é uma informação obrigatória, de acordo com o § 1º do art. 18 da LRF. A informação é duvidosa.

A conclusão é de que precisamos dinamizar a economia do Estado para gerar empregos, renda e equilíbrio orçamentário. Evidentemente, **a nova gestão precisará economizar, cortar os desperdícios e equilibrar o Estado macroeconomicamente.** Não há milagres para isso, **é preciso gestão racional, cortar gastos e fazer os investimentos pertinentes para fomentar a economia acreana.** Esse é o compromisso da nova gestão.

Todos os empréstimos deverão ser aplicados em setores que ajudem a dinamizar e alavancar a economia do Estado, **os investimentos com empréstimos serão sempre para dotar o Estado de infraestrutura adequada e melhorar a qualidade dos serviços públicos, como Educação, Saúde e Segurança Pública.** Mais dinâmica econômica e desenvolvimento sustentado.

De 2000 a outubro de 2013, houve crescimento de 443% na receita governamental total, mas esse aumento não veio por elevação de produtividade comercial ou industrial do Estado, mas, sim, por aumento dos repasses do governo federal e da alta carga tributária que impede a dinâmica econômica se firmar positivamente.

**A nova gestão precisará integrar o Acre à dinâmica econômica nacional e internacional. Será preciso romper o isolamento que castiga o Estado.** Para tanto, é preciso sair do marasmo e investir em infraestrutura produtiva. É fácil constatar que o Acre, ainda, possui poucas vias de comunicação com as demais Unidades da Federação. Sem essas vias de comunicação de pessoas e mercadorias o desenvolvimento da economia fica prejudicado, afinal a circulação de pessoas e de mercadorias é fundamental para o crescimento e a dinâmica da produção interna e sua comercialização no mercado nacional e global.

**A baixa dinâmica econômica do Acre é um impeditivo para o desenvolvimento adequado do índice de desenvolvimento humano no Estado.**

Abaixo se tem o Índice de Desenvolvimento Humano 1991, 2000 e 2010 para o Brasil, Estados da Região Norte e Alagoas, SC e SP para comparação. O IDH vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano; quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento humano. O índice considera indicadores de saúde, renda e educação.

As faixas de nível de desenvolvimento podem assim serem determinadas: de 0 até 0,499 é considerada de muito baixo desenvolvimento humano; de 0,500 até 0,599 de Baixo desenvolvimento humano; de 0,600 até 0,699 médio desenvolvimento humano; de 0,700 até 0,799 é considerado de alto desenvolvimento humano e acima de 0,800 é tido como de muito alto desenvolvimento humano.

Em 1991, o IDH do Acre foi considerado de muito baixo desenvolvimento humano, em 2000 alçou a categoria de baixo desenvolvimento humano e, em 2010, sustentou a categoria de médio desenvolvimento humano. **O Acre foi o 21º Estado do Brasil em IDH nos três anos consecutivos: 1991, 2000 e 2010.** Em termos relativos, não evoluiu adequadamente, pois se manteve na 21ª posição, o crescimento constatado se deu em todo o País e o ritmo de superações de problemas do Estado manteve-se o mesmo desde 1991 pelo menos.

**Precisamos melhorar o desempenho econômico para haver investimentos corretos e estruturais nas políticas sociais e retirar o Acre da 21ª posição em IDH do País, mantida há décadas.** O Acre tem um IDH inferior ao do Brasil e, na Região Norte, seu índice é somente superior ao IDH do Estado do Pará. Alagoas, um dos Estados mais pobres do País, tem um IDH semelhante ao do Acre. Santa Catarina e São Paulo têm índices considerados de alto desenvolvimento humano, são Estados com economias dinâmicas.

	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010
<b>Brasil</b>	0.493	0.612	0.727
<b>Acre</b>	<b>0.402</b>	<b>0.517</b>	<b>0.663</b>
<b>Amapá</b>	0.472	0.577	0.708
<b>Amazonas</b>	0.430	0.515	0.674
<b>Pará</b>	0.413	0.518	0.646

<b>Rondônia</b>	0.407	0.537	0.690
<b>Roraima</b>	0.459	0.598	0.707
<b>Tocantins</b>	0.369	0.525	0.699
<b>Alagoas</b>	0.370	0.471	0.631
<b>Santa Catarina</b>	0.543	0.674	0.774
<b>São Paulo</b>	0.578	0.702	0.783

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).

O dado de IDH do Acre, decomposto em renda, longevidade e educação, mostra um profundo desequilíbrio entre os indicadores. O IDH de renda do Estado (21º do Brasil) é considerado de médio desenvolvimento. O componente longevidade, também o 21º do Brasil, foi avaliado como de alto desenvolvimento humano e o de educação como de baixo desenvolvimento humano.

**A análise do indicador IDH, decomposto, sugere mais investimentos na geração de empregos e renda e a necessidade de reformar profundamente o sistema de ensino para haver resultados positivos. Esses são compromissos da nova gestão.**

Ranking IDH 2010 entre as unidades da federação. Índice de Desenvolvimento Humano 2010 e os seus componentes de renda, longevidade e educação - Brasil e Estados federados.

<b>Ranking IDH 2010</b>	<b>Unidade da Federação</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>
1 °	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
2 °	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
3 °	Santa Catarina	0,774	0,773	0,86	0,697
4 °	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
5 °	Paraná	0,749	0,757	0,83	0,668
6 °	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,84	0,642
7 °	Espírito Santo	0,74	0,743	0,835	0,653
8 °	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
9 °	Minas Gerais	0,731	0,73	0,838	0,638
10 °	Mato Grosso do Sul	0,729	0,74	0,833	0,629
11 °	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
12 °	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
13 °	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628
14 °	Tocantins	0,699	0,69	0,793	0,624
15 °	Rondônia	0,690	0,712	0,8	0,577
16 °	Rio Grande do Norte	0,684	0,678	0,792	0,597
17 °	Ceará	0,682	0,651	0,793	0,615
18 °	Amazonas	0,674	0,677	0,805	0,561
19 °	Pernambuco	0,673	0,673	0,789	0,574
20 °	Sergipe	0,665	0,672	0,781	0,560
21 °	<b>Acre</b>	<b>0,663</b>	<b>0,671</b>	<b>0,777</b>	<b>0,559</b>
22 °	Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
23 °	Paraíba	0,658	0,656	0,783	0,555
24 °	Piauí	0,646	0,635	0,777	0,547
25 °	Pará	0,646	0,646	0,789	0,528
26 °	Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
27 °	Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).

Diante do panorama econômico exposto, dos desequilíbrios nas contas públicas, do tamanho do Estado e dos indicadores sociais desfavoráveis, é fácil enxergar que o atual governo está em um caminho perigoso e levando todos os acreanos à beira da falência. Parcos e suados recursos do povo acreano são gastos de forma atabalhoada e sem a responsabilidade necessária.

**Um verdadeiro estadista não perde de vista o futuro e o desenvolvimento do Estado, nunca vive o presente por viver. Ele constrói pontes para um futuro de menor pobreza, maior desenvolvimento e oportunidades reais de ascensão social para o povo. Esse é o compromisso da nova forma de governar o Acre.**

Hoje, em paralelo ao dismantelo das finanças do governo estadual, os acreanos não enxergam os investimentos que poderiam estar sendo feitos. Sabem que as ruas do povo desmancham com as chuvas e que os serviços de saúde são de terceiro mundo. Muitos estão com medo de andar pelas ruas das cidades já que segurança pública, de fato, não existe. Escolas são tomadas pela violência, comprometendo o futuro das crianças e jovens. A BR 364 nunca fica pronta e o Estado do Acre marca passos. Os investimentos em infraestrutura produtiva não existem. Os produtores acreanos convivem com a falta e a carestia de energia, falta de estradas, ferrovias e incentivos adequados para produzir e escoar a produção.

**Há marasmo econômico e o estado está ficando para trás. A nova gestão se compromete em vencer o marasmo econômico e social do Acre. Ajustar a rota no rumo certo perdido no tempo.**

### ***3 - Consolidar a mudança do Acre. Fincar as bases do Crescimento. Reafirmar valores e princípios. Governar para todos.***

- **Um novo modelo de gestão pública no Estado do Acre.**
- **Planejamento, aferição de resultados, metas de trabalho.**
- **Fomento à livre iniciativa, à qualificação e à assistência técnica.**
- **Apoio ao desenvolvimento de todos os municípios do Acre.**

É tarefa urgente da nova gestão implantar um novo modelo de gestão pública no Estado do Acre, baseado em aferição de impactos, com foco de atuação na conquista da qualidade dos serviços públicos estaduais - eficiência e economicidade -, e com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico autônomo.

Em suma, **implantar o hábito de trabalhar sempre a partir de um planejamento estratégico, planos setoriais, monitoramento e avaliação de políticas públicas**, levando em consideração as especificidades das cidades acreanas.

Nos primeiros seis meses da nova administração, serão estudados todos os dados e analisados todos os estudos que mostram onde se produz, em que quantidades e o que se produz em todo o Estado. Levantamentos de campo também serão feitos para comprovarem vocações e nichos de produção, bem como, levantar todas as reais necessidades em termos de políticas para os produtores de todos os setores do Estado, industrial, rural e de serviços.

Com as informações e estudos, **será lançado um pacote de medidas para alavancar a economia do Estado e orientar a necessidade de aporte de qualificação de mão de obra, de assistência técnica, de apoio do governo do Estado no desenvolvimento dos segmentos econômicos do Acre e das necessidades de investimentos em infraestrutura**. As primeiras medidas deverão ser aplicadas já ao final dos seis meses.

**Haverá medidas específicas para todas as cidades e regiões do Estado. Estarão contempladas, no pacote de desenvolvimento de vocações, a regional de Purus que compreende Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira, a regional do baixo Acre, região de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guimard e Rio Branco, o Alto Acre, regional composta por Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri, a regional do Vale do Juruá, com a importante cidade de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves e, por fim, a regional Tarauacá-Envira, com as cidades de Feijó, Jordão e Tarauacá.**

Em cada regional e cidades há especificidades a serem contempladas e observadas. Por exemplo, há cidades com altas taxas de urbanização como Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia, cidades em que mais de 70% da população moram na zona urbana.

Rio Branco, a Capital, possuía uma taxa de urbanização de mais de 90%, segundo os dados do IBGE. Por outro lado, há cidades com vocação agrícola em que os índices de urbanização foram baixos, tais como, Porto Acre (13,3% de urbanização), Rodrigues Alves (30%) e Marechal (27,9%).

A taxa de urbanização do Estado é de 72,6%. Em patamares abaixo da taxa do Estado encontram-se quase todas as cidades, na faixa de 40 a 50% de taxa de urbanização tem-se Acrelândia, Bujari, Capixaba e Santa Rosa do Purus, entre 30 a 40% encontram-se Jordão e Porto Walter, entre 50 a 60% de taxa de urbanização tem-se Feijó, Mâncio Lima e Tarauacá. As cidades com taxas de urbanização que variam entre 60 a 67% são Xapuri, Senador Guiomar, Sena, Plácido de Castro, Manoel Urbano, Brasiléia e Assis Brasil.

O pacote de medidas para alavancar a produção levará em conta as vocações estabelecidas e as que existem em potencial em cada município do Acre.

Sabe-se que Cruzeiro do Sul é um polo econômico, é a capital do Juruá, receberá apoio para a diversificação da produção, apoio para fortalecer ainda mais seu comércio e explorar a fronteira de negócios que a cidade representa fazendo fronteira com o Peru, tendo a importante cidade de Pucallpa, capital do departamento Ucayali e da província de Coronel Portillo, a menos de 200 km de distância.

Em Sena, que já foi sede do governo do Estado, é possível expandir as atividades agropecuárias e pequenas indústrias de beneficiamento. Em Tarauacá, será necessário apoiar e dinamizar com mecanização a agricultura e a pecuária, bem como reforçar o apoio técnico e assistência na produção, ainda será preciso incentivar o fortalecimento das pequenas indústrias na cidade.

Outros exemplos podem ser dados. Eles expressam as complexidades da dinâmica econômica de cada cidade. Bujari já foi conhecido por suas hortaliças de alta qualidade. Já foi um grande polo hortigranjeiro. É preciso ajudar a fortalecer a agricultura familiar. A cidade tem uma piscicultura em desenvolvimento. Já em Senador Guiomard será enfatizado o apoio ao desenvolvimento das novas indústrias, apoio técnico nas áreas extrativista e agrícola. Há também muitas cooperativas e associações de produtores rurais que precisam ser fortalecidas.

Ainda, pode-se dar como exemplo a necessidade de fomento à produção de frutas tropicais e palmito em Capixaba. Epitaciolândia viveu, em tempos áureos, o auge da exploração da castanha e da borracha, com a BR 317 elevou-se o seu potencial de turismo. É uma área de livre comércio, porém ainda não regulamentada. Hoje, depende comercialmente de Cobija, na Bolívia, mas nem sempre foi assim.

Plácido de Castro pode se tornar um polo de turismo, pois abriga um parque ecológico com 34 hectares e por volta de 113 espécies da flora florestal. Faz fronteira com a Bolívia e limite com o Estado de Rondônia.

Brasileia é também uma área de livre comércio ainda não regulamentada. Será preciso dinamizar a agricultura tradicional da cidade e apoiar tecnicamente para o fortalecimento ainda maior da pecuária da cidade. Tem potencial de ecoturismo e já abrigou pequenas indústrias de laticínio, serrarias e fábrica de móveis.

Por outro lado, Assis Brasil tem um grande contingente de população indígena. A pecuária e a produção agrícolas são insuficientes. Sua vocação tem a ver com se tornar um entreposto comercial da América do Sul.

Ainda, pode-se falar no desenvolvimento da agricultura e da produção, apoio para a produção familiar, sua diversificação e fortalecimento para os municípios de Acrelândia, Mâncio Lima, Porto Acre e Marechal Thaumaturgo. Nessas cidades, pode-se fomentar a formação de pequenas agroindústrias para agregar valor aos produtos do campo, marca e fortalecimento da comercialização. Há municípios que a maior demanda



é por romper o isolamento, dotação mínima de infraestrutura e fortalecimento da produção como Manoel Urbano.

Desde já é preciso dizer que a nova administração fará convênios com todos os municípios para ajudar técnica e financeiramente na manutenção e abertura de ramais e na infraestrutura urbana.

É preciso sempre planejar ações concretas para o alcance das metas da nova gestão, que deve ser integrada em seus setores e, sobretudo, ouvir constantemente os agentes dos principais setores da economia e da sociedade acreana, garantindo a ampla participação e a completa transparência dos processos de governança.

**É preciso mudar o rumo, mudar o caminho, acertar ponteiros e liberar a energia dos empreendedores e dos empresários no desenvolvimento do Estado e na geração de emprego e renda para o cidadão acreano.**

Uma nova postura será implementada, um novo modelo de desenvolvimento será oferecido aos diversos segmentos. **Há princípios a serem observados: incentivo à livre iniciativa, à qualificação das pessoas e à assistência técnica para um mercado livre e gerador de riquezas e empregos.** É preciso ressaltar que a economia do Estado está sendo tocada de forma equivocada (o governo do Estado é praticamente sócio dos empreendimentos), aplicando um modelo em muito já superado. **Não é necessário tutela e controle, até agora esse modelo ultrapassado penalizou o desenvolvimento do Acre.**

Por outro lado, é preciso alertar de que não há milagres a serem feitos. A nova gestão deverá empenhar-se em ter sempre aporte técnico nas resoluções dos principais problemas do Estado. Para desenvolver é preciso ver o que o povo faz ajudar com pesquisas, aumentar a assistência técnica, ajudar a recuperar áreas com adubo, calcário, analisar e corrigir adequadamente o solo para o plantio de culturas diversas.

Ajudar a multiplicar as oportunidades, evitar os erros do passado e enfrentar o dia a dia administrativo sempre mirando um horizonte melhor para as famílias acreanas.

Muitas mudanças haverão de ser implementadas. São urgentes e tratam de necessidades vitais da sociedade acreana. Sabemos que será preciso empenho, força, competência e espírito cívico para resgatar o progresso, a liberdade e a eficiência nos serviços públicos no Estado do Acre.

Obviamente, não será tarefa pequena e de apenas um indivíduo, só a união de forças políticas mudancistas em favor do Estado poderá enfrentar a contento essa imensa tarefa. A hora é de responsabilidade e capacidade. **A União por um Acre melhor para se viver, com mais produção, liberdade e progresso é o compromisso número um da nova gestão.**

Mais do que isso, é preciso fazer uma aliança sólida e verdadeira com cada cidadão acreano para superar as mazelas atuais e preparar o Estado para um grande desenvolvimento, hoje, travancado por gargalos administrativos, soberba política e incompetências gerenciais.

Exatamente com este intuito que a coligação Por um Acre Melhor lança o seu programa de governo lançando as bases, os princípios, as diretrizes e os programas de gestão que irão mirar a resolução dos problemas atuais e o futuro do Estado. **O objetivo é ajudar a construir um Acre melhor para se viver, com mais produção, liberdade e progresso.**

Os valores cultuados pela nova gestão serão o da ética e honestidade em todas as ações governamentais, do fundamental respeito às leis e às instituições, o da liberdade e da democracia, do trabalho e da solidariedade e o da eficiência das ações públicas.

A eficiência na prestação de serviços públicos, a parceria do Estado com os municípios para um desenvolvimento autônomo da economia, da produção e da geração de emprego e renda, a gestão transparente e participativa, a valorização do mérito do servidor público, a valorização do cidadão por meio do atendimento digno na Saúde Pública e na Educação, a construção de um Estado com Segurança Pública e o apoio aos mais pobres na superação da pobreza são algumas das metas incontornáveis e que devem ser enfrentadas com inteligência e gana pela nova equipe de governo.

**Os principais objetivos de governo são de alcançar uma Saúde Pública de qualidade, uma Segurança Pública eficiente, uma Educação Pública de qualidade, investimentos em infraestrutura corretiva e de fomento à circulação de mercadorias produzidas e o desenvolvimento econômico e social, fundado na geração de emprego, trabalho e renda.**

Mas, o principal a ser feito é a mudança de mentalidade da sociedade acreana.

É urgente o Acre sair da dependência para caminhar com as próprias pernas, superar seus problemas e se livrar do jugo que sufoca as forças e as energias do povo. É preciso superar o medo de mudar que ainda existe no Estado. É preciso união para realizar as tarefas urgentes. É preciso sonhar com um futuro melhor. Um tempo de paz, prosperidade, trabalho, autonomia, democracia e progresso. Por um Acre melhor.

O documento ora apresentado, então, celebra a instituição de um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento do Acre, um pacto para dinamizar a economia, aumentar o investimento no capital humano e na garantia da livre iniciativa e distribuição de oportunidades ao povo acreano. Um Pacto pelo bem do Estado entre políticos, eleitores, empresários e sociedade.

É preciso desmascarar o desequilíbrio econômico hoje vivido e a alta dependência de empréstimos e do dinheiro do governo federal. É preciso vencer a execução burocrática e errática e finalizar com a prática de obras mal feitas e superfaturadas, que chegam a custar três vezes mais do que o cobrado no mercado.

A nova gestão vai contribuir para construir um ambiente econômico onde haja competição, inovação tecnológica, desburocratização, tributos mais justos, formação de capital humano e incentivo à produção de riquezas locais. É preciso, em primeiro lugar, investir nas pessoas, cuidar, pois, são as pessoas que tocam o desenvolvimento. Uma verdadeira política de valorização do mérito deve ser implementada, por respeito ao cidadão e seu dinheiro na forma de impostos.

O tempo da mudança está chegando. É tempo de superar os medos. As palavras de ordem são mudar, crescer e construir. Inovar com o melhor da terra, enfim alcançar Progresso. Só o fortalecimento das pessoas irá mudar o rumo do Estado. A coligação Por um Acre Melhor faz parte dessa luta, uma luta em favor do Acre e dos acreanos.

#### **4º - Compromisso com os mais humildes - Trabalho e Solidariedade**

Mais de 29% de toda a população do Acre, em 2010, viviam abaixo da linha de pobreza. A linha de pobreza adotada é a de R\$ 140,00 per capita mensal. Os dados se referem ao levantamento censitário de 2010. A tabulação dos dados foi feita pelo PNUD.

O percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza no Acre é superior ao do Brasil, 15,2% e da Região Norte que é de 24,6%.

Cabe ressaltar que o Brasil vem, desde os anos 1990, implementando modelos de distribuição de renda baseados em transferências constitucionais para o Estado e para as famílias. Esses programas ajudaram na redução da incidência de pobreza.

É importante, também, lembrar que vários programas de transferência de renda foram induzidos pelos preceitos constitucionais da Carta Magna de 1988; outros foram implementados nos anos 1990, em vários níveis governamentais e se consolidaram como uma rede de proteção social no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os governos de Lula, apesar de patinarem no início com o midiático Fome Zero, acabaram por unificar diversos programas da rede de proteção social herdada do governo do PSDB e implantaram o Bolsa-Família. Um programa de êxito que deve ser incorporado como política pública de Estado. O tema é objeto de Projeto de Lei de autoria do Senador Aécio Neves.

O compromisso do PSDB é em ampliar e aprimorar o programa Bolsa-Família tornando-o uma política pública de Estado e, assim, livrando o programa de interesses e manipulações eleitoreiras.

Porém, os programas de transferência de renda sozinhos não vão ser capazes de livrar as pessoas da pobreza. Somente crescimento econômico, com geração de empregos e renda, aliados a um ambiente de estabilidade econômica e boa educação básica e profissional podem reduzir de fato e de forma mais permanente os percentuais de pobreza. Boa parte da redução da pobreza no Brasil e no Acre foi advinda do crescimento econômico e do controle da inflação.

Para reduzir o percentual de pobres no Acre e no Brasil será necessário crescimento econômico em vários anos consecutivos, investimentos no fomento à produção da indústria, do meio rural e dos serviços e preparo técnico, profissional e educacional das pessoas. É tarefa fundamental.

Ou seja, para reduzir o número de pobres o Acre precisará produzir riquezas e investir fortemente em educação. A nova gestão terá que ajudar aos produtores, empresários, cooperativas, associações, micro e pequenas empresas a produzir mais riquezas para enriquecer os acreanos, gerar empregos e renda. Esse é um compromisso com o Acre e sua gente.

A nova gestão terá o **trabalho** e a **solidariedade** como valores-guias de suas ações. Será uma gestão compromissada com a valorização dos trabalhadores e a superação das desigualdades sociais dos acreanos. É evidente que isto não é tarefa para quatro anos de governo, mas quatro anos são suficientes para aprimorar programas de combate à pobreza, mantendo os que dão certo, ampliar ações de assistência às famílias, iniciar a dinamização da economia, reduzir os gastos públicos supérfluos para investir na

Saúde, na Educação e na Segurança Pública. Ainda, propiciar grandes investimentos em saneamento básico e urbanização e na infraestrutura produtiva e promover e fomentar a formação de pequenas agroindústrias familiares para superar a pobreza no campo.

A coligação Por um Acre Melhor vai ter uma verdadeira e boa obsessão em criar empregos e trabalho.

No serviço público estadual, daremos ênfase à meritocracia e à qualificação dos funcionários. Novas vagas serão abertas por meio de concursos públicos nas áreas essenciais e será exigido de todos os postulantes de cargos governamentais alta qualificação técnica e ficha limpa na Justiça.

Estaremos focados no incentivo e fomento técnico e financeiro à produção rural. Adotaremos uma política inteligente de incentivos, fomentos e isenções de impostos para expandir e consolidar o setor industrial do Acre, diretamente ligado às vocações do Estado e que gere empregos.

A nova gestão estará empenhada em ajudar a gerar oportunidades de empregos e renda. Ao novo governo caberá a obrigação de promover a qualificação profissional e técnica dos jovens. Em parceria com o setor produtivo do Acre, a nova gestão irá implantar um forte programa para ajudar na geração do primeiro emprego para os jovens acreanos.

Será um compromisso da nova gestão o apoio intenso do governo do Estado às micros e às pequenas empresas do Acre. Do mesmo modo, ao pequeno produtor rural. A nova gestão fará um completo resgate da assistência técnica rural e apoio na inovação e pesquisas para a agricultura, a criação de animais e ao desenvolvimento de novos produtos.

A coligação Por um Acre Melhor, ao ganhar as eleições, irá implementar um forte programa de apoio aos municípios na manutenção e abertura, com obras bem feitas e lícitas, de ramais necessários ao Estado. São obras importantes para permitir o escoamento da produção e o barateamento dos custos com transporte. Certamente, são obras que combatem de forma indireta a pobreza, levando mais dinheiro e economia ao bolso do produtor rural.

A solidariedade para com os mais humildes é um valor para a coligação Por um Acre Melhor. Neste sentido, serão estimuladas parcerias com Igrejas e associações de bairros para promover a família acreana, com ações no campo da educação, no atendimento de saúde aos mais idosos, da assistência social, da prevenção do uso de drogas, como a instituição dos Alcoólicos Anônimos - AA.

O Estado se empenhará em ajudar a crescer o cuidado e a caridade para com os mais humildes do Acre, afinal são mais de 29% das pessoas vivendo com menos de R\$ 140,00 por mês.

Ser pobre, geralmente, significa viver em ambientes perigosos, tomados pela criminalidade, principalmente, nos centros urbanos. Segurança é item para considerar uma pessoa livre da pobreza. Afinal, não podemos reduzir a questão a uma mera linha de R\$ 140, 00. Para combater, de fato, a pobreza, será preciso o empenho da nova gestão em combater com rigor a violência e a criminalidade e, ao mesmo tempo, dotar e articular recursos para a melhoria da infraestrutura urbana e a implantação de serviços públicos em bairros sitiados pelo crime; seria um programa a ser partilhado com os municípios do Estado.

Certamente, a nova gestão irá trabalhar mais pelos que tem menos, nunca subjugar as pessoas e procurar sanar necessidades vitais e sempre qualificar as pessoas para que elas possam arrumar melhores empregos e não depender de ajuda Estatal.

Para tanto, os objetivos de governo de uma Saúde Pública de Qualidade, uma Educação Pública e uma Segurança eficiente quando realizados contribuirão de forma permanente para a redução da pobreza. A coligação Por um Acre melhor sabe que o apreço pelo trabalho e pelo desenvolvimento inaugurará novos tempos de crescimento e rompimento com o ciclo da pobreza, permitindo que os acreanos possam ascender a patamares melhores de vida.

A norma será de cuidar das pessoas. O compromisso da nova gestão é de ajustar os órgãos de Estado para cuidar das pessoas. Por exemplo, haverá ênfase e prioridade no atendimento dos serviços públicos aos mais velhos, às crianças, às mães e aos portadores de necessidades especiais. A nova gestão dotará todos os prédios do Governo do Estado de acessibilidade plena e incluirá nos convênios de financiamento de infraestrutura urbana critérios de acessibilidade a serem observados em todas as obras.

Ainda, investirá na formação de professores e profissionais da Saúde para o atendimento inclusivo no sistema educacional e no sistema de saúde. Haverá um aumento de investimentos para ampliar o atendimento multidisciplinar aos portadores de necessidades especiais nos hospitais do Governo do Estado, levando este padrão de atendimento aos lugares mais necessitados. A nova gestão dotará todas as escolas estaduais de acessibilidade plena. Cuidar de quem mais precisa será um lema na nova administração.

A nova gestão irá ampliar a coleta e tratamento de esgoto com programas de obras públicas planejadas e priorizadas para as cidades mais necessitadas e para o público mais necessitado, segundo dados oficiais. Os conjuntos habitacionais projetados agora serão implantados pelo próximo governo e devemos priorizar a adoção de critérios de proporcionalidade dentre as cidades que sofrem com os horrores da alagação, atendendo a capital e as cidades do interior de forma igual. Será retomado o papel de protagonismo do governo do Estado na urbanização e regularização fundiária em áreas urbanas e rurais sempre em parcerias com as cidades acreanas e o governo federal (na captação de recursos por meio da implementação de programas).

A nova gestão ainda irá implementar a tarifa solidária, ou seja, instituir a isenção da tarifa de energia e água para as famílias mais pobres das cidades mais pobres do Acre, começando pelas que tem menor IDH e em um prazo de quatro anos estender a tarifa solidária para todas as famílias muito pobres do Estado.

Como mais um exemplo do compromisso da coligação Por um Acre Melhor com os mais humildes, será implementado um grande programa de redução da mortalidade materno-infantil e combate à desnutrição infantil, o Cuidar da Mãe e do Filho. Será enfrentada a desnutrição das crianças de 0 a 6 anos, com um programa focado de identificação e apoio à mãe que está amamentando e as mães com crianças na primeira infância em todos os recantos do Estado. O programa será composto por apoio pessoal com instruções, orientações e ajuda na priorização na marcação de consultas e no atendimento médico. Quando necessário serão distribuídos alimentos a essas mães e crianças e feito o acompanhamento nutricional e médico delas. Faz parte, ainda, do programa o governo do Estado somar esforços com os municípios, por meio de

convênios, para garantir acesso das mães ao pré-natal, ao parto assistido e o atendimento às crianças em seus primeiros anos de vida.

A nova gestão ainda irá criar a Delegacia do Idoso que receberá as queixas contra crimes praticados contra idosos, maus tratos, ameaças e abandono material. Haverá como complemento à ação, o atendimento integrado da assistência social aos idosos em conjunto com a polícia civil e militar que recebeu a denúncia ou ocorrência. Cuidar do Idoso do Acre é um gesto de solidariedade e cidadania.

Por fim, como mais um exemplo do compromisso com os mais humildes, a nova gestão abrirá linhas de crédito e assistência (articulada entre o governo e as instituições adequadas de capacitação e assessoria a pequenos negócios, cooperativas, associações do Sistema S), com juros baixos, para pequenos investimentos de ampliação e fortalecimento de negócios e abertura de micro empresas familiares urbanas e rurais.

## **Grandes Objetivos de Governo.**

Os grandes objetivos da nova gestão são:

- O de alcançar uma Saúde Pública de qualidade, que atenda com humanidade, eficiência e celeridade os pacientes;
- O de trabalhar para ter uma Segurança Pública minimamente eficiente no combate ao crime;
- Constituir uma Educação Pública de Qualidade, com efetividade no aprendizado dos estudantes e oferta de ensino profissional e técnico diversificado e ajustado à realidade econômica e de mercado de trabalho do Acre;
- Iniciar o estabelecimento de uma infraestrutura corretiva (urbanização, saneamento, abertura e manutenção de ramais, qualificação das rodovias, dentre outras obras) e impulsionadora do desenvolvimento (logística, energia); e
- Por fim, fincar as bases sólidas de um desenvolvimento econômico e social, com ênfase na promoção da liberdade dos agentes econômicos, na geração de empregos e renda e no apoio, crédito e assistência técnica aos produtores rurais do Estado.

A coligação Por um Acre Melhor tem a consciência de esses objetivos a serem alcançados pela nova gestão são coincidentes com as prioridades do povo acreano.

Em uma pesquisa probabilística com mais de 2500 entrevistas em todo o Estado, feito em maio de 2014 pelo Instituto Teotônio Vilela (ITV) do Acre, investigou-se quais seriam os principais problemas que o futuro governador do Estado deveria resolver. Foram indagados (respostas múltiplas, portanto, a soma é maior do que 100%) diretamente sobre os dois maiores problemas do Estado que o futuro governador deveria resolver. Os resultados gerais permitem a conclusão de que os ânimos dos acreanos com os serviços públicos ofertados pelo Estado não estavam bons na data da pesquisa.

- A saúde pública foi apontada por 78,4% das respostas como o primeiro grande problema do Acre.
- Em segunda posição encontrou-se a Segurança Pública, com 45,7% das respostas.
- O desemprego surgiu como o terceiro maior problema com 30,4% das respostas.
- A Educação Pública, com 23,6%, com ênfase na falta de qualidade e de preparo profissional aos jovens.
- A infraestrutura e o saneamento básico foram apontados por 13,1% de todas as respostas dadas pelos eleitores entrevistados como um problema a ser resolvido.

Ainda, foram perguntados sobre o que desejam a respeito da maneira atual de governar o Acre. Quase 76% dos eleitores acreanos querem mudanças, 19% querem a permanência do modo de governar o Acre e 5% não souberam responder à indagação.

Mais de 3/4 dos eleitores acreanos clamam por mudanças na forma de governar o Estado.

Na mesma data, maio de 2014, o ITV também promoveu uma grande pesquisa qualitativa de grupos focais em diversas cidades do Estado. Os resultados são ainda mais claros e evidentes:

- Há graves problemas na gestão da Saúde Pública em todo o Acre.
- Há uma crescente sensação de insegurança, inclusive no interior do Estado, que atrapalha a vida cotidiana.
- Não se tem uma educação pública adequada
- Os acreanos reclamam da falta de saneamento básico e de urbanização adequada.
- Os eleitores acreanos de diversas cidades identificam o marasmo na economia e a falta de desenvolvimento, empregos, trabalho e apoio real aos produtores rurais.

Algumas frases dos acreanos entrevistados que ilustram o desejo por mudanças e as críticas certas e profundas à qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo governo do Estado. Vale destacar também a clareza das pessoas em relação ao marasmo econômico hoje vivido no Acre, o desejo por mudanças e os apontamentos de mal feitos e da forma equivocada de governar o Acre.

### ***Mudança, Corrupção, Opressão.***

*"Monotonia, ditadura, renovação é sempre bom, hora de mudanças, estamos cansados de apanhar." (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Merecemos mudar, o povo quer mudanças, o povo está cansado de sofrer".  
(Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"O governador se apega aos empresários que bancaram a campanha, e as ruas estão esburacadas." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"O Estado faz a empresa e dá à iniciativa privada: indústria do taco, do preservativo, Álcool verde, Silos e polo naval, tudo dinheiro do BNDES." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O governo pega o dinheiro emprestado, monta a empresa e doa para empresários que pagam sua campanha". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Há cooperativas, de fachada, elas têm donos e ajuda do governo". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O governo sempre quer ganhar uma pontinha com os empresários." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*



## ***Cinco Grandes Objetivos de Governo***

### **Saúde hoje.**

*"A saúde é precária, não tem remédios e há filas enormes para tudo". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A saúde melhorou, a fundação hospitalar, tem muitos hospitais, mas não são suficientes, levou dois anos em uma fila para tirar pedra da vesícula." (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Isso de saúde de primeiro mundo é descaso, espera para ser atendido, o PT falava isso em comícios". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A saúde piorou, é um novo sistema que o paciente vai a óbito para fazer uma cirurgia, não dá tempo". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A saúde é de primeiro mundo? nos postos não tem médicos, para ter uma ficha tem um agendamento, quando ligam, também deixam para lá, e quando você volta não tem médico, esperei 6 meses por um exame de esteira." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Demora demais os exames, a infra pode até ser boa, mas os médicos são despreparados, não tem remédio e você fica 8 meses esperando por uma ressonância magnética, os profissionais não são capacitados e falta remédios." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A saúde demora a atender, tem fila de meses ou anos para operar". (Morador de Brasília, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Não adianta ser o melhor hospital, o mais bonito do mundo se os profissionais são ruins, a estrutura cresceu mas não há bons funcionários." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O hospital é bonito, mas falta médicos, principalmente especialistas, quem não tem peixada morre sem ser atendido." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Isolado e carente. Na saúde melhorou um pouco, quando preciso de exame aí a coisa complica". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A saúde melhorou, a situação do interior melhorou, mas precisa de mais equipamentos e médicos, o saneamento é precário, a corrupção aumentou." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Saúde piorou a própria secretária de saúde foi para SP se tratar, faltam profissionais, é tudo provisório". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

### **Objetivo 1 - Saúde Pública de Qualidade**

A Bloomberg, portal americano especializado em economia, fez um grande levantamento que mediu a eficiência dos serviços de saúde de 48 países, no início desse ano. Foram atribuídas notas para cada país. O cálculo das notas levou em consideração critérios de expectativa de vida, média do custo do serviço de saúde e quanto esse custo representa comparado ao PIB per capita de cada país. O Brasil ficou em último lugar, tem os piores serviços médicos entre quase 50 países de todos os continentes.

A Saúde Pública brasileira deixa muito a desejar. Segundo pesquisa do IBOPE, feita em parceria com a CNI - Confederação Nacional da Indústria-, em 2012, 61% dos entrevistados consideraram o serviço público de saúde em geral ruim ou péssimo, 54%

avaliaram como ruim ou péssimo o serviço público de saúde em sua cidade e mais de 85% dos brasileiros entrevistados não perceberam avanços significativos no sistema público do país.

A pesquisa, ainda, revela que 55% dos entrevistados consideram a demora no atendimento como o principal problema da saúde, 57% consideram a falta de médicos como problema muito grave. Menos de 4% dos entrevistados acham que é preciso aumentar impostos para atender bem a saúde e 82% acham que os recursos adicionais para a saúde podem ser conseguidos se o governo acabar com a corrupção no setor.

É péssima a imagem da Saúde Pública no País, são, comuns nos meios de comunicação e nas redes sociais, cenas trágicas de imensas filas na porta de unidades de saúde, relatos de mau atendimento e até a morte em hospitais pelo Brasil por falta de atendimento adequado. E, de fato, pouco avanço se constata no setor da Saúde Pública que atende as principais demandas do povo. Há ilhas de excelência no Brasil, mas o sistema de saúde, por diversos motivos, não funciona adequadamente.

A demora no atendimento e nos procedimentos é uma verdadeira lástima no Brasil e no Acre. Os relatos indicam espera de meses ou anos por cirurgias relativamente simples, meses para a marcação e feitura de exames e horas de espera em filas para atendimento de consultas.

A sensação é de caos no atendimento, sem contar com os diversos relatos de populares sobre mau atendimento, desumanos e não cordial. A falta de médicos especialistas é uma constante nos relatos dos acreanos. Não fica atrás em intensidade a reclamação com a falta de equipamentos, tal como um simples Raios-X. A situação no interior do Estado é ainda mais dramática.

Já é consenso entre os especialistas de que a Saúde Pública brasileira em geral é ruim, pois associa baixo financiamento, graves problemas de gestão e alta corrupção no setor.

Há graves problemas no financiamento público da Saúde do País e pouca participação da União. Em janeiro de 2012, foi sancionada a lei que define os gastos públicos em saúde e os percentuais mínimos de investimento na área por parte da União, estados e municípios. Não foi conseguido que a União destinasse 10% de suas receitas no financiamento da saúde pública. O texto aprovado diz que o governo federal deve investir o montante do ano anterior acrescido da variação percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e mantém a norma de que os estados apliquem na saúde 12% de tudo o que arrecadam e os municípios invistam 15% da receita. Não há compensação para estados e municípios que não atinjam essas metas de investimento. Ainda, constam no texto da lei as definições do que pode e o que não pode ser considerado gasto em saúde para evitar que governadores e prefeitos "maquiem" os gastos em saúde pública.

Ficou expresso que não podem ser contabilizados, como despesas em saúde, gastos com pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive de servidores da saúde; pagamento de salário para servidores que não atuam na área; assistência à saúde que não seja universal; merenda escolar; saneamento básico; limpeza urbana; preservação do meio ambiente; assistência social; além de obras de infraestrutura.

Os recursos só poderão ser utilizados em ações e serviços de acesso universal que sejam compatíveis com os planos de saúde de cada ente da federação e de responsabilidade específica do setor saúde *stricto sensu*. Entre os investimentos autorizados na saúde estão

remuneração dos profissionais de saúde na ativa; gastos com capacitação de pessoal e investimentos na rede física do SUS; produção, aquisição e distribuição de insumos, como medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; gestão e ações de apoio administrativo; entre outros.

Portanto, o peso do investimento na Saúde Pública recai nos orçamentos dos estados e municípios, muitos dos quais com reduzidas capacidades orçamentárias e financeiras.

Vejamos algumas estatísticas que dão a dimensão da falta de investimento consistente na Saúde Pública no Brasil, diga-se de passagem, que o ente que mais arrecada é o que menos contribui para o financiamento, ou seja, a União:

- Estima-se que somente 3,8% do PIB nacional é destinado a atender 85% da população brasileira no Sistema de Saúde, em 2012.
- Em 2011, o Brasil era o 7º PIB do mundo e 72º país no gasto em saúde. No ranking de 193 países feito pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil gasta US\$ 317 por pessoa/ano, 20 vezes a menos que a Noruega, por exemplo. Na América do Sul, o Brasil perde para Argentina, Uruguai e Chile.
- O desempenho brasileiro no financiamento público em saúde é 40% mais baixo do que a média internacional (US\$ 517).

Estatísticas mostram que 150 milhões de brasileiros recebem assistência pela rede estatal. A metade dos atendimentos é feita por hospitais municipais, estaduais ou federais. A outra metade recorre a instituições conveniadas, em grande parte Santas Casas. Essas entidades e médicos que prestam serviços ao sistema sem vínculo empregatício recebem pela chamada Tabela do SUS, cujos valores estão defasados em 40%, em média.

A defasagem na tabela do SUS, que em última instância é causada pela falta de financiamento robusto, principalmente, pela falta de mais recursos da União, explica, em parte, o porquê da crise dos hospitais filantrópicos, da crise dos hospitais universitários e da qualidade do atendimento público sofrível. Como se disse anteriormente, há exceções e ilhas de excelência, mas o sistema não funciona a contento.

Outro grave e inequívoco problema é a falta de estrutura de atendimento na Saúde. Vejamos alguns exemplos.

- Segundo estudo divulgado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), 2012, não há o número de leitos de UTI preconizado pelo Ministério da Saúde para garantir o atendimento de sua população em cerca de 80% dos estados. Um índice que vai de 1 a 3 leitos de UTI para cada 10 mil habitantes. Nas unidades de alta complexidade de 15% a 25% do total de leitos disponíveis devem ser de UTI.
- Em 20 unidades da federação o índice de UTIs por habitante é inferior à média nacional (1,3 leitos por 10 mil).
- Apenas em sete estados (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Espírito Santo), encontram-se indicadores iguais ou ligeiramente superiores (de 1,3 a 2,4).

- Os dados da pesquisa divulgada pela AMIB mostram que no Brasil existem 25.367 leitos UTI, distribuídos em 2.342 unidades deste tipo que funcionam em apenas 403 dos 5.561 municípios brasileiros.
- Dados do Ministério da Saúde também indicam a falta de leitos simples para atender os pacientes. São leitos de internação simples, atendimento psiquiátrico ou para recuperação de dependentes químicos. Entre 1990 e 2008, o Brasil perdeu 188.845 leitos hospitalares. Em 2008, o total de leitos era de 347.102. Entre 2008 e 2011, outros 17 mil leitos foram desativados. A diferença com relação a 1990 é de 203.066 leitos a menos.
- Em 2011, a média de leitos UTI por 10.000 habitantes do Acre era uma das menores do País e da Região Norte: 0,5. A média do Pará foi de 0,6, do Amazonas 1,1, de Rondônia 0,8, Tocantins 0,8, Amapá 0,7 e Roraima 0,1.
- Quando observamos ainda mais os dados vemos que os problemas imperam. Os Dados do Ministério da Saúde mostram muitas variações negativas na quantidade de leitos hospitalares do SUS. Entre 2011 e 2013, foram fechados 12.697 leitos em todo o País. No mesmo período, no Acre, houve encerramento de 116 leitos.

A má gestão dos recursos humanos e financeiros da Saúde Pública do Acre é patente e a precariedade do atendimento notória. Não é novidade que os serviços de saúde do Estado estejam muito abaixo de uma qualidade mínima, embora haja lugares no País em que a situação é ainda pior.

A nova gestão acredita que não é somente a falta de recursos que explica como as coisas não estão indo bem. Há falta de recursos e todos devemos lutar para que a União faça sua parte em aumentar o financiamento para o SUS. Saia do discurso e faça sua parte.

Porém, sabe-se que a incompetência gerencial e a corrupção no setor de saúde penalizam, cruelmente, o cidadão e a cidadã acreanos. Muitos pacientes têm que esperar meses por um simples exame, meses por um médico especialista e penar um tempo indeterminado por uma cirurgia dita urgente. De uma forma geral, a incompetência está em não corrigirem os problemas óbvios, não implementarem uma gestão racional dos recursos e não fiscalizarem o trabalho dos servidores públicos da saúde.

Há casos escabrosos de incompetência. No município de Rodrigues Alves, havia um aparelho de Raio X que permaneceu encaixotado por mais de um ano, na Unidade Mista de Saúde. Segundo relatos de moradores e pacientes, o governo levou mais de doze meses para providenciar assistência técnica para a instalação do aparelho. A nova gestão considera que chegou o momento de cessar com as promessas mirabolantes e as propagandas mentirosas. A Saúde não é de primeiro mundo. É preciso descer do palanque.

O primeiro compromisso da nova gestão é de implementar uma gestão racional e honesta na Saúde Pública no Estado. Eis alguns procedimentos simples que irão regularizar ou amenizar o mau atendimento:

- Estabelecimento de metas de atendimento por cada unidade de saúde do Estado a partir do estudo do fluxo e da demanda por atendimento. Paulatinamente, todo o planejamento, as compras, os serviços prestados nas unidades poderão ser planejados com antecedência. A medida também gera economia de recursos, pois faz o controle e evita o desperdício de tempo e de materiais.

- O alcance das metas será monitorado e avaliado com rigor. Haverá, acoplado no sistema de metas, bonificações financeiras às equipes de saúde das unidades.
- Haverá a coleta de avaliações junto aos pacientes e usuários das unidades de Saúde do Estado, que contarão na avaliação final do alcance de metas e acesso ao sistema de bonificação.
- A nova gestão irá aferir o alcance de metas e contemplar a opinião dos usuários de todas as unidades de saúde da rede Estadual. Posteriormente, serão tomadas as providências gerenciais e de apoio para a correção de rumos nos casos de não atendimento das metas.
- Os gestores das unidades de Saúde serão, antes de tudo, gerentes eficientes, capazes de liderarem as equipes a excelência do atendimento, com economia e presteza.
- Serão elaboradas metas para conferir a qualidade do atendimento, sé é mais humano e acolhedor.

Será preciso moralização do atendimento, com a intensificação da fiscalização por parte do governo do Estado do funcionamento da Rede Estadual de Saúde em todas as cidades do Estado.

Todos os desmandos e os ilícitos devem ser investigados e não mais permitidos. A nova gestão irá dar um choque de eficiência no setor.

Com competência técnica, cuidado com o dinheiro público e racionalidade na gestão é possível solucionar os problemas da Saúde Pública, sem promessas mirabolantes e ilusões. Com trabalho, respeito e empenho é possível e desejável superar a agonia que se vive hoje na Saúde Pública acreana

A coligação Por um Acre Melhor tem a certeza de que em quatro anos é possível melhorar substancialmente o atendimento de Saúde da população.

Alcançar um padrão de verdadeira **Saúde Pública de Qualidade é bem mais difícil, porém**, em quatro anos é possível melhorar e construir as bases de uma Saúde Pública de Qualidade efetiva no Estado.

Certamente, os Serviços de Saúde Pública são um setor que exigirá um forte choque de gestão para eliminar o desperdício, desbaratar máfias contra o dinheiro público, dar total transparência às compras governamentais na Saúde e fazer uma gestão de pessoal correta, justa e eficaz para a melhoria do atendimento.

O desafio é fazer mais com menos recursos, é ter os objetivos e metas guiando toda a prestação dos serviços aos pacientes.

Muitas outras providências serão tomadas:

- A nova gestão irá intensificar as medidas de valorização do servidor público da Saúde, com o sistema de bonificação, com oferta de qualificação e cursos destinados ao aprimoramento do trabalho e a valorização do mérito, do bom profissional de Saúde.
- Informatizar todo o setor da Saúde Pública, todas as unidades de saúde interligadas, até chegar a armazenar o histórico médico dos pacientes, estoques de remédios, controle de procedimentos. Otimização das ações e eliminação de

esforços duplicados. Trabalhar em parceria com os municípios e captar recursos no Ministério da Saúde.

- Instituir uma boa logística de armazenamento e distribuição de remédios, inclusive com o uso da tecnologia e da informática.
- Ampliar os mutirões de atendimento com exames e pequenas cirurgias.
- Agilizar a compra de aparelhos de saúde necessários e cuidar da agilidade na instalação e manutenção.
- Não poupar esforços em findar, paulatinamente, as filas para cirurgia e exames. Parte dos investimentos na Saúde será focada em esvaziar as filas e dar celeridade aos procedimentos. Todos devem ser iguais, todos merecem ser iguais e ter boas condições de atendimento.
- Prioridade para investimento em infraestrutura de Saúde Pública no Acre. Serão construídas todas as unidades de saúde necessárias e investidos recursos da saúde em módulos itinerantes de atendimento, que possa atender no que for possível em todos os cantos do Acre. Ampliar os leitos hospitalares e os leitos de UTI.
- É preciso construir os meios necessários para diminuir a necessidade de pacientes de tratamentos de média e alta complexidade procurarem outros Estados da federação em busca de atendimento. Então, a nova gestão irá atuar com investimentos de qualificação no aprimoramento do atendimento de média e alta complexidade: nas intervenções (cirurgias cardíacas, cirurgias oncológicas, transplantes, cirurgias de urologia e procedimentos para câncer, a quimioterapia e a radioterapia), no diagnóstico e prescrição (exames laboratoriais, radiografias, exames de Papanicolau, ultrassonografias, testes de HIV, tomografia computadorizadas e vacinação).
- Instituir programas de qualidade e prioridade no acompanhamento médico de diabéticos em tratamento, tratamento contra o tabagismo e alcoolismo e outras drogas, pacientes de AIDS em tratamento, doentes renais crônicos em tratamento. Serão programas especiais desenvolvidos em toda a rede estadual de saúde e em todos os níveis de atendimento. Faz parte do programa promover mutirões de cirurgias e fortalecer os programas específicos da saúde da mulher, saúde do idoso, e atendimento especial aos doentes crônicos.
- Com a correção da gestão e o corte dos gastos desnecessários, será possível abrir concursos para admissão na saúde e implantar, de forma robusta, o “saúde nas escolas”;
- Fortalecer e ampliar o trabalho de prevenção de casa em casa com o apoio aos municípios no fortalecimento do programa Saúde da Família.
- Fazer valer a lógica do SUS, a lógica da prevenção, além de contar com parcerias pública privada no setor de Saúde, principalmente naquilo em que os investimentos exigirem vultosos recursos.
- Contribuir tecnicamente com os municípios para que a lógica de atendimento do SUS seja respeitada, para tanto, no interior é preciso funcionar a rede de atenção básica e os polos de atendimento de média complexidade.

- Dar um peso maior para um atendimento regionalizado, que chegue a todas as cidades do Estado.
- Conveniar e fomentar a construção ou vinda de grandes Hospitais para o Acre, como os hospitais de reabilitação e de excelência da Rede SARAH de Hospitais.

O fundamental é que no setor da Saúde Pública será preciso mais do que nunca transparência administrativa e estabelecimento de metas de atendimento com humanidade e qualidade.

É preciso moralização do atendimento com a intensificação da fiscalização por parte do governo do Estado. Acreditamos que com tais metas e projetos é possível implementar uma Saúde Pública minimamente digna para o acreano

Por fim, não se pode esquecer o peso que onera o sistema de Saúde que são as chamadas externalidades. Por exemplo, investir em Saneamento básico é investir na saúde do povo.

E a situação no Estado do saneamento é crítica. Em estudo exclusivo do Instituto Trata Brasil sobre os serviços de saneamento básico prestados nas 100 maiores cidades do País é revelado que Rio Branco se localiza na 91ª colocação. A base de dados consultada para a elaboração do ranking foi extraída do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgado pelo Ministério das Cidades. Os dados são de 2011.

A falta de saneamento é um dos elementos impactantes na saúde das pessoas. Outras externalidades são os graves e corriqueiros acidentes de trânsito e a crescente violência urbana no Estado. Todos são fatores que impactam no serviço público de saúde e devem ser levados em conta para que haja uma gestão digna no setor

Tanto os homicídios (**violência e tentativa de homicídio, ferimentos**, etc.), quanto os **acidentes violentos, acidentes de trânsito, motos** nas estradas e vias **oneram o sistema de saúde**: se houver combate à criminalidade e maior segurança nas estradas e vias melhor para o sistema de Saúde. Não se pode esquecer de que contribuem para os acidentes as obras mal feitas e buracos diversos nas pistas e vias. O poder público tem parte na responsabilidade, pois não implanta a sinalização adequada, os acostamentos exigidos (BR 364, por exemplo) e itens básicos de segurança nos automóveis e motos.

Para se ter uma ideia da dimensão e impacto no sistema de saúde da falta de **segurança nas estradas e vias do Acre**. O número de óbitos por acidentes de transporte na População do Acre em **2012 foi de 164 mortes. Entre 2002 e 2012 o número aumentou em 22,4%.** Em 2012, morreram, no Brasil, nas estradas e vias **46.051 pessoas**. Entre 2002 e 2012 houve um aumento de 38,3%.

## **Segurança atual.**

*"Piorou a Segurança, tá horrível, O governo não está investindo, tem que construir mais presídios." (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Falta segurança nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A segurança piorou, é insuficiente a polícia, 198 assassinatos esse ano". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A violência é alta, mas está melhorando, não tem onde prender o pessoal, falta vagas nos presídios, eles soltam os presos." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O pior é a segurança, assalto por cima de assalto, é culpa das leis frouxas." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"O secretario de segurança é um incompetente, a violência é generalizada, homicídios aumentam." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Os bandidos estão à vontade e gravam até os crimes na rede social". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Segurança é o ponto crítico. Aumento de drogas". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O Acre está uma calamidade, a marginalidade crescendo, não se pode produzir, tem rotatividade no campo, vão para as cidades, marginalidade". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"A violência piorou porque tem pouco emprego." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

## **Objetivo 2 - Segurança Pública eficiente:**

Números de diversas fontes oficiais mostram aumentos sucessivos em todos os tipos de crimes, mas, em especial, uma explosão homicida no Brasil.

A criminalidade figura entre os mais graves problemas nacionais. É um verdadeiro flagelo que destrói milhares de famílias brasileiras.

No Brasil, ao somarmos os números de vítimas desde a notação estatística de 1980 até 2010, tem-se mais de um milhão de assassinatos.

Os dados relativos ao tamanho da população confirmam a gravidade da situação: no Brasil foram 11,7 homicídios em 100 mil habitantes em 1980. Em 2010, o número passou a ser de 26,2 assassinatos em 100 mil habitantes. Houve um aumento real de 124% no período ou 2,7% ao ano.

No Acre não é muito diferente. Considerando o intervalo entre 2000 e 2010, foram constatados 1.473 homicídios e um aumento de 33% no número de assassinatos. Em 2000, foram 108 pessoas assassinadas e, em 2010, 144 vidas.

Ao se utilizar os números relativos à população, constata-se que, no Acre, em 2010, a taxa de homicídio em 100 mil habitantes cresceu, em comparação com o início da década, 1,3%, chegando a 19,6 mortes em 100 mil habitantes.



Hoje, em Rio Branco há mais de duas mil bocas de fumo, um visível aumento de homicídios, furtos, assaltos e até sequestros relâmpagos. No interior, o avanço da criminalidade é visto por todos, até as escolas foram tomadas pela delinquência e por gangues juvenis.

Por sorte, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil) acaba de divulgar uma prévia do Mapa da Violência 2014, sobre o índice de violência que atinge os brasileiros, correspondente à década de 2002 a 2012.

Os dados são alarmantes, confirmando e demonstrando a falta de uma política consistente de combate à violência no Brasil e no Estado do Acre.

De acordo com o Mapa da Violência, no ano de 2012, o Brasil teve o maior número absoluto de assassinatos e ainda a taxa mais alta de mortes desde o ano de 1980. Em 2012, 56.337 pessoas foram assassinadas no país, um aumento de 7,9% em relação ao ano de 2011, quando 52.198 crimes contra a vida foram notificados. O levantamento é baseado no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

O estudo realizado pela FLACSO Brasil aponta o Acre como o estado que apresenta o terceiro maior aumento na taxa de homicídio, com 22,4%, no período entre 2011 e 2012. Um índice muito superior ao aumento do índice nacional, que foi de 7,0%. O Acre ficou atrás apenas de Roraima, que apresentou crescimento na taxa de homicídio de 71,3% e do Ceará, com um aumento de 36,5%.

Em 2012, 209 acreanos foram vítimas de homicídios, contra 168 durante 2011 e 151 em 2002. De janeiro a 25 de março deste ano, 2014, foram assassinadas 55 pessoas no Estado, se a escalada da violência continuar nesta toada serão acumulados, ao final do ano, 220 homicídios.

Estes são números alarmantes e prova cabal do fracasso na condução da política de segurança pública no Acre, que tem como grande realização a distribuição de apitos para a defesa da população, amedrontada e abandonada pelo poder público.

Alguns problemas que explicam, em parte, o progressivo aumento da criminalidade são temas nacionais, que exigem ações do Congresso Nacional e do poder executivo, do Governo Federal: a mudança da legislação para baixar a maioria penal, a garantia da segurança nas fronteiras, a tomada de medidas para acabar com a impunidade, reformar o código penal, acelerar os processos na Justiça e reformar a política carcerária brasileira.

A nova gestão proposta pela coligação Por um Acre Melhor irá tomar providências urgentes e eficazes para diminuir a criminalidade e aumentar a segurança de todos os cidadãos acreanos. Certamente, a insegurança associa-se diretamente com a proliferação das drogas ilegais, com o desemprego e desalento entre jovens, com a impunidade e proteção do bandido, com a falta de valorização do trabalho policial e com a leniência do governo federal e estadual na proteção de nossas fronteiras com países sabidamente produtores de drogas.

A nova gestão terá que fortalecer os investimentos na compra de equipamentos e veículos para a polícia militar e civil do Acre, precisará equipar também os agentes penitenciários. Sabe-se, também, que será necessária economia nos gastos menos importantes para reverter em investimento no aumento paulatino do efetivo da PM e da Polícia Civil, dos Bombeiros e dos agentes penitenciários por meio de concursos

públicos. É um efetivo pequeno e nem a metade do contingente disponível é de policiais ativos.

Em conversas técnicas com agentes da Segurança Pública do Estado, constata-se que há má gestão dos recursos humanos na Polícia Militar e Civil. Infelizmente, contata-se, também, falta de planejamento nas ações da PM e na própria segurança pública do Estado. O mais grave é que houve a completa politização da segurança pública e o banimento de ações técnicas salutares no exercício dos agentes policiais militares e civis.

O que é preciso superar é a situação de insegurança que se espalha pelo Acre. A família acreana está com medo, acuada, diante do mal crescente. Autoridades parecem não saber exatamente o que fazer ou como agir, para voltar o mínimo de paz social.

Segundo numerosos estudos, alguns fatores são raízes do crime:

- ✓ Juventude sem projeto de vida, sem trabalho e sem estudo;
- ✓ Impunidade aos crimes de todos os tipos, grandes ou pequenos;
- ✓ Impunidade do menor de idade;
- ✓ Desestruturação familiar;
- ✓ Esvaziamento da religião e dos princípios cristãos;
- ✓ Uso indiscriminado de álcool e drogas lícitas e ilícitas;
- ✓ Sistema carcerário corrupto e ineficiente no isolamento dos presos;
- ✓ Crescente e poderoso aliciamento de jovens e de clientes para a indústria nefasta do tráfico de drogas, geralmente, comandada por indivíduos encarcerados membros de organizações criminosas.

Não se pode deixar de enfatizar que o combate ao crime não é algo trivial, exige esforços de todas as principais instituições da República. Por exemplo, do Parlamento exige-se endurecimento das leis, maior rigor na punição ao crime. A impunidade é o que anima os criminosos de todos os gêneros. É preciso endurecer as leis, aumentar a punição e inibir o criminoso a cometer ilícitos.

Por outro lado, a dimensão numérica dos homicídios não deixa dúvidas de que há um sistemático avanço do narcotráfico no país. O avanço de qualquer máfia traz a violência, banaliza o mal. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, em 2012, o Brasil foi o segundo maior consumidor de cocaína e derivados do mundo. Esse fato explica bem as razões da explosão de criminalidade que vivemos.

Pode-se afirmar sem medo de errar que o crescente aumento do número de homicídios no Brasil e no Acre é sinal claro do avanço do narcotráfico e exige que o governo federal enfrente o problema. É imprescindível melhorar a vigilância nas fronteiras, impedir que entre no país toneladas de drogas e armamentos ilegais. O Acre, neste contexto, faz fronteira com países notórios em produção de drogas. Por isso, é um estado estratégico no combate ao narcotráfico. Essa condição exige comunhão de esforços entre as forças de segurança federais, estaduais e das forças Armadas na vigilância das fronteiras, na troca de informações e em ações inteligentes de combate ao narcotráfico e suas ramificações no Estado. Isso deve ocorrer pelo bem do povo acreano.

Entretanto, e a despeito do acúmulo de problemas, é possível ir paulatinamente conseguindo aumentar a efetividade da Segurança Pública no Acre. Há exemplos de

cidades e estados, que tinham situações muito mais complicadas, mas que alcançaram bons resultados. Por exemplo, na Capital da Colômbia, colocou-se em prática uma política nacional de desbaratamento das máfias urbanas e do narcotráfico muito bem sucedida, isso em um país que sofre com as ações do grupo terrorista e guerrilheiro comunista, narcotraficante, as *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia*, as Farc.

Em São Paulo, Estado onde se originou o Primeiro Comando da Capital (PCC), após ações de inteligência policial fez-se cair pela metade o número de homicídios. Hoje, a capital de São Paulo, por exemplo, figura como uma cidade segura pelo bom trabalho das polícias militar e civil. É possível quando há prioridade para a segurança pública. A intensidade do declínio dos homicídios em São Paulo acompanha o aumento de encarceramentos realizados nos últimos anos. Ou seja, os homicidas foram retirados das ruas.

A coligação Por um Acre Melhor percebe no Acre um intenso **sucateamento da Polícia Civil**, por exemplo. Isto faz com que fiquem sem serem desvendadas as autorias dos crimes de roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas, o que gera impunidade e o consequente encorajamento dos criminosos e, por fim, o aumento dos crimes de todas as ordens.

A não investigação somada a impunidade advinda do sistema judiciário explicam em boa medida a explosão de violência no Acre.

**Em média, no Brasil, somente 8% dos crimes de assassinato são determinadas as autorias dos criminosos.** Geralmente, são crimes passionais os mais fáceis de investigação. Em outras polícias pelo mundo, as taxas de não resolução ou determinação das autorias são residuais. O mais grave, não pode deixar de ser dito, é que enquanto o número de homicídios está crescendo no Acre, o atual governo está diminuindo o investimento na polícia Civil, justo a polícia que investiga.

O orçamento anual da Polícia Civil do Acre em 2010, dentro de um orçamento geral de 3,559 bilhões de reais, foi de 27,371 milhões de reais, sendo 8,790 milhões em recursos próprios e 18,581 milhões em convênios.

Em 2014, em um orçamento geral de 5,331 bilhões, orçou-se para a polícia civil apenas 13,601 milhões, sendo 9,600 milhões de reais de recursos próprios e 4,001 milhões de reais em convênios.

Os gastos efetivos com a Polícia Civil do Acre foram de R\$19.966.008,21 em 2010. Em 2011, de R\$12.768.824,89, em 2012, de R\$10.872.151,15 e em 2013, apenas R\$10.726.156,75. É claro o sucateamento da Polícia Civil no Estado do Acre.

Enquanto não se investe adequadamente na Segurança Pública, há um progressivo aumento de homicídios nas cidades do interior, isto por falta de investimento, falta de geração de empregos e renda. As pessoas estão sem perspectivas, principalmente os jovens que acabam entrando para o crime e se envolvendo com drogas. Faz parte da Segurança Pública ações de prevenção ao crime, que não estão sendo fortalecidas.

A coligação Por um Acre Melhor considera o atual governo do Estado leniente com a segurança pública. Basta visitar órgãos da Polícia Militar, por exemplo, e constatar o abandono imposto pelos mandatários aos bravos policiais. O quartel do Bope está em frangalhos, há goteiras por todos os lados, mofo e depredações. A situação é de insalubridade. No interior do Estado é comum ver viaturas paradas por falta de combustível. A politicagem trazida para o seio da Segurança Pública do Acre tomou

conta das polícias e inibiu as soluções técnicas, além de destruir o planejamento das ações de combate ao crime.

Ainda, não se pode deixar de mencionar um dos grandes problemas do Estado: a situação do sistema de presídios. Segundo dados de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, o déficit de vagas no sistema carcerário do Acre é um dos maiores, proporcionalmente, do País: 1998 vagas. Em termos absolutos, a falta de vagas é maior do que no Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Em toda rede carcerária acreana existem 4.379 detentos apenados e esperando por julgamento e apenas 2.381 vagas. Superlotados, sem recursos para os agentes penitenciários fazerem seu trabalho com eficiência e tomados por mal feitos administrativos, os presídios acreanos são verdadeiros barris de pólvora prestes a estourar a qualquer momento.

Não é segredo para ninguém que dentro dos presídios já podem ser detectadas quadrilhas organizadas, como o PCC. São quadrilhas que comandam o crime de dentro do presídio por meio de celulares. Sequer tem-se no sistema uma máquina de raios-X para as revistas de familiares. Como o crime aumenta exponencialmente no País e no Acre, a população carcerária cresceu, nos últimos dez anos, em ritmo muito mais acelerado do que no resto do mundo.

O crescimento do número de presos no Brasil foi de 71,2%, contra 8% da média dos demais países. Os dados foram compilados, entre 2003 e 2013, pelo International Centre for Prison Studies (ICPS), da Universidade de Essex, na Inglaterra e divulgados pelo Jornal O Globo. A situação é complexa porque o sistema não reeduca ninguém. O índice de reincidência é de 70%, confirmando a máxima de que os presídios são verdadeiras universidades do crime. Acrescenta-se ao dado que cerca de 40% da população carcerária ainda não foram julgados.

Sabe-se, então, que será necessário a nova gestão implementar uma grande reforma no sistema penal do Acre, inclusive com a valorização e qualificação e instrumentalização dos agentes penitenciários e o estabelecimento de parcerias pública e privada para a construção de presídios que tenham uma administração adequada do ponto de vista técnico, separando os presos por tipificação de crime, fazendo-os trabalhar e estudar, por exemplo.

Os agentes penitenciários do Estado foram ouvidos pela coligação Por um Acre Melhor de forma especial. A situação dos presídios, descrita por eles, é assustadora. A impressão é de que o Acre abriga uma enorme bomba que poderá explodir a qualquer momento. A conclusão inevitável é de que o sistema carcerário estadual é inseguro, perdulário e não recupera ninguém. É preciso investir nos agentes penitenciários. Das prisões as quadrilhas comandam o crime nas ruas das cidades. Sem o verdadeiro encarceramento dos chefes de gangues o crime visto no dia a dia não cessará.

É compromisso da nova gestão adotar o modelo mineiro de parceria público-privada para a gestão do sistema carcerário e construção de cadeias. É algo novo, pioneiro, sendo feito no País, mas promissor. A parceria será feita por meio de contrato de concessão administrativa. Em Minas Gerais, o modelo adotado obriga todos os presos a uma rotina de estudos e trabalho, e prevê multas aos parceiros privados caso a rotina dos presídios não esteja dentro dos padrões contratados. Portanto, a empresa ou um consórcio de empresas não recebe todo o repasse de recursos se não houver o cumprimento de padrões estabelecidos na parceria.

São responsabilidades das empresas que farão a parceria com o novo governo do Acre a construção dos presídios, (é preciso construir mais presídios no Acre para zerar o déficit), os serviços de atenção médica, de educação básica e profissionalizante, alimentação e assistência jurídica e psiquiátrica. Ao poder público do Acre caberá a fiscalização das atividades, além da segurança armada nas muralhas e a segurança externa em cada unidade do complexo prisional.

Toda nova unidade a ser construída deverá contar com recursos tecnológicos de ponta para evitar o contato dos agentes com os presos e permitir melhor controle nas ações dos detentos, como é feito em todo o mundo civilizado, além, é claro, da separação entre os próprios presos segundo os crimes que eles cometeram. Cessa, portanto, a mistura entre ladrão de galinhas e chefes de facções criminosas e psicopatas. Como no caso de Minas Gerais, a administração do estabelecimento ficará a cargo da iniciativa privada e serão introduzidos critérios de excelência e de gestão. A segurança e disciplina dos presídios ainda ficam nas mãos do Estado conforme preconiza a constituição. Essa é uma das medidas que adotaremos para dar um choque de gestão no setor.

Acredita-se que o investimento, a valorização e equipagem dos agentes de segurança pública somados à superação do marasmo econômico podem barrar a ascensão da criminalidade no Acre. É desumano assistir inúmeras famílias destroçadas pelas drogas. Causa indignação saber que dezenas de pais de família, trabalhadores honestos, são prejudicados de alguma forma por marginais. Alguns são até assassinados.

Alguns compromissos que a nova gestão assume no setor de Segurança Pública serão explicitados a seguir. A nova gestão elaborará, em conjunto com o governo federal, e porá em prática um amplo plano de combate ao crime no Acre e na proteção das fronteiras. Será preciso fechar as fronteiras do Estado ao tráfico de drogas e cortar já existentes conexões entre PCC e as FARC, enfraquecendo o poder do narcotráfico. Essa será uma parceria estratégica com o governo federal no combate aos ilícitos das fronteiras do Acre com a Bolívia e o Peru, países que concentram a produção de drogas da América Latina, principalmente a cocaína.

A Coligação Por um Acre Melhor assume o compromisso de valorizar as polícias; o policial deve ser o herói da história. As corregedorias da polícia civil e militar precisam funcionar plenamente para separar o joio do trigo. Será prioridade investir, valorizar e fortalecer as polícias Civil e Militar, resgatar as diversas modalidades de planejamento de combate à criminalidade abandonadas pelo governo do Estado e investir em polícia inteligente (investigação e prevenção).

O maior compromisso da nova gestão será o de por em prática um plano de segurança que resgate a tranquilidade do povo. Essa é uma prioridade de governo. Esse será um passo, mas, é preciso mais. A meta deve ser a de dinamizar a economia, desenvolver o estado. Uma economia aquecida e vigorosa irá permitir ao jovem que se qualifique e obtenha um emprego bem remunerado, ou seja, ser alguém na vida e não presa fácil do narcotráfico.

É preciso dizer que para combater a crescente violência e insegurança que atingiu o Acre é preciso assumir o problema e com competência e encontrar os meios de devolver ao cidadão uma **Segurança Pública Eficiente. Portanto, será compromisso da nova gestão adotar** medidas de valorização do policial civil, militar, bombeiros e agentes penitenciários, inclusive salarial. Tem-se a consciência de que não faltam somente recursos, falta, mesmo, é gestão adequada e honesta do sistema.

Eis algumas medidas, ações e projetos resumidos que serão implementados pela nova gestão:

- Resgatar a consulta constante ao corpo de técnicos das instituições de segurança e investir no desenvolvimento amplo do setor de inteligência das polícias.
- Resgatar o planejamento técnico e tático em conjunto com todas as forças de segurança no combate ao crime.
- Para avançar em qualidade nas investigações a nova gestão irá efetivar e investir no uso do Instituto de Identificação Criminal e Análise Forense para que possam, de fato, identificar, catalogar, e monitorar os detentos, seja pelo exame papiloscópico ou de DNA
- Deverá investir em cursos, aperfeiçoamentos no Brasil e exterior, na compra de maquinários e equipamentos e na construção e reforma de espaços físicos das Polícias Militar e Civil do Estado, do local de trabalho dos agentes penitenciários e dos prédios ligados ao Corpo de Bombeiros.
- Vamos concentrar recursos de segurança na proteção de nossas fronteiras. Por exemplo, está planejada a criação de sub sedes da DRE em Etipaciolândia e Cruzeiro do Sul, pois como é sabido, as duas cidades são as maiores portas de entradas de droga no Estado. A Polícia Civil e a Polícia Militar devem ser fortalecidas nestas cidades.
- Já no primeiro mês de governo iremos construir um amplo e robusto acordo com o Governo Federal para combater de maneira firme o narcotráfico realizado por meio das fronteiras do Acre. Será um plano de segurança nas fronteiras de cooperação mútua que rebaterá em todo o Estado, na medida em que combaterá o principal combustível da violência, o tráfico de drogas.
- Vamos estabelecer mecanismos de incentivo ao mérito policial e ao cumprimento de metas de segurança, que serão construídas para cada unidade de segurança pública do Estado.
- Alguns incentivos adicionais para o corpo de policiais, bombeiros e demais agentes de segurança, como os agentes penitenciários, serão implementados, tais como a construção de bairros de padrão classe média para as forças policiais do Estado morarem enquanto servem à Segurança Pública.
- Vamos equipar as polícias, os agentes penitenciários e ampliar os efetivos da Polícia Civil e Militar, Bombeiros e agentes penitenciários, além de modernizar o combate ao crime com equipamentos e metodologias de ponta.
- Como já dito, há o compromisso em se fazer uma grande reforma no sistema penal do Acre, inclusive com a valorização e qualificação e instrumentalização dos agentes penitenciários e o estabelecimento de parcerias público-privadas para construir presídios e administrar separando os presos por tipificação de crime, fazendo-os trabalhar e estudar.

- Para haver Segurança Pública o policial, militar e civil, deve ser valorizado como defensor da sociedade, um profissional de alto nível, capacitado e bem remunerado.
- A nova gestão deverá resgatar o planejamento baseados em evidências científicas nas ações da PM e na própria segurança pública do Estado. O atual comando não planeja e quer impor coisas que não funcionam. Politizou a instituição e banuiu a opinião técnica das decisões estratégicas. Um erro que deve ser corrigido.
- Instituir com vigor todos os recomendados instrumentos de ação na Segurança Pública do Estado: plano geral de ensino e qualificação das instituições da segurança; plano geral de policiamento ostensivo; plano de defesa da cidade; plano de defesa orgânica. Hoje, só há plano geral de chamada.
- Segurança também é polícia equipada, treinada e um robusto setor de inteligência e informação. É preciso instituir em todo o aparato de segurança a prática de planejamento técnico de Segurança Pública.
- Há aumento de violência no interior sem resposta adequada de policiamento, isto precisa ser combatido.
- A nova gestão irá iniciar estudos para a reposição de aposentadorias (2012 – 2015) na polícia civil. Segundo informações disponibilizadas à coligação Por um Acre Melhor, até janeiro de 2015 somente no quadro de Delegados, 20 profissionais poderão requerer aposentadoria, número este que representa 25% (vinte e cinco por cento) do efetivo total previsto em lei. A nova gestão trabalhará para aumentar o efetivo de agentes, escrivães e delegados para a polícia Civil. Hoje, sequer tem ocorrido o integral preenchimento dos cargos já existentes.
- A esmagadora maioria de crimes sensíveis, principalmente contra o patrimônio e tráfico de drogas, são cometidos por reincidentes. Assim sendo, a nova gestão irá criar um banco de dados com os dados dos criminosos de modo a subsidiar suas investigações da Polícia Civil.
- Haverá o fortalecimento da Delegacia de Flagrantes -DEFLA. Com isso o Estado economiza muito em relação à investigação, pois terá condições de fazer um trabalho investigativo imediato sobre a vida pregressa do meliante e sua participação em outros crimes. Haverá maior efetividade em elucidar crimes.
- A nova gestão ainda adotará, durante o plantão, escalas com peritos e papiloscopistas para pronto atendimento a ocorrências, com o objetivo de coletar evidências latentes nos locais de crime. Para isso, irá criar uma equipe de investigação permanente na Delegacia, que irá apoiar os Delegados Plantonistas e Auxiliares.
- Será criado o núcleo de inteligência, descentralizado, nas dependências da Divisão de Investigação Criminal, para subsidiar ações para as Delegacias que a compõe.

- A nova gestão irá fortalecer a DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes, pois é a delegacia que investiga e combate o narcotráfico de médio e grande porte.
- Será reestruturada a DAPC – Delegacia Anti Assalto da Polícia Civil, criando mais equipes de investigação, para que possa dar respostas imediatas a esses tipos de crimes, o chamado assalto.
- A nova gestão, ainda, irá estruturar a DECCO – Delegacia de Combate ao Crime Organizado (dois Delegados, dois escrivães e seis agentes), no intuito de conseguir acompanhar de forma mais eficiente a demanda desse tipo de crime no estado.
- Dentro do plano de segurança, ainda, a nova gestão do Acre irá criar a DHPP – Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa, estruturada com dois delegados, com seus respectivos escrivães e equipes de investigação em um total de oito policiais. Também irá estruturar um Projeto Piloto do Grupo Tático. Esse grupo especializado será responsável pelo cumprimento de buscas e apreensões de maior complexidade, operações de maior vulto e prisões de maior periculosidade.
- Será criado um fluxo obrigatório de informações na área da Segurança Pública do Acre. Atualmente as Instituições de Segurança Pública não se comunicam, uma vez que os informes que chegam ao IAPEN e Polícia Militar, por exemplo, não são repassados à Polícia Civil para que possa dar início ou continuidade às investigações sobre o caso.
- Com intuito de levar mais segurança à população e aproximação com Segurança Pública adotaremos a experiência já exitosa em alguns Estados da criação de Colégios Militares em bairros onde a violência é mais acentuada. Isso irá aproximar a polícia da comunidade. Certamente, impactará na diminuição de crimes nas comunidades e envolverá os jovens.
- Há inúmeros relatos de violência nas escolas, crimes nas escolas, presença de gangues, tanto no interior quanto na Capital. Em parceria com a Educação é preciso instituir um programa robusto de combate à violência nas escolas e promoção de ambientes harmoniosos, parceria com a Polícia Militar e Civil.
- Será necessário instituir um programa especial de prevenção ao uso de drogas e álcool, que impacte as escolas e as comunidades, envolvendo ações de educação, saúde e a experiência dos agentes de segurança pública.
- Ainda, será preciso instituir um amplo programa, multiprofissional e setorial, especial de ajuda a recuperação de alcoólicos e drogados. Clínicas de desintoxicação e a articulação dos recursos financeiros e humanos da área de saúde pública, assistência social e segurança serão necessárias. Além da instituição de parcerias com a sociedade civil e entidades, religiosas ou não, de recuperação de dependentes químicos.



- Com a retomada do crescimento e do desenvolvimento impactos positivos são esperados na Segurança Pública do Estado.
- Sabe-se que o efetivo da PM é muito pequeno, os ativos somam seis mil homens. Nem a metade do contingente disponível é de ativos. Há má gestão dos recursos humanos na Polícia Militar e Civil, e um grande contingente em desvio de função. Esses desvios precisarão ser combatidos pela nova gestão do Acre afim de aumentar a qualidade e eficiência da Segurança Pública do Estado.

## **Educação Atual**

*"Na educação hoje não tem professores qualificados, tem crianças sem ter o que comer, sem profissão, vem da roça." (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"As escolas precisam melhorar, há muita prostituição de menores, pobreza". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A educação não tem diversificação de cursos, não tem emprego." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O Acre fisicamente melhorou, já foi pior, na Educação tem vagas e faculdades, mas não tem qualidade, dá uma sensação de que ninguém sabe muita coisa". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Melhorou a Educação, aperfeiçoamento de professores, piorou com o aumento da corrupção, da falta gerenciamento na educação, ainda faltam professores efetivos". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Melhorou na Educação abriu vagas faculdades, concurso, mas não tem qualidade e as pessoas não têm mais educação, aquela de casa". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"A educação não existe mais, a educação é errada, tem que começar de casa". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

## **Objetivo 3 - Educação Pública de Qualidade.**

Nos países de alto desenvolvimento educacional, em seus sistemas de ensino, nas últimas décadas, destacam-se as seguintes tendências:

- ✓ Regularização completa do fluxo educacional;
- ✓ Aumento da escolaridade média de suas populações;
- ✓ Investimentos consistentes de seus gastos públicos e privados em educação;
- ✓ Consciência clara do poder dos incrementos educacionais em seus recursos humanos;
- ✓ Ênfase na educação profissional, técnica e tecnológica;
- ✓ Diversificação e abertura de leques de oportunidades aos jovens, tanto no ensino profissional, quanto no ensino superior;
- ✓ Melhoria fundamental e paulatina da qualidade do aprendizado (alto desempenho escolar) na educação básica e média regulares;
- ✓ Formação inicial sólida de professores; e
- ✓ Valorização salarial e de status social para diretores e professores, dentre outros aspectos importantes.

O capital humano, segundo definição de Theodoro Schultz (1973), é o montante de investimento feito por um País ou indivíduo na expectativa de retorno adicional futuro. Portanto, é o valor do capital incorporado às pessoas por meio da experiência, educação e formação. É um capital que se constitui em fator importante para o

desenvolvimento econômico e para explicar desigualdades econômicas entre nações, estados e indivíduos. A popularização do conceito se deu nos anos 80 pelos organismos internacionais e no debate educacional.

Hoje, inúmeras pesquisas e reflexões acerca do capital humano no Brasil, em especial sobre os problemas de enfraquecimento desse capital, mostram que este fator representa muitas vezes um verdadeiro obstáculo ao crescimento econômico de Estados federados e do País como um todo. Costuma-se falar na insuficiência do capital humano, derivado de problemas crônicos de baixa qualidade nos sistemas de ensino e da falta de investimentos sólidos na profissionalização das pessoas, entendida, aqui, como ganho de habilidades e competências para serem exercidos nos diversos postos demandados pelo mercado de trabalho.

Para os analistas que colocam em relevo a produtividade como fator que melhor explica o crescimento econômico de um país, a insuficiência de capital humano no Brasil é um dos principais entraves para que a trajetória de crescimento da economia nacional alcance patamares altos e sustentáveis no tempo. Certamente, o mesmo fenômeno pode ser facilmente identificado no Acre.

O desafio, portanto, é estrutural, pois rebate em diversas áreas, implica na construção de instituições vigorosas de formação técnica e na resolução de problemas da formação educacional do Brasil, que são antigos e de difícil superação. É salutar afirmar que uma educação básica de qualidade é condição necessária para uma boa formação técnica e profissional, ou seja, a formação de pessoas que ajudarão efetivamente no desenvolvimento econômico. Então, a ideia força do programa de Educação da coligação Por um Acre Melhor é de que para melhorar o capital humano acreano, em termos quantitativos e qualitativos, será preciso, em primeiro lugar, melhorar a educação básica do Estado.

Considera-se que o desenvolvimento almejado é aquele produzido com o aumento da renda pelo trabalho, o único a criar diferenciais competitivos reais. Para aumentar a renda por meio do trabalho é preciso, novamente, ter mão de obra especializada, com aporte de conhecimentos profissionais e técnicos. Por sua vez, isto não se consegue com educação básica ineficiente.

Em termos gerais, é forçoso concluir de que a falta de qualidade educacional em especial no Estado do Acre está limitando as possibilidades de crescimento econômico consistente, já atualmente. Esta precariedade dificulta a ocupação laboral dos melhores postos de trabalho e com isso, trava a ascensão social e salarial. Em parte, a persistência de altos padrões de pobreza no estado pode ser explicada pela precariedade educacional.

De forma geral, os dados educacionais e de ensino do Acre sugerem a necessidade de uma ampla reforma educacional a ser realizada. A nova gestão pode iniciá-la. Os desafios dessa reforma envolvem todas as instâncias governamentais e não governamentais e exigem atuação dos governos Federal, Estadual e das municipalidades, além do setor privado e de organismos da sociedade civil do Estado. Mas, antes de qualquer coisa, para que tais atores se mobilizem, é necessário que a própria sociedade acreana aumente sua pressão por melhora de resultados educacionais.

Esse é o objetivo da coligação Por um Acre Melhor: alcançar resultados educacionais positivos para o Estado do Acre.

O fortalecimento do capital humano por meio da educação pode gerar aumento da produtividade do trabalho, central na geração de riquezas e na saúde e longevidade do crescimento econômico. Também pode provocar impactos positivos na competitividade entre empresas, indústrias ou mesmo no setor público. Para os indivíduos, aumenta seus atributos de empregabilidade e incrementa sua renda derivada do trabalho. Isso o coloca em um patamar de autonomia e o livra da dependência do assistencialismo estatal, por exemplo.

Muitas nações investiram fortemente em capital humano como diferencial competitivo. Há muito tempo, por exemplo, que a Coreia do Sul elegeu o investimento em educação e na formação do capital humano como um pilar de grande importância para o desenvolvimento nacional. Isso pode ser medido pela erradicação do analfabetismo. Ainda, sobre a educação coreana, a prioridade dada à educação não é uma característica exclusiva da agenda governamental. É um elemento da cultura do povo coreano. As famílias atribuem alta relevância à formação de seus filhos e acompanham sua trajetória escolar como em nenhum outro país. Como resultado da prioridade dada à educação, a população adulta atingiu 11 anos em média de escolarização.

Muitos dos Países que podem ser considerados como casos de sucesso, investiram com forte ênfase no cultivo de talentos e na formação de lideranças empresariais, artísticas e políticas e na melhoria dos níveis gerais de educação de sua população. Mas, sobretudo, fizeram pesados investimentos financeiros e pedagógicos na formação especializada de mão de obra técnica, desenvolvendo em sua força de trabalho conhecimento técnico, pericial e especializado em várias áreas de oportunidades econômicas.

Pode-se afirmar que o fortalecimento do capital humano é praticamente uma imposição da atualidade. Nos últimos quarenta anos, o nível de exigência por educação e saber técnico aumentou com as transformações tecnológicas na produção industrial, no campo e na vida quotidiana em quase todo o planeta.

É fato que a inovação tecnológica aplicada aos processos de trabalho e à gestão de dados elevou a necessidade de formação e educação dos trabalhadores. Da mesma forma, a inovação tecnológica (automatização, biotecnologia) aplicada na mecanização da produção agrícola e na criação de animais e nas culturas agrícolas elevou a necessidade de formação do trabalhador rural, hoje, muito superior ao passado.

Então, a formação, o treinamento e o desenvolvimento de habilidades são centrais na criação de possibilidades e de caminhos a serem tomados para o fortalecimento do crescimento econômico, no desenvolvimento de negócios e na distribuição de riquezas por meio do aumento da renda pelo trabalho dos acreanos. É tema central que impacta em todas as fases de desenvolvimento e que, de certa forma, determina que tipo de futuro o Estado terá.

Antes da exposição dos principais meios de alcançar qualidade educacional no Estado do Acre, será pertinente a análise de alguns dados que mostram as principais fragilidades do sistema educacional do Estado. É salutar começar pela taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais.

A taxa de analfabetismo é a proporção da população com 15 anos ou mais de idade que não atingiu o nível elementar de desenvolvimento de habilidades em leitura e escrita. São pessoas incapazes de utilizar a língua materna em seu código escrito e de

comunicar algo simples a um interlocutor na forma escrita. São incapazes de ler, inclusive, comunicações do cotidiano.

O movimento do indicador taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais mostra evolução positiva no Brasil: em 1991, a taxa de analfabetismo foi de 19,4%, em 2000 caiu para 12,9% e em 2010 chegou a 9,6%, ainda muito alta para padrões internacionais.

Os números encontrados para o Acre são ainda mais negativos, embora haja uma evolução positiva nos dados. A taxa de analfabetismo de 1991 foi de 34,3%, mais de um terço das pessoas de 15 anos ou mais eram analfabetas no início da década de 90. Em 2000, o percentual cai para 23,7%, portanto, quase um quarto dos moradores eram analfabetos. Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais chegou a 16,5% no Acre, quase o dobro da taxa nacional.

Segundo o quadro abaixo, o Acre, dos Estados do Norte, é o que tem a maior taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, em 2010. O Acre teve as maiores taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais em 1991, 2000 e 2010 dos Estados do Norte. A maior taxa, em 2010, foi a do Estado de Alagoas: 24,3%, quase um quarto da população de 15 anos ou mais é composta de analfabetos. A menor é o do Distrito Federal: 3,5%.

Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, Brasil e Estados, 1991, 2000 e 2010.

<b>País e Estados</b>	<b>Taxa de analfabetismo % 1991</b>	<b>Taxa de analfabetismo % 2000</b>	<b>Taxa de analfabetismo % 2010</b>
<b>Brasil</b>	19.40	12.94	9.61
<b>Acre</b>	<b>34.26</b>	<b>23.72</b>	<b>16.48</b>
<b>Amapá</b>	19.26	11.71	8.40
<b>Amazonas</b>	23.85	15.11	9.84
<b>Pará</b>	23.62	16.07	11.74
<b>Rondônia</b>	19.59	12.44	8.73
<b>Roraima</b>	21.73	12.68	10.33
<b>Tocantins</b>	30.12	17.86	13.09
<b>Distrito Federal</b>	8.72	5.39	3.47
<b>Alagoas</b>	44.04	31.91	24.33
<b>Piauí</b>	40.46	29.17	22.92
<b>Santa Catarina</b>	9.21	5.88	4.13
<b>São Paulo</b>	9.82	6.24	4.32

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).

É salutar mostrar qual é o comportamento da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais nos municípios do Acre. Isso pode ser visto no quadro abaixo.

Sete cidades do Estado têm taxas de analfabetismo acima de 30%. Deverão ser prioridades no combate ao analfabetismo no Estado. São elas: Feijó (36,8%), Manoel Urbano (31,6%), Marechal Thaumaturgo (34,8%), Porto Walter (34,9%), Rodrigues Alves (31,6%), Santa Rosa do Purus (33,1%) e Tarauacá (32,1%).

Em 2010, nove cidades apresentaram percentuais entre 20,3% e 25,6%. Portanto, percentuais acima da média do Acre, que foi de 16,6%. São elas: Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri, Porto Acre, Capixaba, Mâncio Lima, Sena Madureira, Bujari e Jordão.

Os menores percentuais de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, em 2010, foram encontrados em Rio Branco (8,9%), Acrelândia (15,9%), Epitaciolândia (15,7%), Plácido de Castro (18,8%) e Senador Guimard (17,9%) e Cruzeiro do Sul (18,7%).

É salutar observar que somente Rio Branco, Acrelândia e Epitaciolândia apresentaram percentuais da taxa menores do que a da média do Estado.

Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais, Municípios do Estado do Acre 1991, 2000 e 2010.

Municípios	1991	2000	2010
<b>Acre</b>	34,3	23,7	16,6
<b>Acrelândia</b>	-	28,7	15,9
<b>Assis Brasil</b>	30,1	27,8	20,4
<b>Brasiléia</b>	36,4	24,1	20,3
<b>Bujari</b>	-	37,4	25,2
<b>Capixaba</b>	-	39,2	21,7
<b>Cruzeiro do Sul</b>	44,9	26,4	18,7
<b>Epitaciolândia</b>	-	23,6	15,7
<b>Feijó</b>	58,3	56,5	36,8
<b>Jordão</b>	-	61,6	25,6
<b>Mâncio Lima</b>	51,3	30	23,1
<b>Manoel Urbano</b>	60,7	43,9	31,6
<b>Marechal Thaumaturgo</b>	-	51,9	34,8
<b>Plácido de Castro</b>	36,9	24,5	18,8
<b>Porto Acre</b>	-	28,9	22,2
<b>Porto Walter</b>	-	52,4	34,9
<b>Rio Branco</b>	21,7	12,9	8,9
<b>Rodrigues Alves</b>	-	50,7	31,6
<b>Santa Rosa do Purus</b>	-	62,5	33,1
<b>Sena Madureira</b>	51,8	32,2	24,1
<b>Senador Guimard</b>	34,5	25	17,9
<b>Tarauacá</b>	63,9	42,8	32,1
<b>Xapuri</b>	47	28,2	20,7

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br).

Na alfabetização e na educação de jovens e adultos, a principal linha de ação a ser adotada pela nova gestão é a de vincular e estimular a associação entre educação de jovens e adultos e educação profissional, imprimindo um sentido prático para a elevação da escolarização.

Além disso, é preciso gerir programas de alfabetização focados com identificação específica das demandas e apoio minucioso aos alunos. A alfabetização dos adultos deve

utilizar metodologias baseadas em evidências científicas e concentração dos esforços pedagógicos nos mais jovens. As redes municipais receberão apoio intenso do futuro Governo do Estado na tarefa e a rede estadual na educação de jovens e adultos fará todos os esforços possíveis para diminuir paulatinamente, ano a ano, o percentual de analfabetos de 15 anos ou mais no Estado do Acre.

Uma diretriz importante para uma visão de mais longo prazo é aumentar a taxa de indivíduos com mais de 18 anos com a escolaridade fundamental completa no Acre. Hoje em dia, existe financiamento para isso, por meio do Fundeb e de recursos adicionais que eventualmente o Estado e o Governo Federal possam aportar.

Em termos de infraestrutura, já não mais existem déficits de vagas e de escolas. O principal desafio é, então, construir políticas públicas capazes de gerar melhores resultados. Em suma, são necessários incentivos adequados para melhor funcionamento das escolas e para adoção de pedagogias que propiciem resultados.

Outra tarefa importante da nova gestão será o de elevar os padrões de escolaridade da população ocupada. As taxas de escolaridade são indicadores preciosos para a análise do capital humano disponível no País e no Acre. As próximas considerações dizem respeito ao perfil educacional dos ocupados no Brasil e no Acre. Os indicadores são os percentuais dos ocupados com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo, ensino médio completo e superior completo. São variáveis coletadas e disponibilizadas nos censos demográficos de 2000 e 2010.

Sabe-se que é positiva e forte a correlação entre escolaridade e emprego, bem como entre escolaridade e renda. Quanto mais escolaridade mais chance efetiva de ocupação dos melhores postos de trabalho, ou seja, dos postos melhor remunerados. Altas taxas de escolaridade entre os ocupados é indício de desenvolvimento econômico.

Em 2000, o percentual de pessoas ocupadas com ensino fundamental no Brasil era de 46,5%. Em 2010, os ocupados com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo eram 62,3% do total. No Acre, em 2000, o percentual dos ocupados com 18 anos ou mais e com o ensino fundamental completo era de 37,7%, abaixo do padrão nacional, já, em 2010, o indicador foi de 55,5%, novamente um padrão inferior ao do Brasil.

Tais indicadores, certamente, são um obstáculo para o aumento da produtividade da economia. Os maiores percentuais, em 2010, foram encontrados no Distrito Federal (76,4%), no Rio de Janeiro (70,9%) e em São Paulo (70,8%) e os menores nos Estados de Alagoas (47,9%), do Piauí (48,5%) e da Paraíba (49,7%).

Em 2010, 44,9% dos brasileiros ocupados, com 18 anos ou mais, haviam completado o ensino médio. No Acre, esse percentual, no mesmo ano, foi de 39,6%, um padrão também abaixo ao do país. Os maiores percentuais de ocupados com 18 anos ou mais e com escolaridade média completa encontraram-se nos estados do Distrito Federal (61%), de São Paulo (52,6%) e Rio de Janeiro (52,5%) e os menores nos estados de Alagoas (33,6%), Piauí (33,4%), Pará (34,2%) e Maranhão (35,2%).

Por fim, em 2000, 8% dos ocupados de 18 anos ou mais no Brasil possuíam o ensino superior completo. Em uma década, esse indicador foi acrescido em 5,2 pontos percentuais e chegou, em 2010, a 13,2%. No Acre, em 2010, 10,7% dos ocupados com 18 anos ou mais haviam concluído o ensino superior. Em uma década, a evolução do

indicador no Estado foi de 6,1 pontos percentuais. Ainda em 2010, destacam-se positivamente o Distrito Federal (24,5%), São Paulo (17,4%) e Rio de Janeiro (16,5%) e negativamente os Estados de Maranhão (7,2%), Pará (7,4%) e Bahia (7,9%).

O esforço de longo prazo é elevar a escolaridade da população. Entretanto, nada poderá dar certo se não houver cuidado com o presente, com a qualidade de ensino do fundamental e do médio. A meta mais importante é elevar a qualidade do aprendizado.

Antes de tudo, é preciso saber exatamente as quantidades de matrículas no sistema de ensino do Acre e de suas redes.

No ano de 2013, segundo o Censo da Educação Básica do MEC, havia no Estado 31.911 matrículas na Educação infantil, creches e pré-escola. A rede Estadual foi responsável por 2,6% dessas matrículas, apenas 828 alunos. Por lei os municípios são os responsáveis pela educação infantil. Neste sentido, a nova gestão não se furtará em apoiar a qualificação técnica da educação infantil em parceria com as prefeituras do Estado.

A coligação Por um Acre Melhor tem a consciência de que é preciso que as redes municipais de educação infantil do Estado estejam preparadas adequadamente para receber o estudante iniciante. É necessário ampliar a infraestrutura escolar, ter professores habilitados para trabalhar com a faixa etária de 0 a 6 anos e programas de ensino eficientes. A pré-escola, por exemplo, serve de maneira central para desenvolver nas crianças habilidades e competências que antecedem a alfabetização propriamente dita.

A nova gestão irá estimular o trabalho conjunto das redes municipais e do Estado para, cada um dentro de suas respectivas responsabilidades, investirem na educação global e no fortalecimento das famílias com crianças pequenas de 0 a 3 anos de idade. O novo governo ajudará na implantação de programas de fortalecimento da linguagem e das relações entre mães e filhos de 0 a 3 anos para todas as famílias de extrema pobreza com filhos nessa faixa etária do Estado do Acre.

A nova gestão atuará nestas parcerias. Ainda aos municípios cabe construir creches que atendam a demanda das mães que trabalham fora de casa. Por sinal, as creches também devem seguir programas de ensino e desenvolvimento das crianças. O governo do Estado também pode ajudar em tal tarefa.

No ensino fundamental regular do Estado, em 2013, foram realizadas 158.460 matrículas, sendo 57,9% de responsabilidade da rede estadual de ensino, ou seja, 91.746 matrículas. No ensino médio, foram efetuadas 41.112 matrículas em todo o Estado; a rede Estadual foi responsável 94% delas, 38.631 matrículas.

A grande meta da nova gestão é praticar um ensino de qualidade para 130.377 alunos matriculados no ensino fundamental e médio regulares da rede estadual de ensino. E isso não é o que é praticado atualmente. Vejamos alguns dados financeiros e de desempenho educacional.

Em 2013, o total de recursos alocados no orçamento do estado para a Educação foi de R\$ 927.318.304,82. Desse total, a despesa executada foi de R\$860.850.883,04, ou seja um percentual de execução de 96,1%. Os dados utilizados foram extraídos do Relatório de Execução Orçamentária do Estado, de 2013.

Para efeitos de análise é importante explicitar que do total da despesa R\$ 114.200.849,20 foram destinados ao pagamento de aposentadorias. Ou seja, são recursos que não contribuem para o funcionamento do sistema. Em resumo, 12,3% dos recursos



alocados na função educação é destinado ao pagamento de pessoal inativo. Essa é uma bomba armada em todos os Estados. A União deu encaminhamento para solução com a instituição do novo regime de aposentadoria que, na prática, prevê os mesmos volumes de benefícios dos aposentados do setor público do que é pago aos aposentados do setor privado. Essa solução, nas próximas décadas, reduzirá o impacto do pagamento de aposentadorias e pensões no orçamento estadual.

Com isso, o volume de recursos efetivamente aplicado no sistema estadual de ensino no Acre é de  $R\$ 860.850.883,04 - R\$ 114.200.849,20 = R\$ 746.650.033,84$ , não é pouco recurso.

Em 2013, o total de matrículas na rede estadual de educação foi de 157.214 (todas as modalidades de ensino e níveis educacionais). Com isso, o gasto por aluno em 2013 foi de R\$ 4.749,26. Com algo em torno de 10% de reprovação, sem bem que no ensino médio a reprovação é de 19%, pode-se concluir que em torno de R\$ 75.988.160,00 são desperdiçados com reprovações, o estudante provavelmente voltará ao sistema e os gastos anuais serão dobrados.

Por outro lado, mesmo com esses recursos aplicados, o desempenho escolar por sua vez é pífio. Segundo a Prova Brasil de 2011, em matemática, os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental auferiram média de desempenho de 202,1 pontos, sendo que a média mínima esperada seria de 250 pontos. Em Língua Portuguesa, os estudantes acreanos obtiveram média de desempenho de 188,3 pontos, quando o mínimo esperado seria de 200 pontos.

No ensino fundamental, anos finais, o desempenho em matemática foi de 240,9 pontos, para uma média mínima de 300 pontos. Em Língua Portuguesa, o desempenho foi de 236,8 pontos, quando o esperado seria de 275 pontos.

Portanto, os números de desempenho escolar, a medida da qualidade do ensino, autorizam a afirmação de que o Acre foi reprovado no ensino fundamental regular dos anos iniciais e anos finais; todas as médias de desempenho auferidas foram inferiores ao mínimo esperado nas duas disciplinas mais importantes do sistema de ensino, a saber Língua Portuguesa e Matemática.

No ensino médio regular do Estado a situação é ainda pior. Em matemática, os secundaristas do Acre obtiveram média de desempenho de 254,9 pontos, quando o mínimo esperado seria de 350 pontos. Em Língua Portuguesa, o desempenho também está aquém do mínimo de 300 pontos para essa disciplina, os secundaristas do Acre obtiveram a média de 253,4 pontos. Portanto, não resta dúvidas de que o desempenho dos secundaristas ainda se mantém inferior aos padrões mínimos.

Mais alguns dados confirmam a necessidade de mudanças profundas no sistema de ensino do Acre. É espantoso saber que, em 2011, 67% dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental estavam abaixo da média mínima satisfatória em língua portuguesa; 87% abaixo do mínimo em matemática. Nos anos finais do ensino fundamental, 81% dos alunos acreanos encontravam-se abaixo da média mínima satisfatória em língua portuguesa. Pasmem! em matemática, o percentual abaixo do mínimo foi de 90,2%.

A nova gestão proposta pela coligação Por um Acre Melhor terá a consciência de que para superar a situação precária do ensino no Acre, será preciso implementar uma reforma profunda do sistema. Será preciso aumentar a qualidade dos gastos e findar com

o desperdício. Um choque de gestão também será necessário na Educação Pública. Há a necessidade de aplicar os recursos com transparência, de forma eficiente, coibindo e punindo eventuais desvios. É preciso implantar um sistema de metas de qualidade, implantar recursos de estruturação de ensino, estabelecimento de conteúdos comuns e mínimos, monitoramento com rigor e controle de alcance de metas de qualidade educacional.

Reafirma-se que o terceiro grande objetivo da nova gestão no Acre é lançar as bases que nos aproxime de uma **Educação Pública de Qualidade** para todos os acreanos. Esse é o esforço que deverá ser feito. A tarefa não é elementar. Será preciso ampliar o acesso a todas as modalidades de ensino, melhorar o desempenho dos estudantes e enfatizar o ensino técnico, tecnológico e profissional como uma forma de qualificar o capital humano do Estado para o desenvolvimento econômico e social.

Ao futuro governo do Estado caberá adotar ações diretas para a melhoria da qualidade educacional, com a meta central de elevar o desempenho escolar e regularizar o fluxo educacional no ensino fundamental e médio. A nova gestão deverá atuar com foco nos problemas mais sérios. Para saná-los deverá adotar medidas já testadas em outros países, evitando a adoção de medidas já superadas e ineficazes.

Para alcançar qualidade no desempenho escolar no ensino fundamental, cabe à rede de ensino estadual instituir e treinar professores alfabetizadores no método fônico de alfabetização para as duas primeiras séries do ensino fundamental, substituindo métodos ultrapassados como o construtivismo e o globalismo ou mesmo métodos híbridos baseados na mera experiência.

Ainda, de forma especial o esforço será o de unir as redes municipais de ensino e a rede estadual para melhorar os processos de alfabetização de crianças, desenvolvendo as habilidades centrais do ato de ler, tais como a codificação e decodificação, a fluência na leitura, o domínio da associação entre fonema e grafema, a consciência fonológica e fonêmica. O primeiro passo, então, da nova gestão será o de erradicar o analfabetismo escolar. No Acre, toda criança terá que ser alfabetizada até os 7 anos de idade.

Será necessário a rede estadual de ensino centrar o objetivo em desenvolver a leitura posterior à alfabetização (ler para aprender). O intuito deve ser o desenvolvimento da capacidade dos estudantes em utilizar a linguagem escrita. Ler, com competência, textos de gêneros variados. Dar-se-á forte ênfase e incremento pedagógico, também, para o ensino da matemática na rede do governo do Estado.

Ainda, será preciso que a rede de ensino do Estado obtenha um fluxo escolar corrigido no ensino fundamental. Para tanto, serão aplicados programas de aceleração e correção do fluxo escolar disponíveis e já atestados em sua eficiência na realidade educacional do país. Portanto, a nova gestão irá concentrar esforços na qualificação do aprendizado dos estudantes do ensino fundamental e médio do Acre.

A coligação Por um Acre Melhor irá estabelecer objetivos e metas de aprendizagem para serem alcançados por todas as escolas da rede estadual. Serão assinados contratos de gestão com os diretores regionais e das escolas da rede. Nos contratos estarão previstas as metas a serem alcançadas. Será reforçado o apoio a cada escola com recursos didáticos e assistência técnica-pedagógica. O monitoramento de alcance de objetivos e níveis de aprendizado dos estudantes acreanos será o eixo da nova política de valorização do bom professor. Os melhores professores e diretores de escolas do Estado serão bonificados.

Para os professores, além do sistema de bonificação por resultados, será promovida a melhoria significativa em suas carreiras e nos padrões de remuneração com base no mérito e no aperfeiçoamento profissional. O cerne da nova política de melhora da Educação Pública será a qualificação dos professores de todo o Estado e em parceria com as redes municipais de ensino.

É importante esclarecer que a nova linha de ação será o de apoiar tecnicamente a todas as redes municipais de educação a alcançarem padrões de excelência na Educação Infantil e no Ensino fundamental.

Com a austeridade implantada na gestão pública pela coligação Por um Acre Melhor, ter-se-á recursos suficientes, ainda, para abrir concursos públicos para novos professores e funcionários e desta forma diminuir os números de professores com contrato temporário na rede estadual. Ainda, esforços serão concentrados em ampliar a capacitação (efetiva, com teste e monitoramento) dos professores e gestores de escolas do todo o Estado. Serão feitos convênios com os municípios para tal tarefa.

Outro passo fundamental da nova gestão será o de resgatar o papel do professor, além de criar as condições para que as escolas retomem a autoridade que lhes foi tirada pela degradação das condições de relacionamento e da indisciplina em sala de aula, tão patentes no Acre de hoje. Para além do nível salarial, no magistério importam a consistência da formação, as condições de trabalho, a estruturação da carreira com premiação para o progresso em função de critérios objetivos de avaliação, a valorização profissional e a autoimagem dos profissionais.

Ainda, serão concentrados esforços para consolidar uma Escola Superior de Magistério e Formação de Professores do governo do Estado, com forte ênfase em pesquisa, avaliação, metodologia e prática de ensino e alfabetização de crianças, que atenda o aprimoramento e a qualificação de professores do ensino básico de forma presencial e a distância em todo o Acre. A Escola deve promover um ensino que prevê estágio no magistério rigoroso e tutorial.

Segue-se neste caso as estratégias e práticas recomendadas internacionalmente de contribuir para instaurar uma formação inicial competente, com a implantação da Escola Superior de Magistério e Formação de Professores, valorizar social e economicamente a profissão, instituir carreiras centradas no mérito, programas de responsabilização e incentivos aos professores com os melhores resultados. É claro que a nova gestão também concentrará os recursos existentes da formação continuada em cursos com o objetivo de ensinar e aprimorar técnicas, estratégias e práticas de ensino.

Será tarefa premente da nova gestão fazer um profundo levantamento em todo o Acre das condições de infraestrutura das escolas. Será estabelecido um padrão de qualidade mínima de infraestrutura e se fará o esforço de dotar todas as escolas desse padrão. Todas as escolas, também, serão aparelhadas pedagogicamente; todas serão equipadas adequadamente.

No ensino médio, além de perseguir a excelência do desempenho, a nova gestão aplicará a diversificação e flexibilização como um projeto piloto, aproximando a aprendizagem de nível médio às necessidades da vida produtiva e ampliando o leque de oportunidades para àqueles que não vão estudar nas faculdades e universidades. Será adotado, como projeto piloto, o princípio de flexibilização da matrícula dos estudantes em grandes áreas (disciplinas) a serem seguidas, ampliando as opções dos estudantes e permitindo o aprofundamento nas áreas escolhidas. O estudante escolhe, com apoio da

Secretaria de Educação e com aplicação de testes vocacionais, a área em que tenha a aptidão para se aprofundar. O projeto piloto será aplicado no modelo proposto em escolas de tempo integral, onde deva ser possível adaptar as condições de infraestrutura.

A coligação Por um Acre Melhor tem consciência de que para o alcance de melhores performances de ensino deve haver adequações na gestão escolar da rede estadual. Será importante focar a gestão escolar no objetivo de alcançar bons resultados de aprendizagem nas escolas da educação básica. É muito importante dotar as escolas de uma direção escolar eficiente, em que a dimensão pedagógica seja prioridade para o desenvolvimento dos trabalhos cotidianos. Ainda, é importante que a direção escolar incentive o avanço do aprendizado, a inovação pedagógica e consequentemente produza um clima escolar frutífero, próspero e acadêmico.

A nova gestão planejada pela coligação Por um Acre Melhor dará forte ênfase no ensino profissional, tecnológico e técnico do Estado. Antes porém, vale a pena algumas considerações gerais sobre essa modalidade de ensino no Brasil.

Durante muitos anos, o Brasil foi um país de muito baixo crescimento econômico, notadamente nos anos 1980 e na primeira metade da década de 1990. Nesse período, o que se assistiu foi a uma estagnação do ensino técnico e profissionalizante em todo o país. A capacidade instalada no sistema federal não foi ampliada e, ademais, foi reforçado o modelo academicista, pouco adequado às necessidades do país e da economia. Havia pouca sintonia dos setores produtivos com a formação e a pesquisa nas universidades e faculdades, o que é vital para uma economia moderna, cada vez mais exigente em termos tecnológicos, de inovação e de competitividade.

No Brasil, a participação das matrículas de ensino técnico e tecnológico, respectivamente, nas matrículas totais dos ensinos médio e superior ainda é baixa, quando comparada ao de países desenvolvidos. De acordo com a OCDE (2007), os percentuais de alunos em cursos profissionais e técnicos de nível médio em diversos países são: Finlândia, 56,2%; Alemanha, 51,5%; Espanha, 44,5%; França, 44,3%; Portugal, 40,6%; Chile, 36,6%; Colômbia, 27,5%; Argentina, 20,6% e o Brasil apenas 14,2%.

Na realidade, as distorções começam de forma efetiva no ensino médio regular, que atende a imensa maioria dos jovens em todos os estados brasileiros. Destoando dos sistemas educacionais mais produtivos, o ensino médio brasileiro não oferece as oportunidades diversificadas de profissionalização aos mais jovens. Como só há uma opção de ensino médio regular, todos os que sobrevivem ao funil educacional são obrigados a se submeterem a uma lógica de formação exclusiva para o enfrentamento de vestibulares ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Não há oferta de formação profissional dentro do ensino médio regular, pelo menos como opção. Esta separação radical entre mercado de trabalho, setor produtivo e sistemas e estratégias de ensino é receita do fracasso econômico e de desperdício de oportunidades.

O BID divulgou um estudo, em 2008, em que constata que mais da metade dos latino-americanos entre 15 e 19 anos não têm um nível adequado de educação para conseguir um trabalho bem remunerado. No Brasil, o número foi de 71,6%.

Não há, no país, um sistema plenamente organizado que abranja o ensino profissional, técnico e tecnológico de todos os níveis. É um conjunto bastante diverso de estabelecimentos públicos e privados, composto por escolas e faculdades, que atua na educação profissional, técnica e tecnológica, com ensino presencial e a distância. Aí estão incluídas escolas técnicas federais e estaduais, faculdades, escolas agrotécnicas, centros

de formação profissional, escolas rurais, associações, entidades privadas, além do Sistema S.

Há grande diversidade institucional nesse setor educacional, somente o sistema S abriga uma grande gama de instituições corporativas com o objetivo de desenvolver atividades de treinamento profissional, consultoria, pesquisa e assistência técnica aos diversos setores da economia. Participam do Sistema S e ofertam cursos profissionais de variadas durações, presenciais e a distância, técnicos de nível médio e tecnológico o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Social de Transporte (SEST).

As redes estadual e privada de ensino técnico são as maiores no país. A rede federal, apesar de menor, detém escolas conhecidas por excelência de ensino, os Institutos Federais de Educação Técnica. A rede privada, incluindo o Sistema S, tem crescido e detém uma parte significativa das matrículas em cursos profissionais variados e diversificados no Brasil.

No Acre, O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia possui Campus em Cruzeiro do Sul, oferece cinco cursos técnicos e quatro cursos superiores, campus em Sena Madureira, com sete cursos técnicos e dois superiores, campus em Xapuri, seis cursos técnicos e dois superiores, campus da Baixada do Sol, dois cursos técnicos, campus de Tarauacá, dois cursos técnicos, e o campus de Rio Branco, com oito cursos técnicos e quatro superiores.

A educação profissional continua sendo expandida no Brasil. Considerando apenas a educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio, o crescimento foi de 7,1% em um ano, atingindo mais de 1 milhão de matrículas em 2012. Ao incluir o ensino médio integrado, os números indicam um contingente de 1,4 milhão de alunos atendidos em 2012.

Segundo o Censo Escolar do MEC, no Acre, em 2013, foram efetuadas 2.524 matrículas na Educação Profissional de nível técnico. O norte da nova política educacional da Coligação Por um Acre Melhor será o de triplicar esse número de matrículas e avançar na interiorização do ensino profissional, técnico e tecnológico.

Será ampliada a oferta de ensino técnico e profissional. A nova gestão irá promover e financiar vagas de ensino profissionalizante para todo o Estado. Irá incentivar e fomentar o ensino profissional e técnico diversificado e adequado ao mercado de trabalho do Acre, ampliando a matrícula em instituições de ensino técnico, com a distribuição de bolsas de estudo de instituições particulares de ensino para estudantes carentes e que demonstrem mérito.

Ainda, como forma de alavancar o Ensino Técnico e Profissional do Acre, serão pagas bolsas integrais de estudo para os melhores alunos do final do ensino fundamental que queiram e tenham vocação para uma carreira técnica. A nova gestão concentrará esforços para multiplicar a oferta de vagas em cursos profissionalizantes em todas as áreas centrais para o desenvolvimento do Estado do Acre

A nova gestão também se esforçará para promover o ensino superior por meio de convênios e parcerias com a Universidade Federal e outras. Pretende-se, além de ajudar

na interiorização da educação profissional e técnica, construir parcerias com Universidades para interiorizar o ensino superior e ampliar a oferta de cursos para todo o Estado. Desta forma, o objetivo será o de ampliar o acesso em todos os municípios do Estado à educação profissional e ao ensino superior, sempre observada a realidade econômica e cultural das cidades.

Ainda é preciso destacar mais essas medidas que serão tomadas para elevar o padrão educacional do Estado do Acre:

- A nova gestão irá implantar um robusto programa de Saúde nas Escolas, onde todas as crianças e jovens matriculados na rede estadual de Educação recebam diagnóstico (visão, audição, testes psicológicos, pediatria, programas de saúde, etc.) e encaminhamento ao atendimento adequado, se necessário.
- Outro ponto fundamental será o de garantir a segurança para as crianças e adolescentes. Será feito um grande programa de segurança nas escolas em parceria com a Polícia Militar e instituições da sociedade civil. A meta é alcançar a paz nas escolas já perdida. Vamos criar as condições para a garantia de haver um ambiente escolar seguro e acadêmico nas escolas da rede estadual e, em parceria com os municípios e redes municipais de ensino.
- Para consolidar e dar qualidade à Educação Integral, serão construídas escolas parques para atender no contraturno a rede estadual de ensino fundamental e médio. Nas escolas parques haverá reforço educacional, grupos de estudos diversos, biblioteca, sala ou laboratório de computadores, espaço para esporte e artes cênicas e plásticas, música e ensino profissionalizante. Toda Escola Parque também estará vocacionada em sua infraestrutura (teatro, teatro de arena, espaços para recitais e apresentações) a fomentar a cultura, as artes e os espetáculos. Também, poderá ser um centro de esportes das comunidades, evidentemente, ajustado ao calendário escolar.
- Ainda, está prevista pela nova gestão a construção de quatro grandes Centros Estaduais de educação profissional e técnica que ministrarão cursos de diversas modalidades e orientados para a realidade econômica do Estado. Como já dito, a nova gestão irá triplicar o número de vagas oferecidas no setor da educação profissional em quatro anos e avançará rumo ao interior do Estado, ao dotar todas as regionais com grandes escolas estaduais de ensino técnico, tecnológico e profissional. Atualmente, o Estado conta com apenas quatro centros de educação profissional, três em Rio Branco e um em Cruzeiro do Sul. A nova gestão irá construir escolas técnicas que ministram cursos adequados a realidade econômica das regionais. Será promovida uma escola para a Regional de Purus, serão incrementadas escolas que atendam outras cidades além de Rio Branco na Regional do Baixo Acre; será feita uma grande escola técnica na regional do Alto Acre, na regional do Juruá, que conta como uma escola apenas em Cruzeiro do Sul, faremos escolas para a regional de Tarauacá. Serão grandes escolas equipadas e de ensino médio que atenderão em tempo integral e com professores especialmente contratados. A construção e manutenção física destas escolas e seus equipamentos de aprendizagem serão feitas por meio de parcerias público-privadas, o estado pagará para empresas construírem e manterem as escolas em seus aspectos de infraestrutura. Assim, mais tempo e dinheiro sobrarão para o

investimento no aprendizado do acreano que deseja um ensino médio capaz de profissionalizá-lo, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do Estado.

- Será iniciada a construção de centros escolares de línguas para atender as escolas de ensino fundamental e médio de todo o Estado.
- Por fim, a nova gestão irá incentivar a construção e vinda de centros de pesquisa para estudar a biodiversidade amazônica, técnicas de aprimoramento da produção agrícola familiar, assistência rural, pesquisas florestais, dentre outros campos do saber. O Estado, ainda, irá fomentar pesquisas em conjunto com universidades e órgãos do Estado para ajudar na produção e na descoberta de novos produtos amazônicos. Será dada forte ênfase no desenvolvimento tecnológico e científico e fomento às boas práticas neste campo.

Será vital para o futuro do Estado aumentar o seu capital humano, ter gente preparada para assumir os melhores postos de trabalho quando o desenvolvimento do Estado deslançar.

Não existe progresso econômico e redução da pobreza sem haver um robusto e qualificado sistema de ensino, que dê oportunidades diversas para as crianças e jovens se prepararem e desenvolverem os seus talentos e vocações.

Há um conjunto grande de outras ações importantes, aqui foram destacadas as principais, ou seja, àquelas que gerarão impactos positivos para mudar para melhor o sistema de ensino do Acre.

### **Infraestrutura urbana, de mobilidade e saneamento atuais.**

*"Piorou muito o saneamento, a infraestrutura, Feijó e Tarauacá são tristes, Rio Branco é melhor" (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"A infraestrutura urbana está mal, Manoel Urbano é um pipoqueiro. A Estrada BR 364 o governo deixou para lá, Sena é só buraco, O Derac nada faz". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"O lado negativo é a infraestrutura e o saneamento. A cidade está acabada". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Falta estrutura para os ramais, eles estão fechados". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Não melhorou nada, ruas cheias de buracos e o transporte piorou." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Saneamento não melhorou em nada, a água é péssima, não tem esgoto e tem muitos buracos nas cidades." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A energia é péssima e o preço alto, são muitos apagões, na pavimentação é problema generalizado". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Não tem saneamento básico e as ruas péssimas e o dinheiro já foi". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Na infraestrutura é péssimo, a BR 364 melhorou, falta assistência técnica ao rural, não tem nem granja aqui." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O saneamento é precário em todo o estado, lixo nas ruas, alaga tudo por causa dos bueiros entupidos. Aqui tem muita hepatite C, a água não tem qualidade e não tem indústrias, falta emprego". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Pavimentou com as ruas do povo, não funcionou, é um serviço mal feito. A cidade do povo é um condomínio fechado". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Saneamento não presta, o esgoto é mandado direto para o Rio Juruá." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"No Acre há municípios esquecidos, Manoel Urbano, Jordão e Assis Brasil, infraestrutura ruim e sem fonte de renda além do funcionalismo público". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"A BR 364 e todas as BRs estão esburacadas. Até Assis Brasil é horrível". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Os municípios estão em calamidade, os prefeitos querem até renunciar, em Rio Branco a prefeitura é o governo, é a mesma coisa". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O Acre está caindo muito na saúde, os bairros estão desgastados, as pontes quebradas, fazem de madeira." (Morador de Brasília, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Por dívidas, o governo vendeu a floresta, a rua do povo deve ao BNDES, em 6 meses está tudo estragado. A produção está na lama, ramais não funcionam, nas colônias têm de tudo, mas estragam porque não tem como levar a mercadoria para vender." (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Houve desenvolvimento econômico, com a estrada BR 364, era um sonho com a estrada o preço das mercadorias abaixou, mas falta muito ainda para a estrada melhorar e gastaram muito". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*



## **Objetivo 4 - Infraestrutura Adequada e Necessária Aporte ao desenvolvimento e a criação de riquezas.**

Hoje, o governo é avaliado como moroso, incompetente e recaí sob sua cabeça muitas desconfianças de corrupção em obras. A nova gestão concebida pela coligação Por um Acre Melhor implantará um novo padrão de qualidade e honestidade nas obras públicas do Estado. É isso que a população exige de seus governantes.

A infraestrutura é vital para a diminuição da pobreza e das desigualdades de acesso a serviços públicos. É vital, sobretudo para o crescimento econômico. Nesse campo, estão mal o Brasil e o Acre. Só para exemplificar o tamanho da importância de se ter uma infraestrutura adequada, basta dizer que, segundo previsões econômicas, em 2014 o Brasil vai perder 22% da riqueza gerada pela maior safra de soja da sua história, de 55 milhões de toneladas, apenas por gargalos na infraestrutura.

Hoje, a realidade do Acre é a da falta de saneamento básico em todas as cidades do Estado. As obras de saneamento são precárias e incompletas. A alagação e a falta de saneamento contribuem, ainda, para haver precariedade na saúde dos acreanos.

A julgar pela realidade sem maquiagens, o Acre possui poucas vias de comunicação com as demais unidades da Federação. Sem vias de comunicação de pessoas e mercadorias o desenvolvimento da economia fica prejudicado, afinal a circulação de pessoas e de mercadorias é fundamental para o crescimento e a dinamização da economia.

O Acre, hoje, é um Estado isolado, pois só possui uma ligação terrestre com o restante do país, a BR-364. Recentemente, a estrada foi submersa em um trecho de mais de 20 quilômetros. As cenas eram de caminhões com mercadorias básicas sendo puxados por tratores em operações arriscadas. O verdadeiro retrato de uma infraestrutura frágil e não diversificada.

Os problemas neste setor são abundantes. Por exemplo, o imbróglio sobre o veto presidencial ao projeto da Ponte do Rio Madeira. Há um veto e há uma nota do DNIT informando que a obra da Ponte foi licitada pelo Regime Diferenciado de Contratações, em dezembro de 2013. A confusão é marca nacional em grandes obras, quando associado ao governo do Estado, a confusão é sempre crescente. E sempre ficará o cidadão acreano sem as informações corretas, sem saber o que vai acontecer. É importante até frisar que o que foi licitado, até o momento, foi o mero projeto da obra da Ponte.

Políticos prometeram, em um momento de grande sofrimento do povo do Acre, uma obra que não será iniciada neste governo, criando um compromisso para próximo presidente da República, que se for Aécio Neves será um compromisso cumprido.

Sabe-se que o PAC foi um grande fracasso e não conseguiu avançar em obras da forma que estava planejado. Muitas obras do pacote não saíram do papel; e este pode ser o destino da Ponte do Rio Madeira. A ineficiência do governo federal em dotar o país de infraestrutura adequada é intensa. Mais de 50% das obras lançadas no PAC desde 2007 estão paralisadas ou não chegaram a sair do papel.

A população do Acre tem motivos de sobra para temer pela finalização da obra, uma vez que a alagação de 2014, que inundou a via terrestre que nos liga a Rondônia,

pode se tornar cíclica. O que o Acre precisa é da garantia, real, de que essa obra será executada, de forma correta e sem mais enganos ou demoras, pois a Ponte sobre o Rio Madeira é um interesse estratégico nacional e internacional e não, apenas, do Acre ou de Rondônia, por exemplo.

Os problemas, no Acre, não só se acumulam nas obras de infraestrutura logística. Há sérios complicadores nas obras de infraestrutura urbana. A rotina é o lançamento, com estardalhaço, de programas como o “Ruas do Povo”, que tem custos extremamente altos, falta de qualidade mínima e sobre as obras pairam inúmeras dúvidas e inquérito da PF sobre a lisura das mesmas.

As tais ruas não resistem às primeiras chuvas, deixando a população carente em situação de completo abandono. Isso é por todos sabido. O pior, é que essas obras do tal “Ruas do Povo” têm sempre a participação das mesmas empresas, cometendo os mesmos erros. E, o que é pior, aumentando o endividamento do Estado, que já está com suas finanças deterioradas.

A nova gestão concebida pela coligação Por um Acre Melhor sabe que será **preciso ter uma gestão que equilibre o caixa do governo, que faça contenção de gastos desnecessários e estanque a sangria de dinheiro público com as tão conhecidas obras mal feitas e inacabadas.**

**É bom ressaltar que a nova gestão irá finalizar todas as obras paradas do Estado e irá qualificar essas obras. Os processos serão totalmente lícitos. Os ilícitos serão apurados e os esforços gerenciais serão para resolver os problemas e evitar que o erário público seja aviltado.**

Os princípios maiores da nova gestão proposta pela coligação Por um Acre Melhor são:

- Que toda obra pública precisa ser finalizada em prazo razoável, compatível com a complexidade do projeto, custo e demanda.
- As obras serão feitas buscando economicidade e qualidade, terão padrão elevado de qualidade. Afinal, os recursos públicos são escassos.
- Não haverá descaso com a opinião pública e muito menos falta de transparência com o dinheiro público.

Transparência, honestidade, qualidade, fiscalização e respeito ao cidadão serão os princípios norteadores da nova gestão, responsável e capaz, para tocar as obras públicas necessárias ao crescimento econômico do Estado e ao alcance de padrões salutar de qualidade de vida para o acreano.

A nova gestão não só visará o curto prazo. Terá visão de futuro. Estará comprometida com o crescimento econômico e a geração de empregos e renda para a população do Acre.

Sabe-se, que inúmeras oportunidades foram perdidas ao longo dos últimos anos. Empréstimos internacionais vultosos, recursos abundantes do governo federal e dinheiro dos altos impostos não serviram para fazer o estado avançar em infraestrutura produtiva. O Acre está praticamente na mesma rotina de falta de estradas para escoar a produção e falta de energia e comunicação de qualidade para o desenvolvimento da indústria e da produção rural. O Estado do Acre não tem uma ferrovia desenvolvida, não têm hidrovias

como deveria ter e a malha rodoviária é precária e incompleta. O transporte aéreo de cargas e passageiros também é tímido e não foi regionalizado adequadamente.

Além dos problemas naturais a todos os estados que dificultam os investimentos em infraestrutura, não se pode descartar que existam problemas de extrema fragilidade gerencial no estado para tocar obras importantes para o desenvolvimento.

A nova gestão proposta pela coligação Por um Acre Melhor não aceitará mais a existência de obras mal feitas, claramente provisórias e sem transparência em seus custos. O cidadão já foi por demais onerado com obras que se arrastam sem serem finalizadas e que ao fim custam três ou quatro vezes o que deveriam custar e ainda por cima sem a qualidade adequada. Esse é o pior dos mundos.

A coligação Por um Acre Melhor dará a devida atenção à infraestrutura viária e de transportes no Acre, pois ela joga papel central no desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado e na geração de empregos e renda para o acreano.

A nova gestão fará parcerias sérias e estratégicas com os municípios para incrementar, manter e abrir ramais para atender ao escoamento da produção dos pequenos e médios produtores.

Sabe-se que a BR 364 representa a própria sobrevivência do Estado do Acre. Foi um sonho de muitas gerações de produtores e cidadãos acreanos. Nela, foi depositada a esperança por um Acre mais produtivo e mais rico. Nada justifica terem gasto mais de 2 bilhões de reais e a estrada ainda apresentar graves problemas de engenharia, falta de acostamento, quase ausência de sinalização e milhares de buracos e crateras colocando em risco a vida dos seus transeuntes. A nova gestão concentrará esforços para finalizar e qualificar plenamente a Estrada. A BR 364 será realmente integrada na circulação de mercadorias e pessoas. A população não aceita mais desculpas para atrasos e omissões na BR 364.

Mesmo contando com 67 órgãos públicos entre secretarias, autarquias e empresas, o governo não conseguiu avançar de fato na infraestrutura. Os investimentos foram mal feitos, perdulários e duvidosos. É bom lembrar que o Acre foi o segundo estado brasileiro com maior desequilíbrio nas contas públicas e é, proporcionalmente, o segundo estado do país com maior déficit.

Os acreanos não enxergam os investimentos que poderiam estar sendo feitos. Sabem que as ruas do povo se desmancham com as chuvas e que os serviços de saúde são de terceiro mundo. Muitos estão com medo de andar pelas ruas das cidades já que segurança pública, de fato, não existe. Escolas são tomadas pela violência, comprometendo o futuro das crianças e jovens. A BR 364 nunca fica pronta e o Estado do Acre marca passos.

Vale o cotejamento de alguns dados da realidade da atual gestão do governo do Estado.

Em 2013, o total das despesas inscritas no orçamento foi de R\$ 5.127.227.415,84. Desse total, o montante previsto para investimentos foi de R\$ 1.392.846.193,29. Em termos percentuais, o valor destinado a investimentos foi de 27,2% na despesa total do Estado. Em princípio, em termos absolutos e relativos, a participação do grupo investimentos no total das despesas parece significativo. Afinal de contas é por meio dos investimentos que se aumenta o capital físico disponível, a infraestrutura, e o governo ajuda a criar riquezas.

Ocorre que do total previsto para investimento, ao final de 2013, apenas 58,3% foi executado. Em princípio, o governo do estado está enfrentando as mesmas dificuldades que os demais para realizar os investimentos, a saber: falta de projetos, dificuldades com licenciamento ambiental e outras. E é muito provável que esteja destinando parte do investimento para fazer superávit primário, uma espécie de maquiagem nos dados.

O mais grave é de que a execução da despesa total do estado, ao final do ano de 2013, foi de 86,4%. O total não executado foi de R\$ 814.842.724,04. Desse total, R\$ 635.873.350,65 veio do grupo orçamentário denominado de investimento.

Diante do quadro geral de investimentos, a nova gestão deverá buscar parcerias públicas com o setor privado para realizar obras que demandem grandes investimentos e podem ser produtivas. A nova gestão mira o futuro, o desenvolvimento do Estado e o enriquecimento do seu povo e a geração de empregos e renda, e por isso terá como quarto grande objetivo de governo dotar o Acre de **infraestrutura adequada e necessária** para o progresso. Suas ações serão por obras bem feitas, sem superfaturamento e com elevado padrão de qualidade.

Em infraestrutura, em primeiro lugar, a nova gestão proposta pela coligação Por um Acre Melhor irá concentrar esforços técnicos, gerenciais, de captação de recursos e financeiros para investir na qualificação da água e do saneamento básico no Estado, abrangendo todas as cidades. Para tanto, serão estabelecidas parcerias pública privada para a construção de infraestrutura de saneamento e abastecimento de água em todo o Estado. Em quatro anos, essa será a maior obra ambiental e social da história do Acre.

A coligação Por um Acre Melhor acredita que o melhor investimento no meio ambiente é resolver o problema da falta de saneamento básico do Estado, fazer obras de tratamento para que possamos barrar a poluição dos rios e ajudar por meio de convênios e parcerias a todas as cidades do Acre a se arborizarem e solucionarem os problemas que tenham com destinação de lixo e resíduos sólidos. São ações reais e realistas que contribuirão para preservar um meio ambiente saudável. Essa é a política ambiental séria e importante para o desenvolvimento e bem-estar social do acreano.

Eis outras ações programadas pela coligação Por um Acre Melhor. São ações que visam elevar o padrão no Estado de infraestrutura corretiva e de desenvolvimento.

- ✓ Serão intensificadas as parcerias com o governo Federal para melhorar e ampliar a infraestrutura de energia e de comunicações vitais para incentivar a industrialização do Estado, a mecanização do campo e a melhoria e barateamento desses serviços para a população. No que depender do governo do Estado, teremos abatimento e isenção de parte dos impostos estaduais para ampliar a qualidade e obter melhores preços nos serviços de energia e comunicação, internet por exemplo.
- ✓ Serão concentrados esforços na qualificação, finalização e manutenção de todas as BRs e rodovias do Estado, sempre em parceria com o Governo Federal no que for pertinente.
- ✓ Para viabilizar a integração latino-americana e abrir horizontes de comercialização a nova gestão irá captar recursos para complementar a BR 364 até o Peru, consolidando a infraestrutura necessária para a integração e circulação de mercadorias na América do Sul e dotando de economicidade a exportação de nossos produtos. Tudo isto será possível

na medida do crescimento da produção e circulação de mercadorias. Uma boa infraestrutura logística seria um incentivo valioso para dinamização da produção e comercialização do Acre. Não se pode perder oportunidades de desenvolvimento.

- ✓ A nova gestão se compromete em fazer um rígido e inteligente planejamento do investimento em toda a infraestrutura logística do Estado, de aeroportos, rodoviários, ferrovia, qualificar as hidrovias em função da produção e circulação de mercadorias. Serão estudadas todas as possíveis obras estruturantes. A nova gestão irá planejar e procurar financiamento para as grandes obras de infraestrutura corretiva (alagações) é de desenvolvimento (novas estradas, pontes, etc.).
- ✓ Sobre as alagações do Rio Acre, providências serão tomadas, já a partir do primeiro mês de governo. A nova gestão irá abrir um concurso público nacional de engenharia e arquitetura para escolher um projeto corretivo e resolver por definitivo as alagações rotineiras com a cheia do Rio Acre. O melhor projeto será escolhido e definirá se é preciso um canal ou um lago, enfim, dará a solução técnica ao problema. A nova gestão recomendará que as soluções técnicas de engenharia levem em conta o fato do acreano viver o ciclo da escassez de água no verão e do excesso no inverno. A nova gestão fará o esforço de captar os recursos com o governo federal, por meio de parcerias, e junto a Governos estrangeiros e ONGs internacionais, através de recursos a fundo perdidos, como forma de transformar nosso esforço na manutenção da preservação ambiental em um ativo que transforme, realmente, a vida da nossa população. Considera-se que essa obra ser concebida e realizada será vital para o bem estar de uma grande parte da população acreana.
- ✓ A nova gestão irá iniciar o governo implantando um amplo programa de convênios, em parceria com o governo federal e com todas as Prefeituras do Acre, para recuperação, conservação, construção e investimento na infraestrutura urbana e rural, incluindo a abertura e manutenção dos ramais. As obras deverão ser bem feitas, obras com o aval da população, prioritárias. A escolha das empresas que farão as obras seguirá o mais alto nível de transparência e legalidade. Todas as obras serão fiscalizadas, conferidas em sua qualidade e auditadas periodicamente pelo Governo do Estado e pelas municipalidades.
- ✓ Será uma tarefa da nova gestão atrair grandes investimentos privados por meio de parcerias público-privado em prol do desenvolvimento e consolidação da infraestrutura de mobilidade, comunicação e de energia do Estado.

Na realidade quase duas décadas de poder não foram suficientes para dotar o Acre com uma infraestrutura de transporte que desse condições de barateamento dos custos dos produtos e competitividade mínima para superar a dependência do Estado. Poucas obras estruturantes foram feitas. É salutar lembrar que foi o governo de Fernando Henrique Cardoso quem liberou os recursos para a construção da BR-364, entre Rio Branco e Sena Madureira, e da BR-317, de Rio Branco a Assis Brasil, além do Canal da Maternidade, dentre outras.

Em uma avaliação das condições de infraestrutura rodoviária, a Confederação Nacional dos Transportes classificou o estado geral das estradas acreanas como ruins ou péssimas (AC 010, AC040, BR 307, BR 317 e BR 364). A BR 364 foi considerada ruim em seu estado geral, ruim na pavimentação e ruim em sinalização.

Falta saneamento básico e a infraestrutura urbana é ainda muito insuficiente. Isso é um fato. A situação precisa ser superada com gestão e investimento adequados.

Ano após ano, as chuvas confinam os produtores acreanos, que não podem contar com estradas minimamente transitáveis para vender suas preciosas mercadorias. A economia não gira, a riqueza não é produzida e o marasmo econômico impera.

Por que será que os recursos vultosos, frutos de empréstimos que serão pagos por gerações, não foram aplicados em assistência técnica aos produtores? A coligação Por um Acre Melhor não passa um só dia sem ouvir o lamento dos produtores, os homens e as mulheres deste Estado, as queixas de falta de apoio e assistência técnica verdadeira.

A coligação Por um Acre Melhor acredita que o modelo implantado até então não obteve resultados consistentes no desenvolvimento do Acre. Esse modo de governar levou o Estado ao marasmo econômico.

É preciso mudar, transformar o jeito de governar o Estado, governar para o progresso, para a geração de emprego e renda, pela qualificação dos serviços públicos e pela erradicação da pobreza, ou seja, pela geração de oportunidades.

## **Desenvolvimento, Produção, Apoio aos Produtores, Emprego: atualidade**

*"O Acre não produz nada, a cheia do Rio Madeira mostrou isso". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"Hoje está pior, o governo não dá condições para os produtores". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Alimentação está mal, não tem comida, a cheia do Rio Madeira lascou tudo". (Morador de Sena, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Na enchente ficamos em crise de alimentação, gasolina e remédio, O Acre é realmente muito dependente." (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014).*

*"O Acre não produz nada, só farinha e boi, Até ração é importada, é cara e importada". (Morador de Tarauacá, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"O governo do PT cobra impostos na entrada do produto, as mercadorias são mais caras e o governo arrecada mais". (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Falta indústrias, Precisa de energia, internet não é boa e cara. É preciso baratear os fretes, os impostos são altos." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Piorou na questão econômica, não teve incentivos, não há incentivos para a produção." (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Tem que liberar verba para agricultores, esse papo de solo pobre corrige com calcário. Falta apoio técnico do governo com os produtores." " (Morador de Cruzeiro do Sul, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Aqui tem muito desemprego, é tudo público municipal e estadual. Não tem empregos para indústria". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

*"Aqui também não tem fábrica, indústria. É um estado pequeno que não tem emprego". (Morador de Rio Branco, pesquisa qualitativa, maio de 2014)*

## **Objetivo 5 - Desenvolvimento Econômico e Social**

### **Crescimento, Progresso, Empregos e Renda.**

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2011, dos 121.321 empregos formais do Acre, a administração pública gerava 52.465 empregos, o comércio 22.784, o setor de serviços 27.306, a indústria de transformação 7.189 empregos, a construção civil 7.088 empregos, a agropecuária 3.115, o serviço industrial de utilidade pública 1.059 e o setor de extrativismo mineral apenas 320 empregos.

Os números autorizam o diagnóstico da falta de economia, produção, geração de empregos nos setores produtivos do Estado. Esse é um compromisso e objetivo da nova gestão concebida pela coligação Por um Acre Melhor: apoiar incondicionalmente a dinamização da economia e a geração de empregos e renda, de oportunidades.

O compromisso da nova gestão e com um Acre competitivo, próspero, livre e progressista. A nova gestão será diferente do que aí está, seu compromisso será em fincar as bases da prosperidade para o Acre, que se fará por todos e com todos.

Hoje, a realidade é de que o Estado depende para tudo de outros estados do Brasil e eles, por sua vez, quase nada dependem do Acre. É preciso começar a inverter a equação, precisa-se do esforço para diminuir a dependência e aumentar o consumo dos produtos acreanos (gerar produtos) pelos outros estados. O Acre precisa importar menos e exportar mais e mais. Precisa dar saltos qualitativos na produção agrícola e pecuária e implantar e desenvolver a indústria.

Para a coligação Por um Acre Melhor é central superar o tempo de marasmo econômico e fomentar a livre iniciativa, que, hoje, é tolhida por altos impostos, excessiva burocracia, perseguições e cooptações pela falta de assistência técnica.

Salta aos olhos de qualquer observador atento, a sanha sempre crescente do governo em arrecadar mais e mais. O governo estadual acaba tendo que aumentar dramaticamente sua arrecadação para fazer frente às despesas crescentes e nem sempre necessárias. Elevou o ICMS de 17% para 25%, encarecendo as mercadorias e não incentivando os empreendimentos.

Um governo que almeja, verdadeiramente, desenvolvimento econômico para o seu Estado deve estar sempre vigilante para não sufocar a economia local com a aplicação de alta carga tributária. Geralmente, a avidez na arrecadação é acompanhada por irracionalidades e desperdícios nas despesas de governo. Governos gastadores, perdulários e obesos tendem a massacrar a sociedade com mais e mais impostos.

Em 2009, a receita tributária do Estado saiu de 514 milhões de reais para em 2012 chegar a 834.086 milhões de reais, só no ICMS líquido (deduzido do valor destinado a formação do Fundeb) saiu de 383.797.545 milhões para em 2012 chegar a 648.369.197 milhões de reais. É a alta taxação ajudando a atravancar e impor o marasmo econômico ao Acre.

A ecologia radical não pode servir de desculpa para o não desenvolvimento. Hoje, o uso conciliado à preservação racional do meio ambiente depende do acesso à tecnologia e à técnica e ao aumento de produtividade. Sabe-se que só o aumento da produtividade no campo e nos pastos pode realmente preservar áreas importantes do meio ambiente, pois faz crescer a produção de riquezas sem precisar avançar em territórios preservados.

A coligação Por um Acre Melhor sabe que governo sérios ajudam produtores no ganho em produtividade, com uso de tecnologia e assistência técnica. Essa é a política que pode melhorar a preservação ambiental e incentivar o aumento de riquezas. Essa é a política da coligação Por um Acre Melhor e será a política da nova gestão.

A coligação não pode também se furtar de dizer que apesar do mito contrário e propagado, o Acre tem um dos melhores solos do Brasil, basta correções normais e previsíveis. Apesar dos discursos e das propagandas, na realidade, no dia a dia, não há incentivos efetivos do governo do estado à agricultura e à pecuária. O agricultor e o



pecuarista (pequenos, médios e grandes) são penalizados com o alto custo de vida, com a importação de insumos agrícolas e com a logística precária e incompleta do Estado.

Sabe-se que há solos acreanos de alta fertilidade, 14,6% de solos luvisolos e 31,6% de solos Cambissolos. São 7.558.946.91 hectares de solo altamente fértil, ou seja, nada justifica a fraca produção, só os gargalos deixados de lado há décadas.

Novamente, não podem culpar a ecologia pela estagnação, em 1999 o Estado tinha um desmatamento acumulado de 14.710 quilômetros quadrados, em 2012, o INPE informa que o desmatamento acumulado no Estado já era de 20.804 quilômetros quadrados. Só ideologia, nada na prática. Hoje, 45,9% do Estado são de áreas naturais protegidas, 31,3% de Unidades de Conservação e 14,55% de terras indígenas. Dentre as unidades de conservação, 9,5% são de unidades de conservação de proteção integral - Estação Ecológica do Rio Acre, Parque Estadual Chandless e Parque nacional da Serra do Divisor-, e 21,7% são de unidades de conservação do uso sustentável - três áreas de proteção ambiental, uma área de relevante interesse ecológico, uma área de Seringal, quatro áreas de Floresta Estadual, três florestas nacionais e cinco reservas extrativistas.

É tempo de fazer o Acre se desenvolver, crescer economicamente. A coligação Por um Acre Melhor irá na nova gestão encerrar todas as perseguições aos agricultores, aos pecuaristas e às madeireiras honestas do Acre e se esforçará em reconstruir a assistência técnica ao agricultor, aos madeireiros e aos pecuaristas. A nova gestão será proativa na assistência e articulará uma rede do Estado de assistência, a Embrapa, as universidades, o Sistema S e entidades capazes de ajudar no aprimoramento da produção acreana e mesmo aprimorar o uso de várias culturas e produtos já em desenvolvimento.

Irá, também, ajudar a adensar as cadeias produtivas do Acre. Com ciência, técnica e tecnologia é possível aumentar a produtividade das culturas existentes e implantar outras. A meta é tornar os produtores aptos a atenderem pelo menos a demanda interna de alimentos e não precisar importar tudo. E há várias e importantes cadeias produtivas a serem desenvolvidas, como a do leite e do couro, só para citar alguns exemplos.

Eis alguns dados que dão conta da atual situação de falta de produção e desenvolvimento.

É salutar informar que a indústria acreana decresceu de tamanho e chegou a ter involução, decresceu em 4,6% em 2003 e 1,2% em 2009. Até agora se encontra estagnada. A agropecuária teve crescimento negativo no Estado de 6,6% em 2006 e de 3,1% em 2009. Foi implantado o marasmo.

O PIB per capita do Acre, a riqueza de tudo que produz dividida pelo número de habitantes, é de 11.567 reais; o PIB per capita do Brasil é de 19.766 reais e da região norte 12.701 reais. O Acre atrás do Brasil e da região norte. A riqueza não está sendo empregada para os acreanos. Não se vê progresso substancial nem mesmo no IDH, conforme já foi mostrado nesse programa de governo. Em ranking de IDH entre estados brasileiros, em 1991, o Acre foi o 21º primeiro colocado do Brasil, são 27 Estados. No ano 2000, o Acre repetiu o mau desempenho: 21º lugar em desenvolvimento humano. Entrou a primeira década do século XXI e o Acre novamente apareceu em 21º lugar em IDH, entre os estados da federação.

Os dados reais desmentem a ideia de que se vive no Estado uma melhora substancial da qualidade de vida; isso sim é um mito. No IDH verdadeiro do Acre, vive-se uma estagnação econômica e social que precisa ser superada.

A coligação Por um Acre Melhor irá concentrar esforços para dinamizar a economia e gerar renda para as famílias acreanas. O Acre não pode carregar o fardo de ser um dos recordistas em trabalho infantil. Segundo o IBGE, em 2012, o Acre tinha a segunda maior taxa de trabalho infantil do Brasil, 15,3%.

É preciso perguntar por que somente 45,7% da população são servidas por rede de abastecimento de água. É o segundo pior índice do Brasil. É preciso perguntar por que 65% das famílias acreanas vivem com baixa renda. É o quinto maior índice do país.

Os empregos prometidos não vieram e no Acre ainda há 113.560 famílias muito pobres dependentes de políticas de assistência social para viver. Segundo o Ministério do Trabalho, em 2013, foram feitas 27.380 admissões e 27.485 desligamentos, portanto, uma variação negativa de 105 empregos. A indústria foi o setor que mais desempregou no Estado entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. Neste período, o setor industrial do Acre admitiu 10.713 pessoas e demitiu 11.238 pessoas, portanto, um saldo negativo no emprego de 525 desempregados.

Eis alguns fracassos famosos dos últimos tempos no setor industrial: fábrica de tacos, fábrica de camisinhas e fábrica de polpas, pois sempre faltará consolidação dos negócios, sobram incentivos irresponsáveis, falta assistência técnica adequada e falta matéria-prima em preço competitivo.

O que o foi feito pelos fazendeiros e produtores já consolidados do Estado? houve incriminação e perseguição. De Feijó até Cruzeiro do Sul não se vê as mãos do governo do estado para ajudar, só para taxar e explorar com impostos aviltantes e falta de assistência técnica adequada para a produção. As promessas foram gigantes e as realizações pírias.

O compromisso da coligação Por um Acre Melhor na nova gestão é com a superação do atraso econômico e social do Acre. O modelo de desenvolvimento a ser implementado não irá controlar tudo, preços, produção e a criatividade do povo acreano. Fará, sim, a garantia da liberdade do mercado com a cooperação do Estado na resolução dos gargalos do desenvolvimento.

A coligação Por um Acre Melhor focará um verdadeiro desenvolvimento econômico com aumento paulatino da produção e da distribuição de riquezas por meio da geração de oportunidades.

Com a casa arrumada, e as contas equilibradas, será necessário ajudar a gerar competitividade na economia do Estado. A nova gestão irá colocar em prática o Acre Competitivo para superar os grandes gargalos que impedem o Estado de crescer efetivamente.

Três grandes gargalos estarão na mira da nova gestão para serem resolvidos, pelo menos, iniciar a resolução. O primeiro grande gargalo a ser superado é a mentalidade imposta de um conservacionismo ambiental ideológico. São forças políticas internas e externas se impondo aos interesses dos acreanos. Neste sentido, a técnica e a tecnologia serão os grandes aliados da nova política, que verdadeiramente pensa em preservação racional dos recursos da natureza. Não é possível impor ao habitante do Acre o subdesenvolvimento em nome do fetiche da preservação pela preservação. É tempo de superar a ideologia conservacionista e fazer o Acre se desenvolver.

O segundo gargalo é a falta de meios de transporte para escoar riquezas que iremos conseguir extrair do subsolo. E sobre esse assunto, o tópico anterior tratou. Em

resumo será necessário superar a incompetência governamental, que leva décadas para construir uma rodovia e, ainda, o faz gastando mais do que o necessário e com qualidade inexistente. A nova gestão procurará pensar em saídas multimodais, conjugar ferrovia, hidrovia e rodovias, em função dos eixos produtivos do Acre e das saídas possíveis de nossas mercadorias e das riquezas de nosso subsolo. Sem meios modernos para escoar a produção não haverá desenvolvimento. Ao governo caberá o estabelecimento de grandes parcerias com setor privado para preparar a mobilidade do estado.

O terceiro gargalo diz respeito ao nosso capital humano, que é o valor do capital incorporado às pessoas por meio da experiência, educação e formação. Foi tratado exaustivamente no tópico da Educação Pública de Qualidade. A nova gestão, como já dito, precisará ajudar a qualificar as pessoas, elevar a escolaridade e fomentar o espírito livre e produtor do povo acreano. As pessoas quando preparadas podem usufruir das riquezas, ocupar os melhores postos de trabalho, fornecer insumos necessários à produção, enfim aproveitar riquezas. A nova gestão precisará triplicar os indicadores positivos para preparar as pessoas no aproveitamento das futuras riquezas. O governo estadual precisará centrar esforços na ampliação do ensino superior e do ensino técnico, elevando o capital humano capaz de transformar recursos em desenvolvimento efetivo para o Acre.

Ainda, a nova gestão irá envidar esforços para garantir um ambiente de segurança jurídica e de incentivos tributários inteligentes para fomentar o empresariado acreano e atrair novos investidores e empreendedores ao Acre, garantindo a geração de empregos e renda e o desenvolvimento saudável e duradouro do Estado.

Abaixo algumas ações planejadas, não esgotam todas as medidas a serem tomadas, mas, dão uma ideia melhor de quais são as principais ações a serem implementadas para ajudar a deslanchar e dinamizar a economia, a produção e a geração de empregos e renda no Acre.

#### **Ações e medidas para dinamizar a economia acreana:**

- ✓ A nova gestão dará ênfase em planejar o desenvolvimento tendo em vista as riquezas do Estado, como o gás de xisto e petróleo, já confirmados no nosso subsolo, e a possibilidade de termos formações geológicas ricas em ferro, fosfato e sílica, que está em processo de pesquisa na região entre Brasiléia e Epitaciolândia.

\*Observações: O gás xisto é mais barato que a gasolina, a sua queima é menos poluente que o carvão, e a sua exploração pode significar uma nova era para o Estado do Acre, com mais investimentos em infraestrutura e com mais desenvolvimento e geração de empregos. Será garantida a preservação dos ativos ambientais, mas, também, será garantida a promoção do desenvolvimento do Estado. Não se pode manter a miséria e o subdesenvolvimento do Estado sob a desculpa da preservação ambiental.

O subsolo do Acre é rico, as pesquisas demonstram isso e é o momento do uso dessas riquezas para um salto de desenvolvimento qualitativo do Acre. Esse salto pode-se ser dado a partir da exploração organizada das riquezas minerais. O bloco licitado, em 2013, no Acre é um marco na exploração do “shale gas” ou gás de xisto, que é um tipo de gás natural encontrado dentro de formações de xisto argiloso.

Há estudos da ANP apontando que o Brasil possui reservas de gás xisto em terra de 500 trilhões de pés cúbicos, um volume maior que as reservas do pré-sal. Sabe-se que o gás xisto é mais barato que a gasolina e que a sua queima é menos poluente que o carvão, o que pode significar um novo fôlego à indústria brasileira, dependente do caro gás boliviano.

O gás de xisto é uma realidade e, infelizmente, o governo do estado não promoveu uma discussão com a sociedade sobre seu potencial econômico e seus riscos durante o período de prospecção, agora caberá à nova gestão lutar por uma regulação séria e rígida que permita a sua exploração com diminuição dos riscos de acidentes e por uma garantia de que os dividendos dessa exploração sejam usados na infraestrutura do Acre.

- ✓ A nova gestão tem consciência de que será preciso realizar um trabalho mais intenso junto ao BASA para o fomento à produção do Estado. Ou seja, irá lutar por mais créditos para as cadeias produtivas do Acre. Será uma meta de todos da coligação Por um Acre Melhor captar recursos públicos e privados para o desenvolvimento e crescimento econômico do Acre.
- ✓ A nova gestão irá promover o amplo conhecimento técnico da riqueza do solo do Acre e das riquezas possíveis da produção rural. Será preciso investir e apoiar profundamente a produção do Estado, incentivar a diversificação das culturas e superar o marasmo reinante atualmente. O que se tem atualmente são ações pontuais e incapazes de produzir resultados duradouros, ou seja, os que geram empregos autônomos e renda.
- ✓ A nova gestão irá restabelecer uma forte rede de assistência técnica ao produtor rural e apoiar tecnicamente a agricultura familiar, além de implementar uma política inteligente de compras governamentais feitas com produtores locais. Serão compradas para o Estado (merenda escolar, presídios, hospitais) partes da produção da agricultura familiar e de pequenos produtores de todo o Estado.
- ✓ A nova gestão irá verificar com lupa a pauta de importações do Acre e fazer o esforço de produzir aqui o que se compra fora. É preciso ter como norte de ação a substituição da pauta de importações. O novo governo concebido pela coligação Por um Acre Melhor promoverá o estudo dos mercados disponíveis, por exemplo, o interno, como Manaus e Rondônia, e os internacionais, tais como Bolívia, Peru e o mercado asiático.
- ✓ A nova gestão irá lançar uma política de assistência e incentivos financeiros para criar junto com produtores pequenas, médias e grandes agroindústrias espalhadas por toda a área rural do Estado. Haverá com isso agregação de valor aos produtos, o desenvolvimento de processos industriais com os produtos rurais, a criação de marcas e a dinamização da comercialização. Agroindústrias familiares ou não já existentes serão fortalecidas e a nova gestão espera que outras sejam criadas.
- ✓ A pecuária será apoiada tecnicamente e financeiramente pela nova gestão, o foco é ajudar com melhoramento genético e apoio técnico na intensificação da produtividade. Hoje, o Acre só tem 3 milhões de cabeças de gado em 15 milhões de hectares de terra. Com tecnologia e técnica é possível triplicar o rebanho na mesma área. É preciso superar a baixa produtividade no setor. Maximizar o ganho com riquezas oriundas da pecuária na sua atual extensão é o desafio para

pecuária com o novo código florestal. Desenvolvimento da cadeia produtiva, diversificação e verticalização.

- ✓ O novo governo irá ajudar, ainda, a aplicar tecnologia na pastagem. A agricultura pode ser desenvolvida na mesma área da pecuária. É perfeitamente possível implementar mecanização agrícola e a política de rodízio de produção nas pastagens. A nova gestão irá incentivar a agricultura consorciada e plantio de árvores no pasto - pecuária sombreada. Ainda, irá concentrar esforços para viabilizar uma maior mecanização da produção, intensificando com a pecuária consorciada e aumentando a produtividade com aplicação de técnicas e biotecnologia.
- ✓ Vale reafirmar que a nova gestão do Acre irá reconstruir a assistência técnica rural e auxiliar o homem do campo na sua produção. Efetivar uma rede de apoio técnico direto aos pequenos, médios e grandes produtores e incentivar a introdução de tecnologias e mecanização adequada na produção agrícola e pecuária. A nova gestão irá ampliar e fortalecer o apoio técnico governamental ao produtor rural, com a introdução maciça de tecnologia e biotecnologia na produção do Estado.
- ✓ A nova gestão se dedicará a ajudar a desenvolver com crédito e apoio técnico, gerencial e de assistência o desenvolvimento de cadeias produtivas no Acre, irá incentivar, também, a criação de outras. Alguns exemplos são óbvios: cadeia produtiva da carne, do couro, do leite, da castanha (beneficiamento), da cana-de-açúcar, da borracha, da fruticultura, do guaraná e da piscicultura.
- ✓ Ainda, irá incentivar a produção de grãos o mais tecnologicamente possível, com alta produtividade. Com isso será possível desenvolver uma indústria de rações capaz de abastecer o mercado interno da criação de animais.
- ✓ É preciso esforços do novo governo para fazer chegar nos produtores os avanços científicos na elaboração de organismos geneticamente modificados que barram o crescimento do uso de agrotóxicos. O novo governo também incentivará o uso de micro-organismos no controle de pragas, pois este é um caminho certo de progresso, com forte assistência técnica, para os grandes, médios e pequenos produtores.
- ✓ Irá, também, incentivar e atrair indústrias para o Estado, fortalecendo e apoiando o uso dos produtos das cadeias produtivas existentes e de outras na produção industrial como vantagem comparativa. Essas indústrias que serão atraídas participarão do esforço em integrar comercialmente o Acre com o mercado latino americano e internacional, incentivando nichos de negócios para exportação. O exemplo é a indústria de calçados que poderá vir ao Acre por causa da conhecida alta qualidade do couro bovino produzido.
- ✓ É meta da futura gestão é ajudar a revitalizar a produção de borracha com os clones resistentes a pragas com seringas plantadas. Buscará tecnologias que tornem essa cultura, que faz parte da nossa história, economicamente viável. Ainda, almeja incentivar com tecnologia e técnicas de plantio da castanha cultivada e desenvolver beneficiadoras do produto, com cooperativas de trabalho e incentivos a empreendedores.

- ✓ A nova gestão concebida pela Coligação Por um Acre Melhor irá lançar um programa para desenvolver pesquisas em parceria com universidades, Embrapa, e outras instituições para o desenvolvimento de produtos do Acre e estudos da produção agropecuária. Ainda, incentivará a consolidação de infraestrutura de pesquisa e extensão em áreas tecnológicas e de formação de recursos humanos de alto nível de modo a colaborar com os setores produtivos no desenvolvimento do Estado.
- ✓ A nova gestão, ainda, irá estabelecer um novo e qualificado plano de desenvolvimento Industrial para o Estado. Focar ações no aumento de produtividade, no apoio técnico, na qualificação da mão de obra e na criação de um ambiente de incentivos tributários à livre iniciativa do setor industrial.
- ✓ Vai implantar uma política agressiva de desoneração para atrair empresários e incentivar os empresários acreanos. O Acre é o único estado que cobra ICMS nas máquinas. É preciso rever todas as distorções tributárias. A nova gestão irá trabalhar para fortalecer a liberdade no setor econômico, bem como a desoneração inteligente e para gerar oportunidades de empregos, renda e desenvolvimento dos acreanos.
- ✓ Fará parte da nova política industrial do Acre o incentivo ao desenvolvimento das nascentes indústrias da madeira e dos móveis, dos alimentos, principalmente dos seguimentos de café, iogurte e biscoito. Será prioridade incrementar a pequena indústria gráfica do Acre. Ou seja, será salutar incentivar a diversificação industrial no Estado, hoje, a ênfase é na construção civil.
- ✓ Será preciso ajudar a desenvolver a indústria da madeira, da borracha e de produtos típicos da Amazônia, para tanto a nova gestão irá consultar representantes desses setores sobre as medidas de incentivo e desburocratização a serem adotadas. A madeira não está dando certo, os madeireiros, principalmente os mais frágeis economicamente, estão em dificuldades. Sobrevivem os grandes, que são capazes de responder às severas leis ambientais e têm suporte para bancar anos de improdutividade. A nova gestão acredita que será uma tarefa importante ajudar a diminuir custos e a incrementar a logística e a infraestrutura para escoar a madeira legal, mas, sobretudo, será necessário garantir que as regras para a produção e comercialização da madeira sejam claras e duradouras. Incentivará também o pequeno madeireiro para entrar no mercado, ter acesso à tecnologia e amenizar seu sofrimento com a intensa burocracia estatal.
- ✓ Será política da nova gestão promover grande apoio a micro, pequena e média empresa do Acre, bem como as cooperativas e associações produtivas. A nova gestão irá ajudar a desenvolver o empreendedorismo e utilizar por meio de parcerias a larga experiência do Sistema S no apoio e qualificação das empresas do Estado. Com seriedade e honestidade, a nova gestão irá ampliar a geração de renda por meio de incentivos aos pequenos e médios empresários, cooperativas e associações, sem submetê-los como se faz atualmente.

Eis somente algumas ações do Acre Competitivo, muitas outras serão aplicadas a partir de janeiro de 2015, ações que fincarão as bases do verdadeiro desenvolvimento sustentável que o Acre tanto merece e espera. Mãos à obra!

### **Palavras finais e otimistas.**

O Acre é um estado estratégico dentro de uma região estratégica. Estudos e prospecções revelam que a região amazônica possui, em valores de recursos naturais, o montante de 23 trilhões de dólares a ser explorado, sendo 15 trilhões em recursos minerais metálicos, não metálicos e energéticos e oito trilhões na superfície, com a biodiversidade (estima-se o conhecimento de apenas 5% do potencial econômico da biodiversidade amazônica). O Acre faz parte dessa riqueza que deve ser gerada.

Agora, o potencial econômico se amplificou com as descobertas de reservas de gás de xisto, que precisam ser exploradas utilizando as melhores técnicas disponíveis e as estratégias de amenização dos riscos para o meio ambiente. Esse fato deu ainda mais a característica de fronteira de riquezas aos Estados amazônicos e em particular ao Acre.

É a região do país, por excelência, portadora do futuro da integração sul-americana, capaz de abrigar uma possível infraestrutura necessária para fazer circular mercadorias, comunicação e pessoas no continente. Tem-se saída ao pacífico e ao atlântico e as bacias hidrográficas são conectadas. Como dizem os estrategistas econômicos e militares: "a Amazônia é área pivô da América do Sul".

O Brasil e o Acre têm a possibilidade de liderarem a cooperação entre os países sul-americanos, amenizar os conflitos com colaboração e assim tornar a Amazônia ainda mais estratégica para a política internacional do país.

As dimensões e os potenciais da Amazônia brasileira e do Acre são gigantescos, mas os problemas são da mesma monta, além de clamarem por soluções e amenizações urgentes. Na Amazônia há 11 mil quilômetros de fronteira, só com a Bolívia são três mil quilômetros (tamanho idêntico ao da fronteira entre EUA e México).

Os principais Estados amazônicos e o Acre incluído fazem fronteira com países notórios em produção de drogas. Por isso, é uma região estratégica no combate ao narcotráfico. Essa condição exige comunhão de esforços entre as forças de segurança federais, as forças armadas e as estaduais na vigilância das fronteiras, na troca de informações e em ações inteligentes de combate ao narcotráfico e suas ramificações nos Estados.

Não são poucos os dados que demonstram o Brasil e o Acre como exemplos internacionais de preservação da floresta. Dados conservadores mostram que 70% das florestas originais do Brasil estão preservadas, no mundo são apenas 24% e na Europa, 0,3%. Nenhum país pode dar receitas prontas de conservação para o Brasil ou mesmo para o Estado do Acre, não há pertinência no clamor ecológico fabricado por Europeus, Americanos e Canadenses e imposto por meio de ONGs de origens duvidosas.

É preciso dizer que a retomada da economia na região Amazônica e no Acre exigirá superar a mentalidade ideológica da ecologia radical e obtusa, preparar o setor de transporte e construir parcerias produtivas entre a esfera pública e privada para dar mobilidade à região, encontrar as alternativas de produção de energia e qualificar o povo, aumentar a escolaridade e ampliar as oportunidades para os jovens, com investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação.

Por tudo isso, pode-se dizer que a região Amazônica e o Estado do Acre são fontes de esperança e de futuro. A imagem de uma região selvagem e recheada de problemas

deve ser substituída por uma visão de um importante território nacional de abundância de oportunidades. Um novo caminho a ser trilhado, uma nova história a ser contada.

O programa de governo proposto pela coligação Por um Acre Melhor é esse. Não é um programa tradicional recheado de promessas vazias e onerosas.

Mais de 90% das propostas aqui apresentadas exigem para serem implementadas muito mais gerenciamento e empenho do que recursos. Muitas delas podem ser conseguidas pela austeridade governamental e outras pela captação inteligente de recursos.

Cinco valores moveram e movem o espírito da coligação Por um Acre Melhor: A Ética e a Honestidade, o Respeito às Leis e às Instituições, a Liberdade e a Democracia, a valorização do Trabalho e da Solidariedade e a busca da eficiência na ação pública e nos serviços prestados à população.

São esses valores que diferenciam a coligação Por um Acre Melhor das demais. São esses valores que ajudarão à nova gestão do Estado do Acre a alcançar os cinco grandes objetivos de governo para os próximos quatro anos: Saúde Pública de Qualidade, Segurança Pública Eficiente, Educação Pública de Qualidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social, com fomento e apoio ao crescimento econômico, ao progresso e à geração de empregos e renda.

Esse documento é um pacto com o eleitor acreano, que está cansado e desesperançado com a atual realidade. Quer mudança responsável, com os pés no chão, e a cabeça mirando um futuro melhor para todos, com prosperidade, justiça, bem-estar, paz, saúde e educação de qualidade.